

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

CAMILA BASSÔA DOS SANTOS

**“CAMPO MINADO”: A PREVENÇÃO AO ABUSO DE DROGAS EM ESCOLAS DE
TERRITÓRIOS SOCIALMENTE VULNERÁVEIS**

Porto Alegre
2016

CAMILA BASSÔA DOS SANTOS

**“CAMPO MINADO”: A PREVENÇÃO AO ABUSO DE DROGAS EM ESCOLAS DE
TERRITÓRIOS SOCIALMENTE VULNERÁVEIS**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof. Dra. Leonia Capaverde Bulla

Porto Alegre
2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S237 Santos, Camila Bassôa dos

“Campo minado”: a prevenção ao abuso de drogas em escolas de territórios socialmente vulneráveis / Camila Bassôa dos Santos – 2016.

132 fls.

Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul / Escola de Humanidades / Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Porto Alegre, 2016.

Orientadora: Prof^a Dr^a Leonia Capaverde Bulla

1. Drogas – Escolas. 2. Transtornos relacionados ao uso de substâncias – Prevenção e controle. 3. Adolescentes – Uso de drogas I. Bulla, Leonia Capaverde. II. Título.

CDD 370.19

CAMILA BASSÔA DOS SANTOS

**“CAMPO MINADO”: A PREVENÇÃO AO ABUSO DE DROGAS EM ESCOLAS DE
TERRITÓRIOS SOCIALMENTE VULNERÁVEIS**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em: ____ de _____ de 2016.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a Dra. Leonia Capaverde Bulla - PUCRS

Prof^a Dra. Patrícia Krieger Grossi - PUCRS

Prof. Dr. Marcos Flávio Rolim - IPA

Porto Alegre
2016

Dedico esta Dissertação a todos os profissionais que aceitaram participar deste estudo, os quais, sob a luz de suas interpretações do cotidiano vivenciado, tornaram possíveis as reflexões e considerações aqui expostas.

AGRADECIMENTOS

Todo final marca, também, um novo começo. Agora, na conclusão desta etapa - olhando para o caminho que já foi percorrido - posso afirmar que não cheguei aqui sozinha. Este espaço proporciona um momento especial para expressar a gratidão por todos que me acompanharam e me incentivaram durante esse processo de formação.

Agradeço, primeiramente, a Deus, por me abençoar com saúde, para que pudesse viver intensamente e aproveitar todas as oportunidades que se apresentaram a mim.

Aos meus pais, Ébe e Luiz Carlos, por todo amor, carinho, compreensão e apoio incondicionais. Sinto-me privilegiada por contar com pais tão amorosos e que não mediram esforços para que eu pudesse sonhar e realizar. Meus melhores amigos, apoiadores e torcedores.

Agradeço, também, à minha avó Raquel, que sempre procurou incentivar e me apoiar conforme suas possibilidades. À minha madrinha, minha dinda Rosa, simplesmente por expressar o verdadeiro sentido de ser madrinha. A Rosa que se mostrou forte mesmo após a partida do meu amado padrinho Paulo, continua a cuidar de todos, amorosamente, com seus docinhos e seus carinhos.

A vida seria menos graciosa sem a presença de amigos. Amigos que suportaram ausências, que enxugaram lágrimas, que acreditaram e torceram verdadeiramente pelo melhor. Minha gratidão especial ao meu amigo, Mytchan, que também é companheiro, namorado. Agradeço por compartilhar mais esse momento ao teu lado.

À amiga Vanessa, que desde a graduação tenho o presente de ter em minha vida. Obrigada por todo apoio, carinho, incentivo, parceria, lanchinhos e cafezinhos. A cada momento se mostrava uma amiga muito valiosa.

Érika e Monique, as amigas que o NEDEPS me presenteou, com as quais vivi momentos incríveis de aventuras, de muitas risadas e, além de tudo, de muita parceria e amizade. Obrigada por todo carinho.

Ana Paula, minha peixinha, o grande presente do mestrado. És uma amiga que, com muita sensibilidade, me aconselhou e compartilhou de todas as angústias e alegrias desse processo. Continuamos juntas.

Amiga Sharon, nossa conexão, como já dissemos, pode ter vindo de outras vidas. Trouxeste leveza e alegria em momentos difíceis. Obrigada!

À todas as flores do NEDEPS, por toda convivência afetuosa que desenvolvemos ao longo desses dois anos.

Gratidão a todos os professores da Pós-Graduação que proporcionaram momentos ricos de debates e aprofundamentos teóricos.

Gratidão ao professor Marcos Rolim e à professora Patrícia Grossi por aceitarem compor a banca. Agradeço por suas valiosas contribuições.

Gratidão especial à minha amada orientadora Leonia, pela qual tenho profunda admiração, tanto como profissional, como na dimensão pessoal. Construímos uma trajetória de companheirismo desde a graduação, quando entrei no núcleo, nos primeiros contatos com a pesquisa. Muitas vezes acreditou mais em mim do que eu mesma, estimulando e fazendo emergir em mim a confiança para trilhar em meio a tantos desafios. Obrigada por toda confiança e por ter proporcionado tantos momentos de alegria vividos nesses anos de núcleo.

Agradeço, também, às profissionais da Secretaria Municipal de Educação, Joice e Rosa, que atenderam prontamente às solicitações e auxiliaram no início do processo de pesquisa.

Gratidão a todos profissionais das escolas que abriram suas portas, dispuseram de seu precioso tempo, em meio a um cotidiano intenso, para participar desse estudo.

Todo final marca também um novo começo.

*“A favela, nunca foi reduto de marginal
Ela só tem gente humilde marginalizada e
essa verdade não sai no jornal
[...] Minha gente é ‘trabalhadeira’
Nunca teve assistência social
Ela só vive lá porque para o pobre não
tem outro jeito
Apenas só tem o direito
A um salário de fome e uma vida normal
A favela é um problema social.”
(PORTELA; MOSCA, 1992)¹*

¹ PORTELA, Noca da; MOSCA, Sérgio. Eu sou Favela. In: Bezerra da Silva. **Presidente Caô Caô**. RCA Records, 1992. Faixa 2.

RESUMO

O presente estudo teve por objetivo central analisar de que forma ocorre a prevenção ao abuso de drogas nas escolas do município de Porto Alegre, a fim de sistematizar conhecimentos que contribuam para a qualificação da abordagem e dos programas existentes nessa área. Compreende-se o fenômeno das drogas na sociedade como multidimensional, envolvendo aspectos biológicos, psicológicos e sociais, sugerindo, assim, a necessidade de reformulações nas estratégias e respostas que visem atender às demandas emergidas dessa questão, uma vez que a realidade encontra-se em constante movimento e transformação. A pesquisa é de natureza qualitativa, fundamentou-se no método dialético-crítico e utilizou a entrevista semiestruturada na coleta de dados. Os dados foram submetidos à análise de conteúdo. A coleta foi realizada em 13 escolas da rede municipal de Porto Alegre, nas quais foram entrevistados 26 profissionais, um professor em cada local e um orientador pedagógico/diretor ou vice-diretor. A realidade em que se situam as escolas foi retratada por meio da metáfora do “campo minado”, uma vez que foi exposta uma série de fatores que dificultam a execução de projetos e programas que visem à prevenção ao abuso de drogas, especialmente em escolas de territórios socialmente vulneráveis, tanto em decorrência do ainda pouco investimento nas políticas públicas, refletindo, assim, a violência estrutural, dentre outras violências visibilizadas nessas regiões. A presença forte e constante do tráfico de drogas nos territórios tem provocado reorientações geográficas que vem impactando de forma negativa o acesso aos direitos sociais da população. Há a iniciativa do trabalho em rede para viabilizar a articulação dos serviços, a fim de “desarmar” os entraves encontrados, apostando na interdisciplinaridade e intersetorialidade para nortear as ações frente a esse cenário. Demonstra-se, ainda, a necessidade de superar abordagens descontinuadas que tão somente explicitem os efeitos das drogas, em busca de ações que visem à proteção integral de crianças e jovens, a fim de que os mesmos não encontrem no mercado do tráfico a única forma de pertencimento social.

Palavras-chave: Prevenção. Educação. Drogas. Vulnerabilidade Social. Tráfico de Drogas. Violência.

ABSTRACT

This study had as a primary objective to analyze in what way the prevention of drug abuse in school's occurs in the county of Porto Alegre, with the end goal of creating a system of the previous existing knowledge that contributes to the qualification of the approach and the existing programs in this area. The drug phenomena in society is comprehended as multidimensional, involving biological, psychological and social aspects, which suggests the necessity of a reformulation in strategies and responses to attend the demands that surface from this issue, once we understand that reality is in constant motion and transformation. The research is of a qualitative nature, having as a base the critical dialectical method and it utilized the semi-structured interview in the data collection process. The data were submitted to content analysis. The data were gathered in 13 schools of Porto Alegre's county network, in wich 26 professionals were interviewed, one teacher and one pedagogical advisor/director or vice director. The reality in which this schools are situated was portrayed through the metaphor of the "minefield", once a series of factors that difficult the execution of projects and programs for drug abuse prevention was exposed, especially in schools that are located in socially vulnerable areas, partially due to the yet little investment in public politics, reflecting, in this way, the structural violence, among other types that are visible in this regions. The strong and constant presence of drug trafficking in the territories has caused a geographical reorientation that is impacting negatively in the access to the social rights of the population. There is an initiative of networking to make the services articulation viable, so that the obstacles encountered can be "disarmed", placing a bet in interdisciplinarity and intersectoriality to guide the actions in this scenario. It is demonstrated the necessity to surpass discontinued approaches that only explicit the drug's effects, in search of actions that have as an objective the full protection of children and adolescents, so that they don't find in the drug market their only way of social belonging and integration.

Key-Words: Prevention. Education. Drugs. Social Vulnerability. Drug Traffic. Violence.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Organização Administrativa da SMED em Porto Alegre/RS.....	59
Figura 2 – Mapa de Porto Alegre e microrregiões	60
Gráfico 1 – Função exercida pelos profissionais entrevistados nas escolas	61
Gráfico 2 – Programas e Instituições em atuação nas escolas.....	89

LISTA DE SIGLAS

ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária

ATAR – Assessoria Técnica de Articulação em Rede

CAPS – Centros de Atenção Psicossocial

CAPS AD – Centros de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas

CEP – Comitê de Ética em Pesquisa

CRAS – Centros de Referência de Assistência Social

CONAD – Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas

CUFA – Central Única de Favelas

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

EJA – Educação para Jovens e Adultos

ESF – Estratégia de Saúde da Família

FASE – Fundação de Atendimento Sócio-Educativo

FECI – Fundação de Educação e Cultura do Sport Club Internacional

FUNCAB – Fundo de Prevenção, Recuperação e Combate às Drogas de Abuso

IHA – Índice de Homicídios na Adolescência

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MP – Ministério Público

NASF – Núcleo de Apoio à Saúde da Família

NEDEPS – Núcleo de Pesquisas em Demandas e Políticas Sociais

OBID – Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PNAD – Política Nacional sobre Drogas

PROERD – Programa Educacional de Resistência às Drogas

PSE – Programa Saúde na Escola

PPMCAAM – Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte

PUCRS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

RAPS – Rede de Atenção Psicossocial

SMED – Secretaria Municipal de Educação

SEB – Secretaria de Educação Básica

SENAD – Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas

SISNAD – Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas

SUS – Sistema Único de Saúde

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

UPA – Unidade de Pronto Atendimento

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 O DESENHO DA PESQUISA	20
2.1 MÉTODO E METODOLOGIA	23
2.2 OS PARTICIPANTES DA PESQUISA	29
2.3 COLETA, ANÁLISE DE DADOS E ASPECTOS ÉTICOS.....	30
3 A ESCOLA COMO CENÁRIO PRIVILEGIADO PARA AÇÕES DE PREVENÇÃO	34
3.1 AS DROGAS NO CONTEXTO BRASILEIRO	34
3.2 CONCEITOS E NORTEADORES LEGAIS SOBRE A PREVENÇÃO AO ABUSO DE DROGAS	40
3.3 O PAPEL DA ESCOLA NA PREVENÇÃO.....	51
3.4 CARACTERÍSTICAS DAS ESCOLAS E DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA	57
4 A PREVENÇÃO AO ABUSO DE DROGAS EM TERRITÓRIOS SOCIALMENTE VULNERÁVEIS	65
4.1 TERRITÓRIOS, VIOLÊNCIA E TRÁFICO DE DROGAS	65
4.2 AS POSSIBILIDADES DO TRABALHO EM REDE.....	82
4.3 PROGRAMAS E PROJETOS SOBRE PREVENÇÃO	87
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
REFERÊNCIAS	100
APÊNDICE A – Breve Histórico sobre Drogas no Âmbito Mundial	115
APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido do Profissional	119
APÊNDICE C – Formulário de Entrevista dos Profissionais	120
APÊNDICE D – Breves Considerações sobre a Legislação na área das Drogas no País	122
ANEXO A – Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa PUCRS	129
ANEXO B – Categorias e base teórica de Programas de Prevenção.....	131
ANEXO C – Tipos de Intervenção no Âmbito da Prevenção	132
ANEXO D - Assuntos abordados nas Convenções da ONU.....	133

1 INTRODUÇÃO

O uso de drogas é uma realidade mundial. Esse fenômeno vem produzindo necessidades e demandas sociais, solicitando respostas políticas adequadas da sociedade e do Estado. É necessário, portanto, aprofundar os estudos nesse campo, a fim de que haja uma compreensão mais ampla acerca das relações que a sociedade estabeleceu com os diferentes usos de drogas, situando-as em um contexto político, econômico e social que está em constante movimento.

Os seres humanos, ao longo de sua história, buscavam aumentar o prazer e/ou diminuir o sofrimento frente a sua realidade por meio das relações estabelecidas com diferentes substâncias psicoativas, caracterizando essa relação com as drogas como uma prática milenar (BUCHER, 1992). A utilização dessas substâncias estava ligada, também, a crenças e diversas representações religiosas.

Desde a mais remota pré-história, o ser humano busca, na riqueza da flora, plantas que lhe possam ser úteis. Entre elas, descobre algumas que propiciam sensações especiais: seu consumo altera a consciência, o humor, a disposição, o sono. Por isso, em diversas culturas, as plantas psicoativas – como papoula, maconha ou folha de coca – ganharam importância e novos significados sociais. (CARNEIRO, 2014, p. 17).

As drogas eram consideradas substâncias utilizadas na alimentação e na medicina. A diferença na dose de consumo costumava implicar na cura ou na intoxicação, ou seja, a mesma substância que poderia aliviar a dor, causar prazer poderia, também, ser venenosa (ACSELRAD, 2015). Conforme Carneiro (2005), nos séculos XVI e XVII especiarias como pimenta, cravo, gengibre, açúcar e tabaco eram consideradas drogas. A Organização Mundial da Saúde (OMS) define “drogas psicoativas” como qualquer substância química que provoque alterações no sistema nervoso central (OMS, 1974).

Falar sobre drogas na sociedade contemporânea ainda é um tabu, especialmente, no que tange ao reconhecimento da pluralidade de fatores que permeiam esse assunto. É um tema que causa mobilização devido aos impactos que provoca em todas as esferas da sociedade, passando pela estrutura política, econômica e social, estando presente em diferentes classes sociais. Dessa forma, se reconhece a diversidade de aspectos explorados recorrentemente pela mídia sobre a denominada “epidemia das drogas” enquanto problema de saúde pública, da

crescente violência em relação ao tráfico, dos debates sobre a descriminalização do usuário à legalização das drogas, entre outros.

Há duas principais concepções vigentes em relação ao fenômeno das drogas na sociedade. Uma pressupõe que as drogas se constituem como o grande mal da sociedade e que precisam ser erradicadas com estratégias de repressão e criminalização dos usuários. A outra concepção volta-se para uma visão das drogas como causadoras de uma doença incurável, a dependência química, gerada por uma predisposição genética. As práticas de prevenção vêm adotando, historicamente, as concepções citadas, disseminando a chamada “pedagogia do terror” (BRASIL/SENAD, 2014), centrando suas ações na perspectiva da abstinência e na segregação de usuários de drogas. Possivelmente seja fácil lembrar de slogans como: “Diga não às Drogas”, “Drogas, nem morto”, “Contra as Drogas”, entre outros, os quais reproduzem uma visão reducionista da questão das drogas na sociedade.

Na atual Política Nacional sobre Drogas, existem os eixos de ações para prevenção, cuidado e autoridade. O estudo realizado encontra-se no eixo da prevenção, visto que, a partir de estudos e pesquisas, constatou-se que os primeiros contatos com álcool e outras drogas ocorre, geralmente, na adolescência, e a tendência é que a experimentação seja cada vez mais precoce, incidindo em idades cada vez menores. É necessário, portanto, atentar para a prevenção ao abuso de drogas, baseando-se em intervenções estabelecidas antes que determinados fenômenos ocorram, no caso, o abuso de drogas. Para tanto, é preciso conhecer os programas de prevenção voltados para crianças e adolescentes, bem como é imprescindível aproximar-se das bases que subsidiam a qualificação dos profissionais para atuarem em relação a essa temática.

Ressalta-se que a adolescência é uma fase de experimentação de vários comportamentos, em busca da construção da identidade própria, imagem e papel social. Assim, quanto mais acesso a pessoa tiver a novas atividades, inclusive às drogas, mais vulneráveis ficarão para a experimentação. Essa experimentação, por sua vez, se prolongada a um uso problemático/abusivo ou de dependência, pode levar ao rompimento de vínculos importantes para as relações sociais do sujeito. É necessário, dessa forma, aproximar-se das escolas, para verificar e analisar o que está sendo desenvolvido para subsidiar as ações de prevenção.

O presente estudo é fruto das vivências da mestranda durante seu processo de formação enquanto acadêmica do curso de Serviço Social, além de experiências

logo após a formação. Primeiramente, enquanto estagiária de Serviço Social, atuou em um grupo de combate ao tabagismo em um hospital geral. Nesse contexto, foram feitas diversas reflexões sobre o impacto das drogas lícitas e iniciou um processo de conhecimento e crítica a respeito da questão da legalidade de algumas substâncias, a possibilidade de tratamento para algumas dependências, entre outros aspectos nesse contexto². Após a formação, teve seu primeiro contato com o âmbito da prevenção em uma instituição que realizava abordagens em escolas do Município de Porto Alegre e região metropolitana, porém, as ações eram pontuais e sem continuidade. Vale ressaltar, também, a experiência em um centro de dependência química, enquanto assistente social, no atendimento às famílias e aos usuários adolescentes e adultos, durante o período de internação para desintoxicação.

Destaca-se, além disso, a importância da inserção da mestranda enquanto bolsista de iniciação científica no Núcleo de Pesquisas em Demandas e Políticas Sociais (NEDEPS), no qual atuou, também, durante o processo de realização do Mestrado, participando de investigações na área das Drogas. Durante esse período foram construídos debates e estudos sobre as políticas e as práticas que constituem a rede de atendimento no Estado do Rio Grande do Sul, contribuindo para a escolha do tema de pesquisa (BULLA, 2015). Esse contexto resultou no interesse pelas relações estabelecidas na sociedade com a questão das drogas e as respostas oferecidas às demandas nessa área, em seus diferentes âmbitos.

Afirma-se a relevância desse estudo na medida em que foi constatada, mediante a realização de uma revisão bibliográfica, a realização de poucos estudos sobre essa temática na área do Serviço Social, além de poucas produções no âmbito da prevenção ao abuso de drogas em espaços escolares. As vivências referidas anteriormente corroboraram para atestar a pertinência do presente estudo, além de acrescentar, ainda, a participação da mestranda no “Grupo de Trabalho Serviço Social na Educação”, realizado no Conselho Regional de Serviço Social do Rio Grande do Sul (CRESSRS).

Conhecer as vivências de profissionais que trabalham em escolas, consideradas como espaços privilegiados para ações de prevenção, foi uma escolha

² O Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado em 2013, como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em Serviço Social, baseado nessa experiência de estágio foi selecionado para compor a publicação semestral da Revista da Graduação da PUCRS (SANTOS, 2013).

realizada por meio de diversas aproximações em relação às abordagens de tratamento e cuidado, e por encontrar poucos registros de investimentos maiores em programas de prevenção no âmbito municipal e estadual (BULLA, 2015). É importante destacar que o estudo motivou-se para além da busca pelo conhecimento dessa realidade, mas tratou de descobrir que características norteiam as ações que são realizadas, qual a percepção dos profissionais que atuam em territórios nos quais predominam o poder do tráfico de drogas. Nesse sentido, reuniram-se conhecimentos teóricos e práticos sobre o âmbito da prevenção relacionado à educação, com vistas no seguinte questionamento: *“como as escolas atuam na prevenção ao abuso de drogas em territórios socialmente vulneráveis?”*.

Para responder ao problema formulado, foram definidas questões norteadoras, que podem ser consideradas como problematizações que estão inseridas na construção central, devendo possibilitar para a solução do problema de pesquisa (PRATES, 2003). Essas questões originam-se das ideias presentes na definição do problema e dos objetivos de pesquisa e, nessa perspectiva, definiram-se os seguintes questionamentos que nortearam o estudo: Quais ações são desenvolvidas nas escolas para a prevenção ao abuso de drogas? Como a Política Nacional sobre Drogas define o papel da escola no eixo da prevenção? Como se dá a capacitação dos profissionais da escola para tratar a questão das drogas com crianças e adolescentes na prevenção? Que programas e projetos subsidiam as escolas para a abordagem sobre drogas?

O título desse trabalho remete à metáfora do campo minado, considerando-se que os territórios pesquisados estão atravessados por entraves e verdadeiras “bombas armadas”, no caminho do acesso da população aos seus direitos sociais. Nesse “campo”, zonas da cidade marcadas pela vulnerabilidade social, encontram-se a pobreza, a violência, o medo, a fome, entre as diversas expressões da questão social. O estudo pretende apresentar algumas tendências sobre essa realidade, uma vez que utiliza a percepção de profissionais que vivenciam em seu cotidiano os entraves para realizar, além do trabalho educativo essencial, que compete às escolas, estratégias de prevenção ao abuso de drogas, na busca de promover a proteção às crianças e aos jovens frente aos riscos do abuso de drogas e do envolvimento com o mercado do tráfico.

No capítulo inicial dessa dissertação é delineado o processo metodológico, indicando o desenho da pesquisa. Optou-se pela utilização do método dialético crítico

no processo de conhecimento da realidade, sendo elencadas as categorias principais pertinentes a este estudo e que serão utilizadas na análise dos dados, quais sejam historicidade, totalidade e contradição. São identificados os processos de coleta e análise dos dados coletados, bem como os cuidados éticos que nortearam o estudo.

No capítulo que segue, apresentam-se concepções sobre a prevenção, expondo alguns aparatos legais que determinam as estratégias nesse contexto. Explicitam-se os diferentes tipos de prevenção e as diversas orientações que permeiam essas práticas. Além disso, discute-se o papel da escola, situando-a como local privilegiado para a execução de ações preventivas, tendo em vista a constituição de seu público-alvo, além da importante função social que possui. Nesse ínterim, discorre-se, ainda, sobre a construção da política sobre drogas no País, inicialmente expondo considerações a respeito do que a pesquisadora compreende como “droga” e um breve resgate histórico para elucidar as influências internacionais na construção das políticas para essa área no âmbito nacional. Apresenta, também, um breve panorama sobre a legislação brasileira sobre drogas, chegando até a política mais recente sobre esse tema.

A última parte deste estudo apresenta as descobertas realizadas por essa proposta investigativa. Apresentam-se as características das instituições pesquisadas, bem como dos profissionais participantes da pesquisa. São identificados os serviços que se articulam em rede com as escolas para a atenção às crianças e adolescentes. Além disso, são expostos os programas e instituições que realizam projetos de prevenção no âmbito escolar. Assim, são analisadas as percepções dos profissionais a respeito de suas vivências, articulando a realidade emergida com considerações a respeito do tráfico de drogas, com os diferentes tipos de violência que perpassam os territórios pesquisados, além da visualização de estratégias de resistência frente ao cenário apresentado. Por fim, as considerações finais, referências, apêndices e anexos.

2 O DESENHO DA PESQUISA

O processo de aproximação da realidade e seu desvendamento pressupõe o desenvolvimento de uma relação com diferentes áreas do conhecimento e teorias científicas. Além disso, aproxima-se, também, dos sujeitos que estão vivenciando a realidade que se busca conhecer, suas histórias e condições de vida. A pesquisa permite, por meio de um processo reflexivo e crítico, desocultar novos fatos ou dados em diferentes campos do conhecimento e, dessa forma, a investigação busca responder a indagações emergentes da realidade, tornando fundamental o planejamento do processo de pesquisa, tendo em vista a sua materialidade.

Pesquisamos, cotidianamente, preços, alternativas, interesses, etc.; mas o que diferencia uma pesquisa realizada a partir do senso comum, orientada pela imediatividade e pelo bom senso, de uma pesquisa científica é a profundidade com que tratamos o tema em estudo, o uso de critérios de cientificidade, a apropriação e utilização de métodos científicos. (PRATES, 2003, p. 1).

A utilização de um método científico visa à superação do senso comum a partir de novas leituras da realidade social, por meio de um processo dialético, teórico e empírico (MINAYO, 2002). Dessa forma, o contato com os profissionais que vivenciam em sua realidade a presença do fenômeno do abuso de drogas em territórios socialmente vulneráveis foi essencial para realizar uma articulação entre os conhecimentos previamente adquiridos acerca da temática investigada e os dados encontrados na realidade concreta.

Na medida em que a realidade social é dinâmica e, também, que o processo para apreendê-la se faz por sucessivas aproximações, não existe um momento no qual se possa dizer que se tenha perfeitamente delineado e delimitado o objeto da intervenção: ele vai se construindo e reconstruindo permanentemente no decorrer de toda a ação planejada, em função de suas relações com o contexto que o produziu, sendo modificado e modificando-o permanentemente. (BAPTISTA, 2010, p.27).

Ao iniciar a atividade de pesquisa, são apresentadas diferentes indagações teóricas e operacionais. É preciso, nessa etapa, reconhecer a área de interesse e, nesse âmbito, construir o problema de pesquisa. O problema, ou o objeto de pesquisa, pode ser expresso em forma de pergunta, que normalmente origina-se a partir de conhecimentos prévios descobertos por diversas fontes de informação ou propriamente de experiências vivenciadas pelo pesquisador. Pode-se compreender o problema como sendo “[...] uma parte, um fragmento, um recorte de determinada

totalidade que, para ser estudada em sua significação, deve conter relações essenciais e expressar especificidade” (MINAYO, p. 183, 2010).

Durante o processo de pesquisa, busca-se responder ao problema e, para tanto, é necessário um planejamento das etapas a serem seguidas pelo pesquisador a fim de atingir os objetivos definidos para o estudo, ou seja, é necessário desenvolver uma metodologia. Conforme Minayo (2007, p. 44), a metodologia consiste na “[...] apresentação adequada e justificada dos métodos, das técnicas e dos instrumentos operativos que devem ser utilizados para as buscas relativas às indagações da investigação”. Nesse sentido, a metodologia baseia-se na escolha teórica feita pelo pesquisador para aproximar-se do fenômeno da investigação e, dessa forma, definir as questões norteadoras, os objetivos, os participantes da pesquisa, entre outros elementos, incluindo as categorias explicativas da realidade.

O aprofundamento teórico e os questionamentos acerca das categorias explicativas da realidade são necessários para obter uma percepção amplificada sobre o tema da investigação. As categorias relacionam-se a conceitos utilizados para a compreensão dos fenômenos e, mesmo selecionadas previamente, elas não impedem que novas categorias surjam ao longo do processo investigativo, sendo denominadas de categorias empíricas emergentes. As categorias explicativas da realidade foram: drogas, prevenção, educação, vulnerabilidade social, tráfico de drogas e violência. São consideradas centrais, pois atravessam a abordagem da temática durante todo o processo de construção da investigação.

A categoria “drogas” foi elencada devido a gama de fatores que influenciam em seu uso e/ou abuso, e que, também, apresenta-se por múltiplas facetas, tanto biológicas, psicológicas, quanto sociais, necessitando de conhecimentos aprofundados sobre suas diversas dimensões, uma vez que gera impactos significativos na sociedade. O abuso e o tráfico de drogas estão presentes na realidade do País, demandando por políticas sociais que visem, além de estratégias de prevenção, a garantia da proteção e os direitos sociais dos sujeitos, de modo especial, os direitos de crianças e adolescentes. Nota-se, no entanto, que existe um forte conservadorismo no que diz respeito aos debates nessa área e, nesse sentido, ainda é considerado um tabu desenvolver debates sobre drogas, expressando uma história de avanços e retrocessos no que tange à construção e reformulação das políticas destinadas a essa área. Assim, torna-se necessário visibilizar as demandas

presentes na realidade, além de situar a categoria drogas nas discussões efetuadas durante essa dissertação.

A prevenção faz parte, enquanto eixo norteador de ações, da atual política sobre drogas no País, junto aos eixos do cuidado e autoridade. Buscou-se apresentar as diferentes dimensões que constituem as estratégias no âmbito da prevenção e seus diferentes níveis. Essa categoria possibilitou, também, verificar as diversas compreensões que os profissionais possuem a respeito dessas práticas, e até mesmo, explicitar o que consideram exitoso, ou não, frente às suas vivências. É possível, também, investigar quem são os atores que estão atuando com estratégias de prevenção e quais são suas orientações no desenvolvimento dos programas e projetos.

A educação enquanto categoria contempla, neste estudo, a valorização dos ambientes escolares nas comunidades, especialmente como espaços privilegiados para o desenvolvimento de estratégias de prevenção. É possível reconhecer o papel significativo que as escolas representam nas comunidades e sua ligação direta com crianças, adolescentes e seus familiares em um processo contínuo e presente de relações. Os profissionais da educação que se apresentam como participantes desta pesquisa possuem um contato direto e profundo com as comunidades, trazendo aspectos ricos sobre a região em que atuam e as relações presentes nos territórios. Buscou-se, nessa investigação, identificar e compreender os ambientes escolares presentes em territórios socialmente vulneráveis, entre limites e possibilidades de atuação.

A educação é um direito constitucional, que deverá ser promovido e incentivado em colaboração com a sociedade, para que se obtenha o pleno desenvolvimento da pessoa, bem como o preparo para o exercício da cidadania (BRASIL, 1988). O ambiente escolar deveria contribuir para a criação de consciência cidadã e crítica. Por meio da educação é que ocorre a apropriação dos direitos sociais, assim como os meios de acessá-los; em busca de uma formação integral, deveria ser promovido o desenvolvimento da autonomia, da capacidade de formar cidadãos aptos a realizar transformações sociais e culturais de forma crítica, e isso “seria um processo permanente, um ideal a ser perseguido, de modo especial na escola, mas também fora dela” (TONET, 2006, p. 6). Esse processo perpassa o desvendar da realidade, ou seja, de processos sociais que estão além do aparente, e a escola é o campo onde a multiplicidade de expressões da questão social se manifesta. O ambiente escolar,

portanto, é um importante espaço para ações no âmbito da prevenção, visto que poderá promover iniciativas enfatizando perspectivas de futuro e demais aspectos da prevenção ao uso de drogas, pautado na perspectiva da educação integral.

No processo metodológico, após a definição das categorias explicativas da realidade, foram especificados os objetivos que nortearam a investigação, uma vez que é importante explicitar o objetivo geral que se propõe a alcançar com o estudo, o qual deve estar em concordância com a definição do objeto. Devem constar, ainda, os objetivos específicos, que “podem ser entendidos como os desdobramentos ou etapas que o investigador pretende realizar [...] e devem ser combinados com os pressupostos já delineados pelo investigador” (MINAYO, 2007). Dessa forma, o objetivo central, de acordo com o objeto investigado, foi “analisar de que forma ocorre a prevenção ao abuso de drogas nas escolas municipais de Porto Alegre, no período de 2014 a 2015, a fim de sistematizar conhecimentos que contribuam para a qualificação da abordagem e dos programas existentes nesse âmbito”.

Os objetivos específicos consistiram em: caracterizar as escolas municipais conforme os territórios socialmente vulneráveis no município de Porto Alegre/RS; analisar os programas e projetos vinculados à política de drogas que são desenvolvidos nas escolas para a prevenção ao abuso; verificar como se dá a capacitação e qualificação dos profissionais das escolas para tratar sobre a problemática; identificar os entraves e possibilidades de atuação dos profissionais das instituições em relação à abordagem da prevenção ao abuso de drogas nas escolas. A fim de contemplar os objetivos descritos, foi necessário aproximar-se dos sujeitos que estão inseridos no cotidiano dos espaços escolares, especialmente em territórios permeados pelo mercado do tráfico de drogas, a fim de possibilitar a visibilidade e a compreensão de suas experiências e demandas.

2.1 MÉTODO E METODOLOGIA

O presente estudo orientou-se pelo método dialético-crítico, utilizando-o para a realização da aproximação da realidade, buscando ir além da superficialidade dos fenômenos sociais, aprofundando-se por meio das categorias analíticas: totalidade, historicidade e contradição. Compreende-se que essas aproximações permitem qualificar a leitura dos fenômenos, uma vez que a realidade se apresenta como diversa e contraditória. A opção por utilizar o método dialético contribuiu para o

alcance dos objetivos aqui propostos, abrangendo os diferentes fatores políticos, econômicos e culturais que compõem os fenômenos sociais. Nesse sentido, Triviños (1987, p. 151) aponta que:

O método dialético [...] além de exigir capacidade reflexiva ampla, precisa do apoio de vasta informação e de sensibilidade para captar os significados e explicações dos fenômenos não só ao nível de sua aparência, mas também, muitas vezes, de sua essência.

Fundamentado no materialismo-histórico, o método dialético-crítico apresenta-se como um dos caminhos possíveis em busca da compreensão da realidade social, no momento em que pode possibilitar a apreensão do conhecimento, realizando conexões em direção ao desvendamento da essência dos fenômenos. A adoção desse referencial teórico baseia-se na interpretação do homem enquanto ser construído histórico e socialmente, partícipe de um amplo contexto permeado por diversos fatores e, ainda, transformador da realidade.

Abordamos os seres determinados mediante uma de suas manifestações. Para nós, e na ordem do conhecimento, temos aí o começo, o imediato. O conhecimento (a razão que quer conhecer) não pode parar nesse imediato (nas sensações, nas primeiras impressões), com o qual se satisfaz frequentemente o senso comum. Deve ir mais longe, na convicção de que, por detrás do imediato, há uma outra coisa que, ao mesmo tempo, se dissimula e se expressa nesse imediato; que o imediato é apenas a constatação (ainda insuficiente e abstrata, nesse sentido) da existência da coisa; e que nós atingiremos “algo” mais real: o próprio ser, sua “essência”. (LEFEBVRE, 1995, p. 216).

A pesquisa ou processo investigativo, aqui norteado pelo método dialético-crítico, busca reconhecer as contradições presentes nos movimentos de formação dos fenômenos sociais, interligados na totalidade (PRATES, 2003). O método possui categorias analíticas e, durante o decorrer da presente produção, foram elencadas e articuladas as seguintes categorias: totalidade, historicidade e contradição.

As categorias analíticas [...] retêm, historicamente, as relações sociais fundamentais, servindo como guias teóricos e balizas para o conhecimento de um objeto nos seus aspectos gerais. Elas comportam vários graus de generalização e de aproximação. (MINAYO, 2007, p.178).

As categorias constituem-se enquanto conceitos que expressam aspectos gerais e fundamentais do real e surgem da apreensão de uma diversidade de fenômenos. O enfoque orientado pelo dialético-crítico aponta para o contexto social como elemento decisivo na vida dos sujeitos.

A dialética materialista, ao mesmo tempo como uma postura, um método de investigação e uma práxis, é um movimento de superação e de transformação. Há, pois, um tríplice movimento: de crítica, de construção do conhecimento “novo”, e da nova síntese no plano do conhecimento. (FRIGOTTO, 1991, p. 79).

Nesse sentido, percebe-se o sujeito em um processo intrínseco de relações, presente em sua totalidade, podendo ser compreendido em uma perspectiva não fragmentadora, sobretudo, porque “eliminar a totalidade significa tornar os processos particulares da estrutura social em níveis autônomos, sem estabelecer as relações internas entre os mesmos” (CURY, 1985, p. 27). A totalidade supõe, portanto, que o fenômeno deve ser apreendido como um todo, conectado e articulado em permanente movimento e transformação.

Categorias são formas de conscientização nos conceitos dos modos universais da relação do homem com o mundo, que refletem as propriedades e leis mais gerais e essenciais da natureza, a sociedade e o pensamento. Para o marxismo, as categorias se formaram no desenvolvimento histórico do conhecimento e na prática social. Esta última afirmação é fundamental. Ela significa que o sistema de categorias surgiu como resultado da unidade do histórico e do lógico, e ‘o movimento do abstrato ao concreto, do exterior ao interior, do fenômeno à essência’. (TRIVIÑOS, 1987, p. 36).

É preciso buscar a superação do imediato, aparente e superficial, para estabelecer relação com a totalidade, visto que a realidade é multifacetada e carregada de pseudoconcreticidade. Salienta-se que totalidade não significa a junção de partes ou a explicitação de todos os fatos, mas sim “implica uma complexidade em que cada fenômeno só pode vir a ser compreendido como um momento definido em relação a si e em relação aos outros fenômenos” (CURY, 1985, p. 36). Dessa forma, compreende-se que a totalidade pode ser apreendida mediante as partes e a relação entre elas.

A totalidade concreta, contudo, não é algo que tenha uma existência em si, ela é o processo de criação de sua estrutura porque é vista como uma produção social do homem. Isto quer dizer que a totalidade concreta implica na historicização dos fenômenos, ou seja, impõe-se pensá-la não a partir de si própria, mas a partir de totalidades concretas. [...] a realidade, então, só pode ser conhecida na sua totalidade concreta quando se conhece a mesma na dimensão social e histórica, compreendendo a unidade dialética da estrutura e superestrutura, onde o homem é reconhecido como sujeito da práxis. (CURY, 1985, p. 37-38).

Os fenômenos se manifestam de imediato, e a essência ligada ao fenômeno não se revela de imediato, deve ser descoberta, pois mostra o que há por de trás do aparente, revelando o real em movimento. Para Kosik (2002, p. 23), “a destruição da pseudoconcreticidade significa que a verdade não é nem inatingível, nem alcançável

de uma vez para sempre, mas ela se faz; logo, se desenvolve e se realiza”. Ressalta-se, também, a essência crítica da dialética, uma vez que a mesma deve opor-se ao dogmatismo e a reducionismos.

Todo pensamento dogmático é antidialético. Enquanto instrumento de análise, enquanto método de apropriação do concreto, a dialética pode ser entendida como crítica, crítica dos pressupostos, crítica das ideologias e visões de mundo, crítica de dogmas e preconceitos. A tarefa da dialética é essencialmente crítica. (GADOTTI, 1983, p. 38).

O mundo das representações comuns não desenvolve mediações com uma racionalidade crítica que visa ultrapassar a aparência dos fenômenos. Assim, por meio do método dialético, busca-se compreender a totalidade dos fenômenos mediante sucessivas aproximações. Além disso, “a dialética em Marx não é apenas um método para se chegar à verdade, é uma concepção de homem, da sociedade e da relação homem-mundo” (GADOTTI, 1983, p. 19), e a busca por atingir a essência dos fenômenos corresponde à busca por compreendê-los e, além disso, perceber que a essência manifestada no fenômeno reside na contradição do fenômeno com a própria essência, e “tal contradição possibilita a investigação científica” (CURY, 1985, p. 23).

Assim, a apreensão do real em sua totalidade busca, aqui, a relação entre as categorias. As categorias, por sua vez, necessitam estar permanentemente articuladas com o amplo contexto político, econômico e social, marcado historicamente, visto que o real “[...] não é uma petrificação de modelos ou um congelamento de movimentos. Pelo contrário, síntese de múltiplas determinações, está em constante movimento e expansão” (CURY, 1985, p. 21). Reside aí a importância do contexto, para que as categorias não sejam isoladas em conceituações puras, mas que estejam interligadas à realidade e seus movimentos.

Destaca-se que a categoria historicidade pressupõe que existe um processo histórico em todo fenômeno, este, resultante das construções humanas em sociedade. Assim, a interação do ser humano com o mundo o influencia e o modifica e esta interação é resultante de um movimento histórico que prevê a articulação entre os fatos do passado com os fenômenos presentes. Essa elaboração crítica parte da ciência de que os seres humanos devem ser reconhecidos enquanto um produto histórico (GRAMSCI, 1978). A produção científica reconhece-se, também, enquanto uma categoria histórica, uma vez que resulta de transformações e também desempenha o papel de mediação entre objeto e sujeito (GAMBOA, 2004).

A categoria contradição permite notar a relação entre elementos e as diferentes conexões que existem entre as realidades (KONDER, 1981). Ela aparece como central no método, pois torna possível a visualização dos movimentos da realidade e, também, uma perspectiva ampliada da mesma e, dessa forma, percebe-se que o todo é contraditório.

O método dialético busca captar a ligação, a unidade, o movimento que engendra os contraditórios, que os opõe, que faz com que se choquem, que os quebra ou os supera. [...] A contradição dialética [...] se estabelece no universal concreto. (LEFEBVRE, 1995, p. 238-239).

Nesse sentido, nota-se que a contradição é intrínseca ao real e, possuindo relação de movimento, busca identificar as contradições presentes e constituintes dos fenômenos na realidade. Assim, a contradição pode ser compreendida como “[...] a base de uma metodologia dialética. Ela é o momento conceitual explicativo mais amplo, uma vez que reflete o movimento mais originário do real” (CURY, 1985, p. 27). Os movimentos históricos, portanto, estão permeados por contradições e, ao utilizar esta categoria, não apenas como uma categoria interpretativa do real, é percebê-la enquanto constituinte central na metodologia proposta. As categorias do método permitiram a construção de análises que buscaram elaborar totalizações provisórias acerca dos fenômenos emergentes durante o processo de investigação e aprofundamento teórico.

A presente investigação possui natureza qualitativa, uma vez que buscou valorizar os atores envolvidos nos fenômenos, conhecendo suas opiniões, histórias, interpretações e percepções, entre outros aspectos relacionados às suas vivências. Nessa perspectiva, torna-se importante perceber os diversos significados e interpretações sobre determinados assuntos.

O método qualitativo é o que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam. (MINAYO, 2010, p. 57).

Na primeira etapa do estudo, foi realizada uma revisão bibliográfica sobre a temática e as categorias explicativas da realidade citadas anteriormente. Após, foi realizado o mapeamento das Escolas Municipais existentes em Porto Alegre, por meio de consulta à página eletrônica da Prefeitura Municipal de Porto Alegre e por contatos, via telefone e e-mail, com a Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre

(SMED). A partir dessa primeira fase, elaborou-se uma listagem contendo as escolas em diferentes locais do município situadas, especialmente, em regiões socialmente vulneráveis. Esse movimento inicial da pesquisa é considerado como exploratório, de acordo com Gil (1999), pois as pesquisas exploratórias desenvolvem-se a fim de possibilitar uma visão geral de determinado assunto.

Em um segundo momento, após a realização do mapeamento e contatos com as instituições, foi possível iniciar o processo de coleta dos dados. A técnica utilizada para a coleta foi a entrevista semiestruturada, com a preferência por questões abertas.

A entrevista semiestruturada, em geral, é aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa. (TRIVIÑOS, 1987, p. 146).

A entrevista é um procedimento utilizado na investigação social, para a obtenção de informações sobre determinado objeto, a partir de uma conversa entre duas pessoas ou mais. A entrevista semiestruturada reúne perguntas abertas e fechadas, propiciando ao entrevistado pensamentos e falas sobre o tema em questão sem que o “engesse” estritamente à pergunta formulada pelo pesquisador (MINAYO, 2010).

A preservação da identidade dos participantes da pesquisa foi garantida por meio da elaboração de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). O TCLE objetiva esclarecer a finalidade do estudo, resguardar o sigilo profissional e atender para a relevância de sua participação. Os cuidados éticos na pesquisa social devem interessar aos sujeitos participantes da pesquisa e não somente atender aos interesses do pesquisador (MAY, 2004). Foi elaborado um formulário de entrevista destinado aos profissionais das escolas os quais constituíram os sujeitos da pesquisa. As questões presentes nos formulários acordam com os objetivos geral e específicos deste estudo, procurando responder às questões norteadoras.

A partir das entrevistas foi possível apreender importantes informações sobre a realidade das escolas nos territórios nas quais estão inseridas, especialmente nas estratégias existentes para a realização da prevenção. Por meio das narrativas dos participantes, é possível conhecer as percepções dos mesmos sobre as principais dificuldades encontradas em seus espaços de trabalho em relação à abordagem

sobre a temática das drogas, bem como à questão da capacitação para tal. Foram identificados, também, os serviços que compõem a rede com a quais as escolas se articulam e, também, foram apontadas algumas fragilidades, tanto no âmbito das próprias instituições quanto dos outros serviços da rede para lidar com a questão.

2.2 OS PARTICIPANTES DA PESQUISA

As entrevistas foram realizadas com profissionais que compõem a rede municipal de educação, tendo como lócus treze escolas de Ensino Fundamental e/ou Ensino para Jovens e Adultos (EJA) em Porto Alegre. Nesse sentido, o universo da pesquisa foi constituído pelas 55 escolas municipais existentes no município, que atendem crianças e adolescentes. Desse universo foi extraída a amostra, composta pelas 13 escolas participantes desta investigação.

O universo ou população de uma pesquisa depende do assunto a ser investigado, e a amostra, porção ou parcela do universo, que realmente será submetida à verificação, é obtida ou determinada por uma técnica específica de amostragem. (MARCONI; LAKATOS, 2002, p. 42-41).

Foi utilizada a amostragem não probabilística intencional, visto que nessa perspectiva “o pesquisador está interessado na opinião (ação, intenção etc.) de determinados elementos da população, mas não representativos dela” (MARCONI; LAKATOS, 2002, p. 52). A escolha dessa amostragem se deu, devido ao contato prévio realizado com a SMED e com a Secretaria Municipal de Segurança sobre as regiões com maior incidência de tráfico de drogas e apreensões de entorpecentes, porém, cabendo às instituições a aceitação ou não da realização do estudo no seu local de trabalho.

Compõem a amostra profissionais homens e mulheres, em exercício das funções nas instituições no período da coleta de dados. Foram entrevistados 26 sujeitos, salientando a disponibilidade e receptividade das instituições, que durante os contatos telefônicos estabeleciam com os profissionais a seleção de quais teriam interesse em participar do estudo. Foi possível concluir com êxito o que foi proposto no início da investigação, contemplando dois profissionais por instituição, não ocorrendo negativas às solicitações de participação.

Ressalta-se que a ideia inicial para a coleta dos dados seriam contemplar tanto profissionais das escolas quanto os estudantes, para aproximar-se da realidade com a maior riqueza possível de vivências e experiências, especialmente para ouvir a

percepção dos adolescentes sobre a realidade que vivenciam cotidianamente. Porém, devido ao tempo, que é limitado para a coleta de dados e, percebendo que devido às exigências éticas poderiam ocorrer atrasos quanto às liberações do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) e as autorizações dos responsáveis para entrevistar adolescentes, foi reformulada a proposta dos participantes da pesquisa.

Os critérios de inclusão foram os seguintes: um professor, sendo ele/ela pessoa que ministre aulas na escola, em série de nível fundamental e/ou EJA, e o outro participante, seja um representante da escola, diretores/vice-diretores/coordenadores pedagógicos (somente um entre essas funções), que deveriam atuar em algum nível de gestão da escola. Deveriam ser excluídos da amostra os profissionais que não desejassem participar e que, a qualquer tempo, solicitassem desligamento da participação na pesquisa.

2.3 COLETA, ANÁLISE DE DADOS E ASPECTOS ÉTICOS

A partir da aprovação da pesquisa no Comitê de Ética, iniciou-se o processo de coleta de dados. Primeiramente foram realizados contatos com as escolas selecionadas na amostra, a fim de esclarecer os objetivos da pesquisa e verificar a possibilidade da realização de entrevistas com dois profissionais, sendo um professor e um diretor/vice-diretor ou coordenador pedagógico. Esse processo foi facilitado pela boa recepção dos profissionais à proposta da realização do projeto nas instituições, tornando descomplicado o processo de marcação das entrevistas.

Por vezes, foi preciso retornar uma segunda vez para concluir a coleta, visto que o cotidiano das escolas é extremamente complexo, com inúmeras atividades e agendas pedagógicas a cumprir. Dessa forma, compreendem-se as rotinas das instituições, mesmo que brevemente, e o fluxo intenso de demandas que os profissionais necessitam atender, incluindo situações imediatas com os alunos e suas famílias. As entrevistas foram realizadas nos diferentes turnos entre manhã, tarde e noite. Durante esse período, percebeu-se a grande disponibilidade dos profissionais em participarem e aceitarem o projeto, além de muitas vezes reforçarem a importância da escuta sobre suas realidades. Nota-se, também, a compreensão dos processos de pesquisa, visto que muitos possuíam pós-graduação e já haviam passado pelo processo de coleta de dados, sendo solícitos e dispostos a compartilhar seus relatos.

As entrevistas com os profissionais iniciaram somente após a aceitação dos sujeitos em participar do estudo, a partir da leitura em conjunto do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e as devidas elucidações em relação à pesquisa. Mediante a utilização de um aparelho gravador, os dados foram registrados a fim de garantir sua autenticidade, além de permitir não haver prejuízos nos detalhes das informações compartilhadas. As entrevistas foram realizadas entre os meses de agosto e setembro de 2015, conforme a disponibilidade dos sujeitos, tendo a duração média de 35 minutos. Todas as entrevistas ocorreram nos ambientes escolares, em salas disponibilizadas pelos próprios profissionais conforme as rotinas da instituição, com datas e horários previamente agendados por contato telefônico.

As entrevistas foram transcritas e, após o término desse processo, foi possível iniciar a análise e interpretação dos dados coletados. A análise consistiu em um adensamento minucioso sobre os dados resultantes do trabalho de pesquisa, com vistas a responder aos questionamentos e desenvolver relações entre as informações obtidas e aos objetivos estabelecidos. Percebe-se que “o objetivo amplo da análise é procurar sentidos e compreensão. O que é realmente falado constitui os dados, mas a análise deve ir além da aceitação deste valor aparente” (BAUER; GASKELL, 2004, p. 85).

A técnica para a realização da análise de conteúdo foi baseada em Bardin (2009), partindo primeiramente das leituras e sistematização das falas e depoimentos para buscar o aprofundamento nos dados da realidade, a fim de absorver o máximo de informações. Essa técnica possibilita uma análise temática e permite, também, a verificação de categorias empíricas emergidas das falas dos participantes. Nota-se, portanto, que a análise de conteúdo consiste em um conjunto de técnicas que buscam analisar as “comunicações”. Fazendo uso de procedimentos sistemáticos e objetivos de exposição do conteúdo das mensagens, a análise de conteúdo “toma em consideração as significações” além de procurar “conhecer o que está por trás das palavras sobre as quais se debruça” (BARDIN, 2009, p. 45). Nesse sentido, ao analisar as falas de sujeitos a partir dessa técnica, se lida, também, com a subjetividade da pessoa que “fala”.

Lidamos então com uma fala relativamente espontânea, com um discurso falado, que uma pessoa – o entrevistado – orchestra mais ou menos à sua vontade. Encenação livre daquilo que esta pessoa viveu, sentiu e pensou a propósito de alguma coisa. A subjetividade está muito presente: uma pessoa fala. Diz “eu”, com seu próprio sistema de pensamentos, os seus processos

cognitivos, os seus sistemas de valores e de representações, as suas emoções, a sua afetividade e afloração do seu inconsciente. [...] cada pessoa serve-se dos seus próprios meios de expressão para descrever acontecimentos, práticas, crenças, episódios passados, juízos. (BARDIN, 2009, p. 90).

Nesse sentido, procurou-se relacionar as expressões dos participantes e outros dados obtidos durante o processo de investigação aos diferentes fatores econômicos, políticos e sociais que compõem o fenômeno das drogas, apreendendo-o de maneira crítica. A análise foi elaborada conforme as etapas descritas por Bardin para a sua realização. A primeira etapa consistiu na pré-análise, na qual o material coletado foi sistematizado para que fosse possível dar continuidade às demais fases de análise. Assim, os dados foram organizados em um banco de dados construído pela pesquisadora. Na segunda etapa foi realizada a codificação e categorização do material a ser submetido a um estudo baseado nos referenciais teóricos da pesquisa. Por fim, a última etapa visou o tratamento e inferência dos dados, na qual foi desenvolvida uma síntese e o destaque dos principais pontos para análise, ligado às diferentes dimensões que compreendem a totalidade em que estão colocados, emergindo, dessa forma, na atribuição de significados aos resultados.

Por meio da interpretação dos dados coletados no processo de entrevistas, buscou-se compreender os sentidos mais amplos das respostas dadas pelos participantes, considerando suas vivências cotidianas articulando às discussões teóricas que permeiam este estudo. Salienta-se que os resultados obtidos por meio desta investigação sobre a forma como são desenvolvidas estratégias de prevenção nos ambientes escolares não compreendem a totalidade desse contexto, mas apresentam-se enquanto um fragmento dessa realidade e, portanto, seria irresponsável tecer generalizações.

O projeto de pesquisa foi submetido à Comissão Científica da Faculdade de Serviço Social da PUCRS e, posteriormente a sua aprovação, foi solicitada a autorização para a realização do estudo para a Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre (SMED), após a definição das instituições componentes da amostra. Ressalta-se que a autorização da coordenadoria pedagógica da SMED contemplava todas as escolas presentes na amostra, exigindo somente que cada escola aprovasse ou não mediante apreciação do projeto em suas reuniões internas. Com a aprovação da SMED, foi possível encaminhar o projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa da

PUCRS, para a análise dos avaliadores que, após solicitarem algumas alterações, aprovaram a coleta de dados, conforme Anexo A.

As precauções éticas do estudo foram realizadas mediante Termo de Consentimento Informado, Livre e Esclarecido, assinado pelos participantes da pesquisa e pela pesquisadora. Foi realizado, também, um Termo de Compromisso de Utilização de Dados, devidamente assinado pela pesquisadora e sua orientadora. As entrevistas foram registradas mediante gravações de áudio, com agendamento prévio, preservando os nomes dos sujeitos, resguardando o sigilo de sua identidade.

Pretende-se, em relação à devolução dos resultados do estudo, socializá-los por meio da elaboração de relatório, que deverá ser entregue às instituições componentes da pesquisa. Para as instituições que demonstrarem interesse, poderão ser apresentados os resultados por meio de seminários com a participação dos sujeitos envolvidos no estudo. A divulgação desse estudo poderá ocorrer, também, por meio da elaboração de artigos científicos e apresentações em eventos. Assim, pretende-se contemplar o dever ético da pesquisa social, buscando revelar contribuições para debates acerca das questões e demandas que envolvem a prevenção ao abuso de drogas nas escolas, além da possibilidade de subsidiar qualificação das ações existentes. A Dissertação estará disponível para consulta na Biblioteca da PUCRS e no Banco de Teses da CAPES/MEC.

3 A ESCOLA COMO CENÁRIO PRIVILEGIADO PARA AÇÕES DE PREVENÇÃO

Para compreender em que consistem as estratégias de prevenção torna-se fundamental discorrer sobre os aparatos legais que orientam essas estratégias. Além disso, situar o ambiente escolar enquanto espaço para o desenvolvimento dessas ações é importante para visualizar seu papel na rede de serviços que podem relacionar-se com essas práticas de forma articulada.

Neste capítulo, inicialmente, apresenta-se um breve panorama sobre as drogas no contexto brasileiro, passando por conceitos e a construção das políticas nacionais. Apontam-se, também, marcos legais que definem e orientam as ações de prevenção, considerando-a estratégia presente na construção da política de saúde. Ademais, destacam-se pontos importantes sobre as escolas como locais privilegiados para o desenvolvimento de ações de prevenção a partir de uma perspectiva educacional.

3.1 AS DROGAS NO CONTEXTO BRASILEIRO

A sociedade estabeleceu uma relação de ambivalência entre a repressão do uso de drogas, ao mesmo tempo em que se sustenta na produção de novas necessidades, incluindo a incitação ao consumo. No contexto contemporâneo, observa-se um aprofundamento nos valores “instantâneos”, exemplificado ao notar os alimentos que já vem pré-prontos, às refeições *fast-food*, os prazeres imediatos e, também, à descartabilidade de itens, produzidos na perspectiva de uma obsolescência programada. Nesse sentido, criam-se experiências de vida voltadas ao imediato e ao descarte de relacionamentos, valores entre outros aspectos. Aliado a esse cenário, aparecem a falta de perspectivas futuras e o esvaziamento dos projetos e perspectivas de vida. As drogas, assim, atendem à necessidade imediata de prazer, correspondendo à compulsão do consumo presente na atualidade, ou seja, “[...] preenchem, por alguns instantes, o vazio existencial produzido por essa falta de perspectivas de vida, ainda que seja uma falsa doação de sentido, pois este fica na dependência do consumo da substância” (BRASIL/SENAD, 2014, p. 16).

Considera-se importante ressaltar as dimensões econômicas e políticas que permeiam as relações de uso e comércio de drogas. A produção, o comércio ou tráfico de drogas envolvem uma malha internacional que produz montantes de dinheiro, constituindo um mercado poderoso (ver “Breve Histórico sobre Drogas no Âmbito

Mundial” no Apêndice A). Envolvidos nesses jogos de interesses, os países em desenvolvimento aparecem subordinados a determinações e interferências de países poderosos em suas ações no campo das políticas sobre drogas. É possível identificar grandes contradições nesse âmbito, principalmente quando é constatado que os maiores problemas de saúde em decorrência do uso de drogas advêm, em verdade, das drogas consideradas lícitas (BRASIL/SENAD, 2014).

Nesse mercado, o lucro está acima, até mesmo, da vida dos consumidores, especialmente “jovens empobrecidos e marginalizados” (BRASIL/SENAD, 2014, p. 20). Essas afirmações são constatadas na realidade pesquisada, por meio da percepção dos profissionais entrevistados, que identificaram em suas vivências a relação do consumismo com as práticas ilícitas do tráfico de drogas como forma de aquisição de bens materiais vinculados ao pertencimento social.

Por que a gurizada entra nessa questão das drogas? Hoje em dia com os meios de comunicação, celulares e tudo, eles tem um contato do mundo exterior, eles enxergam o mundo que é além da vila, então eles querem consumir a mesma coisa que o pessoal que a “classe A” de Porto Alegre também consome. Eles têm essas vontades, só que eles não têm esses recursos e não tiveram essas oportunidades. (PROFISSIONAL 7).

Percebe-se, a partir da fala acima, que o consumo está ligado à estruturação de valores e práticas sociais e, além disso, impacta nas relações sociais a partir de um sistema de classificação de quem possui maiores condições de consumir frente àqueles que não possuem as mesmas oportunidades. O consumo apresenta-se como “um dos sistemas centrais para classificar bens e identidades, coisas e pessoas, diferenças e semelhanças na vida social contemporânea” (ROCHA; PEREIRA, 2009, p.77).

Os sujeitos devem ser reconhecidos em suas relações sociais e redes estabelecidas durante a vida, a fim de que mediações possam ser realizadas no conhecimento da família, das amizades, dos grupos da escola, do trabalho e as redes comunitárias, identificando-os como componentes centrais para a possível compreensão da função do uso de drogas na vida dessas pessoas. Reconhece-se, também, que os territórios se constituem em espaços de convivência social, do desenvolvimento de mediações afetivas, culturais e materiais (BRASIL/SENAD, 2014).

Na contemporaneidade, visualizam-se impactos decorrentes da adoção da perspectiva proibicionista, a qual se concentra, muitas vezes, na droga/substância

enquanto o problema central. Essa lógica que inspira práticas e formas de lidar com a questão, tem contribuído para o “aumento da violência urbana, do número de encarcerados e das forças militares envolvidas com as drogas” (CARNEIRO, p. 1, 2002). Há uma polarização nas concepções ideais de sociedade, na qual uma seria a extinção das drogas ilícitas, e a outra concepção seria o comércio livre dessas substâncias. A lógica proibicionista existe ao mesmo tempo em que há resistência em defesa da liberdade individual (ESCOHOTADO, 1983), face ao controle social e corporal da guerra às drogas.

É importante ter em mente que demandas antidrogas, organizadas por grupos militantes ou difusas na sociedade, precederam à elaboração das primeiras leis sobre psicoativos e, mais que isso, foram o substrato sobre o qual governos nos quatro continentes erigiram estatutos legais repressores. Essa pressão moralista contra as drogas remonta os finais do século XIX e princípios do século XX, e assumiu formas particulares nas Américas, Europa e Ásia. Se hoje o proibicionismo está cristalizado em normas internacionais, há cerca de um século havia um vazio jurídico que deixava ainda intocado, do ponto de vista da regulamentação legal, um mercado de drogas psicoativas bastante vigoroso e mobilizador de importantes interesses econômicos. (RODRIGUES, 2008, p. 91).

Os diferentes usos de drogas estão permeados por fatores de risco e proteção biológicos, psicológicos e sociais. Os fatores biológicos caracterizam-se pela influência da predisposição genética e o potencial de toxicidade e dependência, diferenciando-se conforme a via de utilização da droga. Quanto aos fatores psicológicos, ressaltam-se as enfermidades psiquiátricas, como ansiedade, depressão, alterações de comportamento, entre outras. Os fatores sociais englobam o abandono, as carências básicas, exclusão e violência social, oportunidades de lazer precárias, assim como a pressão que pode ser exercida por determinados grupos para o consumo ligado a um ambiente permissivo ou estimulador ao abuso de drogas (MARQUES; RIBEIRO, 2006).

As pessoas que usam drogas e/ou estão envolvidas no varejo dessas substâncias, estão implicadas, também, no cotidiano permeado por múltiplas expressões que o envolvimento com as drogas, tanto lícitas quanto ilícitas provocam em diversos âmbitos da vida desses sujeitos. Nesse sentido, se expressa a necessidade da não moralização ou culpabilização do sujeito por seu uso, uma vez que esse uso não pode estar apartado da realidade e do contexto no qual ele ocorre. Os usuários também são sujeitos de direito, devendo ter acesso à rede de serviços de forma integral.

Entender a droga em um contexto cultural e histórico, no seio das relações sociais, torna-se fundamental, pois, do contrário, “despolitiza a discussão e reforça o discurso [...], moralizador e repressivo [...]” (VELOSO et al. 2004, p. 167). Observa-se, também, que nem todo uso de drogas configura-se enquanto um uso abusivo ou problemático, ou até mesmo que, na primeira vez que se utiliza determinada substância, não significa que se desenvolveria, imediatamente, a dependência da mesma. Existe uma classificação no Código Internacional de Doenças (CID 10 F19), para possibilitar o diagnóstico da dependência, devendo ser utilizado por profissionais aos quais compete tal atribuição.

Há diversos padrões que concernem ao uso de drogas. Para categorizar esses usos, utilizam-se definições fundamentadas no CID-10 (10ª Revisão da Classificação Internacional de Doenças da OMS) e o DSM-IV (4ª edição do Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, da Associação Psiquiátrica Americana). Esses padrões estão em conformidade com a Organização Mundial de Saúde (OMS), e baseiam-se nas diferentes relações que os sujeitos estabelecem com as drogas e suas possíveis consequências (BRASIL/SENAD, 2014).

O uso experimental caracteriza-se por primeiros poucos episódios do uso de uma droga específica, porém de forma não persistente. O uso recreativo seria, em geral, uso de uma droga ilícita, em situações sociais ou “relaxantes”, porém, que não resultam, necessariamente, na dependência. O uso controlado apresenta-se como um uso regular e habitual do sujeito. O uso social aparece como uso realizado na presença de outras pessoas de forma socialmente aceitável (OBID, 2015). Ainda, existe o uso nocivo/abuso³ e as características que determinam a dependência.

Na estrutura econômica capitalista, na qual o Brasil está inserido, as pessoas vivenciam processos de alienação e exploração do trabalho⁴, permeados pela lógica de uma sociedade de consumo, em que se insere o consumo de drogas. Explora-se aqui, a necessidade de analisar as características das relações desta sociedade que é permissiva em relação ao consumo, de diversas formas, incluindo, nesse contexto, o grandioso mercado fundamentado no uso de substâncias psicoativas.

³ “O termo ‘abuso’ considera também consequências sociais de um uso problemático, na ausência de compulsividade e fenômenos como tolerância e abstinência” (OBID, 2015, s/p).

⁴ “[...] processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza” (MARX, 2011, p. 211).

Insatisfação, compulsão, criação de novas necessidades, desejo de obtenção de lucro são os pilares para a construção e desenvolvimento da sociedade de consumo. Quanto maior for a posse de bens de um indivíduo, maior será seu prestígio social. Deste modo, a sociedade de consumo tem como lógica a criação de novas necessidades que se traduzem na criação de novos bens de consumo. (PIETROCOLLA, 1989, p. 37-38).

Na sociedade capitalista, as relações sociais são banalizadas e perpassam o cotidiano da realidade concreta da população. Ao mesmo tempo em que o capital se direciona à sua valorização, ele gera a ocultação do trabalho e a “banalização do humano”. Dessa forma, atentando-se à relação capital e trabalho, percebe-se que o ser social “[...] aparece como um mero vendedor de mercadorias: trabalhador ‘livre’ que vende a sua força de trabalho” (IAMAMOTO, 2010, p. 53-58), para garantir sua sobrevivência. Nesse contexto, é possível apontar, também, para os processos de mercantilização dos bens e serviços públicos, como estratégias e formas de manutenção do sistema de acumulação voltado ao mercado, o qual reflete negativamente nos direitos sociais.

Na perspectiva marxista a sociedade de consumo seria aquela dominada pelos imperativos do lucro, os quais criam necessidades falsas através da manipulação dos consumidores sem necessariamente gerar felicidade, satisfação ou harmonia. (BARBOSA, 2004, p. 30).

A precarização do mundo do trabalho e a redução dos direitos sociais permeia toda a sociedade e consolida-se na manutenção da ordem capitalista. Nessa perspectiva, os sujeitos adquirem o papel de objetos consumidores, resultando, como aponta Iamamoto (2010, p. 73), na “[...] personificação de coisas e a coisificação de pessoas”. O consumo pressupõe o manejo de objetos aos quais são atribuídos valores simbólicos abrangendo as esferas culturais da sociedade.

[...] possuir ou acumular configuram-se como verdadeiros signos, sobretudo quando a intenção é relacionamento. Inúmeras vezes o afeto tem sido colocado numa escala secundária neste novo sistema cultural que se formou a partir de um desejo irreprimível de consumir. (SANTOS; GROSSI, 2007, p. 444).

Não obstante, pode-se compreender que as dinâmicas da relação com as drogas diferenciam-se em nível mundial. Percebe-se, ainda, a produção e reprodução de desigualdades no âmbito da má distribuição do produto socialmente produzido, observado, também, no contexto da lógica capitalista.

A história dos hábitos de consumo indica que a divisão do produto social é desigual. Em se falando de comidas, de bebidas ou de drogas, a história da lógica distributiva que rouba aos produtores o seu produto impondo uma

dialética inexorável de fome para muitos e propriedade para poucos indica níveis e padrões de consumo socialmente estratificados. (CARNEIRO, 2002, p. 14-15).

Salienta-se que as drogas aparecem como produtos que a sociedade pode utilizar para suprir necessidades específicas. Para tanto, pode-se destacar, também, seu caráter enquanto mercadoria, capaz de afirmar sua utilidade ao saciar desejos ou necessidades dos sujeitos. As drogas constituem-se enquanto parte dos produtos que se expandiram para atender ao consumo de massas. Para Marx, a definição de necessidade humana assemelha-se ao conceito de desejo e, nesse sentido, é possível integrar as drogas no contexto de mercadorias que suprem, também, necessidades sociais.

A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa, a qual pelas suas propriedades satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie. A natureza dessas necessidades, se elas se originam do estômago ou da fantasia, não altera nada na coisa. (MARX, 1985, p. 45).

O Brasil adotou medidas repressivas baseadas em modelos internacionais que direcionavam a elaboração da política para essa área por meio da estratégia do proibicionismo e da “guerra às drogas”. Percebe-se, no entanto, que a estratégia adotada se apresenta como ineficaz, pois tem demonstrado na realidade das pessoas que ou utilizam drogas ou estão inseridas no varejo dessas substâncias, processos de marginalização e estigmatização, além da violência direcionada a populações específicas.

É possível reconhecer o progresso econômico baseado, também, na produção de seres humanos que são tidos como “imprestáveis”, uma vez que podem não ter a capacidade de comprar bens de consumo, além de apresentar-se como segmentos considerados perigosos, como pobres, negros, imigrantes, entre outros (RODRIGUES, 2008). As ações de repressão direcionam-se especificamente a criminalizar determinados segmentos sociais, com o discurso de que “a luta é contra as drogas”, mas tem demonstrado atingir um público definido.

A nociva, insana e sanguinária “guerra às drogas” [...] não é efetivamente uma guerra contra as drogas. Como qualquer outra guerra, não se dirige contra coisas. É sim uma guerra contra pessoas – os produtores, comerciantes e consumidores das arbitrariamente selecionadas substâncias tornadas ilícitas. Mas é ainda mais propriamente uma guerra contra os mais vulneráveis, dentre esses produtores, comerciantes e consumidores. Os “inimigos” nessa guerra são os pobres, os marginalizados, os desprovidos de poder. (KARAM, 2011, p. 54).

As “soluções” para lidar com essa população considerada um “refugio” à lógica do capital foram, entre outras, a criação de prisões, na perspectiva de um Estado que passa a ser “penal” e criminalizador da pobreza (WACQUANT, 2001, p. 33). Questiona-se, então, a insistência nessa perspectiva proibicionista, visto as suas consequências e resultados desastrosos.

A pergunta sobre por que manter uma guerra perdida pode ser respondida, ainda que parcialmente, ao repararmos nessa potente tática de controle social e perseguição seletiva que é a guerra às drogas. Quem defende o proibicionismo como modo eficaz para lidar com a “questão das drogas” transita por discursos médicos, governamentais e moralistas ou caminha determinado na poeira de muitas outras batalhas que não têm como objetivo, pura e simplesmente, a erradicação de substâncias específicas e das práticas sociais a ela relacionadas, mas a manutenção de uma guerra infundável. (RODRIGUES, 2008, p. 102).

Dessa forma, afirma-se a pertinência de identificar essas relações por meio da aproximação com essa realidade, impactada por determinações políticas e econômicas além das esferas territoriais. A revisão da política (apresentada no Apêndice D) é necessária, mas torna-se importante, também, tornar visível a realidade daqueles que convivem, em seu cotidiano, com as consequências desse mercado ilícito que se ancora na sociedade de consumo.

3.2 CONCEITOS E NORTEADORES LEGAIS SOBRE A PREVENÇÃO AO ABUSO DE DROGAS

O conceito de prevenção foi influenciado por perspectivas de cunho religioso que, entre outros aspectos, pregavam o respeito ao próximo (CAVALCANTI, 2001). Na história da humanidade, foram diversas as formas de preservar o seu desenvolvimento. No que tange à relação da sociedade com as drogas, constituíram-se diferentes maneiras de lidar com essa questão ao longo das décadas, especialmente, no que se referia à criação de ações efetivas e preservadoras.

Destaca-se que prevenir não é extinguir a possibilidade do uso de drogas, mas é reconhecer a diversidade de fatores que interferem nas condições de escolha dos sujeitos. Para falar sobre prevenção é importante situar os aspectos históricos da construção do conceito de saúde e das perspectivas que norteiam as práticas de promoção de saúde e as práticas de prevenção.

Na VIII Conferência Nacional de Saúde (BRASIL/MS, 1986), o conceito de saúde foi reconfigurado, deixando de representar somente a ausência de doenças,

adquirindo uma concepção ampliada, abrangendo os determinantes sociais presentes na realidade dos sujeitos. O conceito ampliado foi resultante de um momento histórico brasileiro marcado por lutas pela redemocratização do País. Nas décadas de 1970 e 1980, logo após um período ditatorial, a forte influência de movimentos sociais, especialmente o movimento da Reforma Sanitária Brasileira, impulsionou a afirmação da saúde enquanto um direito social universal (BRAMBATTI et al., 2014), a ser garantido, posteriormente, no texto constitucional de 1988.

A saúde, assim, está permeada por dimensões econômicas, políticas, sociais e culturais e, com a ampliação do conceito de saúde aumentaram, também, as possibilidades de debater sobre promoção de saúde e prevenção. As políticas e práticas, nesse sentido, deveriam ir além do cuidado de um corpo doente, em direção ao reconhecimento dos diversos fatores que incidem diretamente no processo de saúde-doença.

Em seu sentido mais abrangente, a saúde é resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio-ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra e acesso a serviços de saúde. É, assim, antes de tudo, o resultado das formas de organização social da produção, as quais podem gerar grandes desigualdades nos níveis de vida. (OMS, 1986, p. 4).

A Lei nº 8.080/1990, que promulga o Sistema Único de Saúde (SUS) e trata sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, entre outras disposições, define que “a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover condições indispensáveis ao seu pleno exercício”. (BRASIL/MS, 1990). Há princípios e diretrizes que orientam o SUS e que são vigentes no território nacional, guiando os serviços integrados em rede. O princípio da universalidade reafirma a saúde enquanto um direito de todos e dever do estado (BRASIL, 1988), para além do acesso aos serviços, visando à qualidade de vida. A equidade pressupõe a igualdade de condições no acesso aos diferentes níveis de complexidade presentes no sistema de saúde. A integralidade indica que os serviços devem atuar articulados para atender às necessidades da população em sua totalidade, enxergando seu contexto. Dessa forma, as ações direcionam-se para a promoção, proteção e recuperação da saúde e, também, reabilitação.

A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício. O dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e

igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação. (BRASIL/MS, 1990).

A primeira Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde, por meio da Carta de Ottawa, trouxe a promoção da saúde como um processo que visa desenvolver condições para que as pessoas possam gerir os fatores determinantes da sua saúde, com vistas a melhorá-la (OMS, 1986). A prevenção, ou o ato ou efeito de prevenir, indica antecipar-se à ocorrência de determinado fenômeno que possa causar algum dano (CIVITA, 1999). Dessa forma, projetos de prevenção e educação em saúde contemplariam “a divulgação de informações científicas” além de recomendações para a alteração de hábitos. O termo “promover” faz referência a uma perspectiva mais ampla, significando “impulsionar”, “gerar” (BRAMBATTI et al., 2014), enfatizando, assim, grandes transformações no âmbito das condições de vida e trabalho, solicitando uma abordagem em nível intersectorial. No quadro apresentado no Anexo B, são expostas as categorias e bases teóricas comuns aos programas de prevenção, incluindo estratégias voltadas à informação, tomada de decisões, autoestima, entre outras (BRASIL/SENAD, 2014).

A prevenção ao abuso de drogas, durante um longo período, foi desenvolvida por meio de folhetos informativos, focando-se nas propriedades das substâncias psicoativas e seus efeitos no organismo. As estratégias de prevenção, conforme apontam evidências científicas, devem envolver as comunidades, escolas, famílias, voltando-se para a garantia de que crianças e jovens se desenvolvam de forma saudável até atingirem a vida adulta (UNODC, 2013). Existem normas internacionais que discorrem sobre aspectos fundamentais para a eficiência de estratégias no âmbito da prevenção, que buscam nortear a construção de políticas, programas e projetos em diversos países.

O principal objetivo em prevenir o uso de drogas é ajudar pessoas, principalmente, mas não exclusivamente, os jovens, a fim de evitar ou retardar o início do uso de drogas, ou, se já iniciaram, evitar que desenvolvam transtornos (por exemplo, a dependência). (UNODC, 2013, p. 4).

Nesse contexto, a prevenção tem seu sentido ampliado uma vez que visa, também, o desenvolvimento saudável de crianças e jovens a fim de que os mesmos possam participar, de forma segura, das atividades na vida familiar, escolar, comunitária, entre outras. O conhecimento sobre as diferentes estratégias e seus índices de eficácia possibilita a compreensão sobre os fatores que tornam os sujeitos

vulneráveis a iniciar o uso de drogas, descrevendo fatores de risco (individuais e sociais).

As evidências não só apontam para a falta de conhecimento sobre drogas e suas consequências, mas também para certos fatores de risco que podem ser: os processos biológicos, traços de personalidade, transtornos mentais, negligência e abuso na família, falta de vínculo com a escola e com a comunidade, normas sociais propícias, ambientes favoráveis ao uso abusivo de substância e crescimento dentro de comunidades marginalizadas e carentes. (UNODC, 2013).

Além dos fatores de risco, existem os de proteção. Os fatores de risco, apontados acima, caracterizam-se por tornar o sujeito mais vulnerável a ações que levem ao uso ou abuso de drogas. Os fatores de proteção contribuem para que o sujeito tenha condições e possibilidades de se preservar, ainda que tenha contato com a droga. Nesse sentido, compreende-se a relação estreita entre o contexto em que os sujeitos estão inseridos e o desenvolvimento de fatores, tanto de risco quanto de proteção. Identificar as vulnerabilidades e a dimensão sociocultural que permeiam a relação da sociedade com as drogas amplia a abordagem desse fenômeno (SODELLI, 2005) e denota a sua complexidade.

[...] o campo das ações preventivas é extremamente abrangente, envolvendo aspectos que vão desde a formação da personalidade do indivíduo até questões familiares, sociais, legais, políticas e econômicas. (ANDRADE; BASSIT, 1995, p. 86).

Para planejar ações preventivas é necessário mapear os fatores de risco a fim de reduzi-los, conhecer os fatores de prevenção para fortalecê-los, além de identificar o grupo específico no qual buscará desenvolver o trabalho. Nesse sentido, percebe-se a importância de articular as estratégias de prevenção às necessidades dos sujeitos os quais se almeja atingir.

Hoje, a prevenção se organiza focando o indivíduo ou a população em que estão implícitos os conceitos de fatores associados à proteção e ao risco, considerando a multiplicidade de fatores envolvidos ao uso abusivo e na dependência de drogas. (NOTO; MOREIRA, 2006, p. 314).

Existem três níveis de prevenção, conforme o Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas (OBID), que são: primário, secundário e terciário (BRASIL/OBID, 2015). A prevenção primária seria aquela ação direcionada a fim de evitar que o uso se instale ou retardar seu início. A prevenção de nível secundário seria para evitar que o uso se transforme em uso problemático e/ou prejudicial, voltado às pessoas que já experimentaram drogas ou as utilizam de forma moderada. A

prevenção terciária consistiria em abordagens voltadas para a recuperação dos sujeitos que já desenvolveram problemas relativos ao uso de drogas, podendo incluir a dependência, e que poderiam abranger a redução de danos (ZEMEL, 2011). Os três níveis de prevenção devem estar articulados continuamente, visto que as ações devem ser realizadas de forma integrada em diferentes áreas, em nível intersetorial.

A partir da identificação do público que se deseja abranger nas ações de prevenção, é preciso, ainda, reconhecer os três tipos de intervenção, que são: global ou universal; específica ou seletiva e intervenção indicada. Os programas de prevenção devem ser compostos por profissionais capacitados para tais abordagens, além de possuir objetivos que estejam de acordo com a realidade no qual ele será desenvolvido, prevendo também a disponibilidade de recursos necessários a sua execução (as características dessas intervenções estão descritas em um quadro apresentado no Anexo C).

De acordo com a Convenção Única sobre Entorpecentes, de 1961 (BRASIL, 1964); a Convenção sobre Substâncias Psicotrópicas de 1971 (BRASIL, 1977); e a Convenção das Nações Unidas contra o Tráfico Ilícito de Estupefacientes e Substâncias Psicotrópicas de 1988 (BRASIL, 1991), a prevenção apresenta-se como um dos principais componentes de um sistema de saúde focado para atender às questões relacionadas às drogas. Ressalta-se que as ações de prevenção devem estar articuladas e inseridas em um sistema que vise, também, atender ao tratamento de usuários que desenvolvam usos prejudiciais e/ou a dependência, situados em uma rede de saúde que tenha serviços para as diferentes necessidades das pessoas que fazem uso de drogas, ou seja, a prevenção não é a única estratégia (os assuntos abordados nas Convenções da ONU apresentam-se no Anexo D).

Salienta-se a existência de poucos estudos no âmbito da prevenção desenvolvidos na América Latina. A grande parte das pesquisas sobre essa área surgiu em países da América do Norte, Europa e Oceania (UNODC, 2013). Dessa forma, existem relatos de experiências em locais nos quais existem uma ampla gama de recursos para amparar as ações, e poucos estudos em contextos permeados por vulnerabilidades sociais. Afirma-se, também, a dificuldade de avaliação das práticas existentes, uma vez que ainda é necessário fomentar mais estudos e pesquisas nessa área, para subsidiar a criação de práticas no âmbito preventivo.

Há uma forte e urgente necessidade de apoio às pesquisas na área de prevenção de drogas em todo o mundo. É essencial apoiar os esforços em

pesquisa de prevenção em países de baixa e média renda, mas os sistemas de prevenção de drogas em todos os países devem investir significativamente na avaliação rigorosa de seus programas e políticas para, assim, contribuir para a base de conhecimento global. (UNODC, 2013, p. 7).

Na década de 1990, o País não tinha um arcabouço científico acumulado sobre a questão das drogas no contexto nacional, e passava a importar modelos pertencentes a outras realidades, em tentativas de adaptá-los à realidade brasileira. Nesse sentido, utilizava como parâmetro índices de cenários completamente diferentes do que se apresentava no País, uma vez que o consumo de drogas ilícitas era relativamente baixo em comparação a outros países (BUCHER, 1992; CARLINI-COTRIM, 1992). Nesse contexto, as estratégias de prevenção eram realizadas por meio de ações descontinuadas, esparsas e não existiam programas consistentes instituídos, além da evidente falta de interesse de instituições públicas para tratar sobre essa questão (CARLINI-COTRIM, 1992).

Com as preocupações decorrentes do surgimento da *AIDS* no País, foram incluídos na agenda pública programas de prevenção à doença, destinados aos usuários de drogas na preocupação com o uso de injetáveis, a fim de reduzir os danos e evitar, para além do uso da droga, o contágio com o vírus *HIV*. Assim, nessa mesma década a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura) passou a fomentar projetos para a “educação preventiva contra o abuso de drogas”, e considerou a escola, a família e as comunidades enquanto polos potenciais para a realização de ações de cunho preventivo (CASTRO; ABRAMOVAY, 2002).

As ações características da década de 1990 voltadas à prevenção eram predominantemente constituídas por palestras realizadas de forma focalizada, sem previsões de trabalhos continuados (CANOLETTI; SOARES, 2005). Os programas de prevenção deveriam considerar os contextos nos quais as relações sociais dos sujeitos se estabelecem, além de observar o impacto das estruturas econômicas políticas e sociais na realidade dos mesmos. Dessa forma, abordagens com perspectivas educacionais, voltadas para a tomada de consciência crítica e o estímulo de reflexões sobre escolhas e possibilidades seriam caminhos possíveis para fundamentar essas ações (SOARES, 1997).

Podem-se encontrar subsídios para a prevenção, também, no âmbito da Política de Assistência Social. Essa política configura-se na forma de um sistema, operando serviços, programas, projetos e benefícios, que devem atuar de forma integrada às demais políticas públicas, garantindo o provimento dos mínimos sociais

e de condições para o acesso aos direitos sociais (BRASIL/MDS, 2004). Enquanto integrante da Seguridade Social (BRASIL, 1988), a Assistência Social tem como características a perspectiva territorial, atenção por níveis de proteção social (básica e especial), entre outras.

Desde 1988, a seguridade social compõe o arcabouço jurídico formal da proteção social brasileira e compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinado a assegurar o direito relativo à saúde, à previdência e à assistência social, sendo a saúde universalizada, a Previdência Social garantida mediante contribuição e a assistência social prestada a quem dela necessitar. (COUTO et al., 2012, p. 44).

A proteção social, conforme a Lei nº 8.742/1993, objetiva, entre outras disposições, a garantia da vida, prevenção de incidência de situações de risco pessoal e social como a proteção da infância, adolescência. Essa proteção, conforme o SUAS, preconiza os vínculos familiares e comunitários, na perspectiva de efetivar direitos socioassistenciais (BRASIL, 1993). Essa política em consonância com o plano “Crack É Possível Vencer”, tem um importante papel nas ações de prevenção ao abuso de drogas.

No âmbito da Assistência Social Básica, destacam-se as ações de caráter preventivo, voltadas ao território, que visam o desenvolvimento da mobilização comunitária por meio de atividades como: campanhas e palestras, filmes, debates, projetos de conscientização, etc. (BRASIL/MDS, 2014, p. 17).

A prevenção, portanto, corresponde às atividades que compõe o serviço de proteção básica, ao configurar espaços de convivência capazes de gerar identidade grupal, especialmente para crianças e adolescentes, que, em muitos casos, encontram-se em ambientes vulneráveis ao consumo e comercialização de drogas (SUPERA, 2014). A alternativa para a prevenção perpassa a dimensão educativa, afirmando a importância de avaliar riscos, compreendendo a fragilidade individual e coletiva socialmente construída (ACSELRAD, 2000).

O abuso de drogas pode agravar situações de vulnerabilidade na medida em que reduz a capacidade produtiva do sujeito e dificulta a sua relação intrafamiliar, potencializando situações de violência. Quando se associam situações de vulnerabilidade e risco social ao uso de drogas, a atenção aos usuários e suas famílias deveria considerar a perspectiva social e de saúde.

Tendo a Proteção Social Básica o objetivo de prevenir situações de vulnerabilidade e risco social, por meio do desenvolvimento de

potencialidades, aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, sua principal estratégia é a oferta territorializada de serviços socioassistenciais: atividades continuadas que objetivam a melhoria da qualidade de vida da população, com ações focadas no atendimento de necessidades básicas, seja por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF ou do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV. (BRASIL/MDS, 2014, p. 19)

Assim, para a efetivação da atenção integral aos usuários e suas famílias, é necessária a constante articulação da rede socioassistencial e intersetorial, visto que ações articuladas se mostram mais eficazes do que ações isoladas de cada política. O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) deve ofertar o serviço de proteção básica por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), articulando-se com os demais serviços da rede (BRASIL/MDS, 2014). Assim, o PAIF, objetivando o fortalecimento da função protetiva da família, aparece como um importante ator no sentido de abordar a prevenção do uso de drogas junto às famílias e seu território.

Em relação ao caráter preventivo, destacam-se os atendimentos coletivos, por meio de oficinas com famílias e ações comunitárias, espaços propícios para realização de campanhas, debates e mobilização em prol de objetivos comuns. (BRASIL/MDS, 2014, p. 22).

Nesse sentido, oficinas aparecem como espaços para abordar as formas de prevenção, além de alternativas de atividades para convívio específicas para crianças e adolescentes, bem como oportunidades de lazer e trabalho. O PAIF ainda conta com o objetivo de potencializar o protagonismo e autonomia dos sujeitos na promoção do acesso à rede de proteção, portanto, propicia a implementação de ações comunitárias desenvolvidas em parceria com lideranças locais.

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) organiza-se por meio do PAIF, a fim de prevenir a institucionalização e a segregação de crianças, adolescentes e oportunizar o acesso a informações sobre direitos e participação cidadã. Neste serviço, os grupos devem fomentar as discussões sobre as drogas no sentido de orientar-se pelas particularidades de cada faixa etária, intensificando a ação para crianças e adolescentes.

É importante que abordem as famílias por meio de uma postura inovadora e não moralizadora, que não esteja focada na simples disseminação de informações e/ou repressão ao uso de drogas, mas que fomente a reflexão e problematização da temática, o desenvolvimento de projetos de vida, que deem visibilidade a alternativas. Os profissionais estarão, dessa maneira, agindo de forma preventiva, protetiva e com maiores chances de alcançar efetividade em sua intervenção. (BRASIL/MDS, 2014, p. 26)

É importante salientar que o trabalho com o uso/abuso e dependência de drogas exige abordagens intersetoriais e intervenções em rede, incluindo além da questão de saúde, as variadas dimensões da vida dos sujeitos, como suas relações familiares, comunitárias, entre outras. Assim, deve-se planejar e desenvolver ações preventivas nos territórios, unindo esforços para construir encaminhamentos e atendimentos às necessidades desses sujeitos de forma ética e humanizada.

Os modelos de prevenção, historicamente, foram fundamentados nas políticas que adotaram o modelo de guerra às drogas, orquestrado primeiramente nos Estados Unidos, tornando-se base hegemônica para a elaboração de políticas para essa área em diversos países. As propostas de prevenção eram baseadas na persuasão moral, para que os sujeitos não despertassem o desejo de usar as drogas; e a repressão, que buscava amedrontar os sujeitos com as consequências do consumo, especialmente em relação às drogas ilícitas (CANOLETTI; SOARES, 2005). Esse contexto sugeria uma falsa noção de conseguir exterminar as drogas ilícitas da sociedade (CARLINI-COTRIM, 1992), um desejo utópico, visto que as drogas sempre existiram ao longo da história da humanidade.

Há uma série de autores que consideram o fomento às iniciativas de valorização da vida, de fortalecimento dos sujeitos e grupos sociais como importantes balizadores para os programas de prevenção (BUCHER, 1992), em detrimento a propostas moralistas e de cunho repressor, baseadas na política proibicionista adotada ainda pelo Brasil. Na década de 1970, países europeus colocaram em prática políticas de redução de danos, a fim de reduzir os problemas relacionados ao uso problemático de drogas e dispor de uma gama maior de atenção aos tratamentos. Os modelos baseados na redução de danos tomaram força junto à emergência da *AIDS*, e fundamentaram-se na perspectiva de que uma das formas de atuar na prevenção é a partir da redução das complicações decorrentes do uso de drogas (SOARES, 1997). Além disso, essa perspectiva orienta seu foco a partir da concepção de que o uso de drogas isolado, em si, não é o problema (CARLINI-COTRIM, 1992), entendendo, também, o direito de cada sujeito a experimentar com sua consciência e respeitando sua liberdade sobre seu corpo.

Em tese, o uso de drogas propriamente dito não necessariamente interferiria negativamente sobre a sociedade. Sendo assim, a competência do Estado sobre o consumo de drogas deveria circunscrever-se às ações que interferem diretamente na sociedade, isto é, os danos relacionados à saúde e à violência principalmente. Portanto, seria sobre esses danos, e não sobre o arbítrio dos

cidadãos sobre si mesmos que deveriam recair as políticas de prevenção ao uso de drogas; o que se configuraria em programas realistas, eficientes, eticamente corretos, e providos de credibilidade. (CANOLETTI; SOARES, 2005, p. 118-119).

Avaliações de programas orientados pela perspectiva proibicionista apontam para a ineficiência dessas abordagens. Além de relatar que as mesmas provocaram o crescimento da curiosidade em relação às drogas (CARLINI-COTRIM, 1992), mostram-se como estratégias ineficazes para uma atenção que necessita de abordagens que compreendam sua complexidade. Nos últimos anos, países começaram a questionar as abordagens baseadas na perspectiva da repressão. Convenções da ONU, relacionando direitos humanos com os direitos à saúde, estão orientando propostas para a construção de novas abordagens para a questão das drogas. Dessa forma, estão em andamento novas alternativas políticas, já adotadas por alguns países, com práticas direcionadas aos usuários, não restritas à determinação criminal (BRASIL/SENAD, 2014), além de novas regulamentações sobre as substâncias lícitas e ilícitas.

O Brasil, como já referido anteriormente, mantém ainda o caráter criminal punitivo, com redefinições tímidas para a despenalização do uso. Algumas movimentações já foram feitas na política do Brasil e em outros países que tem apostado na liberação do uso medicinal de algumas substâncias antes “proibidas”, como o exemplo da maconha em alguns países europeus e em algumas regiões dos Estados Unidos. No País, por meio da Resolução nº 17 de 06 de maio de 2015, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), foram definidos critérios para a importação “de produto à base de *Canabidiol* por pessoa física, para uso próprio, mediante prescrição de profissional legalmente habilitado, para tratamento de saúde” (BRASIL/MS, 2015, p. 1).

Existe também a experiência próxima ao Brasil, a que foi implementada no Uruguai que regulou o uso individual da maconha, enquanto o mesmo ocorre em alguns territórios dos Estados Unidos, onde se fala, até mesmo, em legalização do uso, comércio e processo de produção da droga (MAXIMIANO; PAIVA, 2014). A reformulação política adotada por alguns países possui fundamentos a favor e contrários à sua implementação. Ressalta-se, sobretudo, a importância de perceber as diferentes formas possíveis de atender à questão das drogas, e acompanhar os impactos das experiências internacionais para que, no âmbito nacional, seja possível

reavaliar a política adotada e promover as mudanças necessárias conforme as necessidades da realidade local.

A Lei sobre Drogas, nos artigos 18 e 19, dispõe sobre as atividades de prevenção do uso indevido de drogas, além de destacar, no capítulo sobre prevenção, que as atividades direcionadas às crianças e aos adolescentes devem estar de acordo com as diretrizes do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (BRASIL, 2006). A referida Lei afirma que as atividades de prevenção devem estar direcionadas à redução dos fatores de vulnerabilidade e risco, além de promover o fortalecimento dos fatores de proteção. Importa destacar que nessa lei é reconhecido o não uso, o retardamento do uso e a redução de riscos como metas desejáveis das atividades de âmbito preventivo (GRILO, 2008). A política de prevenção formula, também, ações de atenção no âmbito da reinserção social de usuários, além de objetivar a melhoria da qualidade de vida e redução de riscos ou danos decorrentes ao uso das drogas (BRASIL, 2006). O Estatuto da Criança e do Adolescente fundamenta-se, também, no princípio da proteção integral, visando à garantia dos direitos fundamentais à população infanto-juvenil, especialmente a proteção e atendimento especializado à criança e ao adolescente dependente de drogas (BRASIL, 1990).

O Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas previu uma série de medidas no âmbito da prevenção, como a ampliação das ações, especialmente em regiões de grande vulnerabilidade à violência. Outra medida indicada foi a capacitação em prevenção a fim de gerar informações para o aperfeiçoamento das políticas públicas de prevenção, capacitação de profissionais e lideranças comunitárias e, ainda, a implantação de ações integradas nos territórios de vulnerabilidade e risco. Tratou, também, da necessidade da articulação e ampliação das ações voltadas à prevenção, incluindo a participação de familiares e a atenção aos públicos vulneráveis, entre eles, crianças e adolescentes. Além disso, assinalou a necessidade de capacitação continuada dos atores governamentais e não governamentais envolvidos nas ações voltadas à prevenção, bem como a promoção e ampliação da participação comunitária nas políticas e ações (BRASIL, 2010).

É preciso, portanto, medidas de proteção e prevenção adotadas por ambientes onde se encontram crianças e adolescentes, na perspectiva de informar, proteger e garantir o acesso aos direitos sociais e a informações qualificadas para a formação de opiniões e promoção da qualidade de vida dessa população. Ações

articuladas entre as políticas públicas de educação e saúde aparecem como fundamentais para a construção de uma rede que amplie as intervenções na realidade, promovendo ações coletivas por meio do conhecimento das necessidades de cada realidade. Ressalta-se a importância de viabilizar a participação dos jovens e inseri-los enquanto atores ativos na elaboração das ações de prevenção, a fim de que os programas e projetos se tornem mais envolventes e reais ao contexto no qual serão realizados.

3.3 O PAPEL DA ESCOLA NA PREVENÇÃO

O primeiro contato com drogas geralmente ocorre na adolescência (BESSA et al., 2011). Os adolescentes são sujeitos em desenvolvimento. Para conquistar sua identidade, o adolescente experimenta diferentes comportamentos e atitudes, questionando, se adaptando e adotando modelos de comportamento disponíveis em sua realidade, sendo o uso de drogas apenas um, dentre vários. Há diversos fatores ligados à experimentação, tais como facilidade de obtenção e opinião dos grupos de convívio. Bessa (et al., 2011, p. 363) destaca que “o adolescente vive o presente, busca realizações imediatas, e os efeitos das drogas vão ao encontro desse perfil, proporcionando o ‘prazer’, passivo e imediato”.

A educação, enquanto direito social garantido na Constituição (BRASIL, 1988), visa o desenvolvimento intelectual do ser humano, o que contribui para a sua integração individual e social. A escola, assim, possibilita a convivência dos sujeitos em grupos desde a fase da infância, a qual, dessa forma, amplia seu mecanismo de inclusão social (MURER et al., 2009). A educação, portanto, influencia na construção de diversos aspectos da subjetividade dos sujeitos, como valores, crenças, entre outras. A escola cumpre um papel específico no processo educativo, pois é orientada por programas e estruturas formais de ensino.

Além de distinções previstas na regulamentação legal, entendemos que a educação escolar tem características bem definidas, tanto por sua estrutura e organização, quanto por sua função. O processo educativo que circula no interior da escola deve ser entendido, não apenas na dimensão do ensino e da aprendizagem de conhecimentos, mas também a partir das dimensões política, econômica e cultural. Essas dimensões vão constituir, em uma perspectiva mais abrangente, a função social da escola. (ARAÚJO, 2014, p. 28).

Os processos educacionais devem ser problematizadores e libertadores, para que os sujeitos possam compreender e transformar a realidade que os cerca. Tal

concepção perpassa pela estimulação da consciência crítica, baseando-se na perspectiva de que “ninguém educa ninguém e ninguém educa a si mesmo, mas os homens educam-se em comunhão, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 1993, p. 9).

Observa-se que a organização e o funcionamento da sociedade pressupõem ações educativas, uma vez que apresentam manifestações do que fora criado pelos seres humanos e que são compartilhadas mediante as relações sociais. Dessa forma, os processos educativos são compatíveis com o ato de viver e sobreviver (ARAÚJO, 2014), elaborados socialmente no decorrer da história da humanidade.

Esse processo educacional se desdobra em várias dimensões: a educação tanto tem a função de socializar a cultura e o conhecimento acumulado, quanto a função de despertar potencialidades, reflexão e críticas acerca da realidade e das possibilidades de sua modificação. A educação acaba influenciando a constituição de vários aspectos da subjetividade das pessoas, como valores, crenças, orientações religiosas, sexuais, morais, sentimentos, escolhas e muitos outros. (ARAÚJO, 2014, p. 26).

Compreende-se, portanto, que a educação está relacionada ao processo de formação dos sujeitos, sofrendo intervenções da família, grupos sociais e culturais diversos. É importante ressaltar que a educação pode ocorrer de várias maneiras, porém, a educação presente nas escolas está organizada conforme programas e estruturas formais de ensino. Nesse sentido, devido à pluralidade de fatores que incidem na realidade das escolas, pode-se apreender que não há um modelo de escola a ser considerado mais adequado, pois cada instituição possui suas necessidades. Cada local pode possuir especificidades quanto aos recursos e estruturas, equipamentos, enfim, particularidades de cada espaço e realidade.

A escola apresenta-se como “uma instituição com condições muito específicas, cujos objetivos principais levam em conta o conhecimento baseado nas ciências” (ARAÚJO, 2014, p. 27). Há a necessidade de que esses conhecimentos possam articular-se à realidade dos sujeitos para que possam produzir sentido. É importante que os processos educativos presentes nas escolas compreendam as dimensões políticas, econômicas, culturais e sociais na dimensão do ensino, além da formação de conteúdo.

A instituição escola está permeada por diversas tensões presentes na sociedade, incluindo o papel de formar pessoas que sirvam ao mercado de trabalho e contribuam para a manutenção do sistema econômico vigente, o qual não estaria ligado ao desenvolvimento de uma consciência crítica. Ao reconhecer isso, toma-se a escola como agente de manutenção, mas também de transformação da cultura, visto

que existem diferentes processos de ressignificação e intencionalidade da educação, que perpassam influências não só ideológicas, mas políticas e sociais.

O espaço escolar constitui-se em local privilegiado, onde, se por um lado se explicitam as contradições e os antagonismos, por outro é possível que se constituam e se articulem interesses sociais mais justos, democráticos e solidários. O sistema escolar tanto pode servir para sustentar e reproduzir as relações injustas que ocorrem na sociedade capitalista, quanto pode servir para a construção da justiça social e da cidadania. (ARAÚJO, 2014, p. 28).

As escolas constituem-se, assim, enquanto espaços contraditórios, uma vez que se situam em locais onde vivem sujeitos com diversas concepções de mundo e realidades, explicitando assim a sua complexidade enquanto espaço de formação. A escola, portanto, media os processos de educação, cabendo ao professor o papel de conduzir esse processo. Os professores atuam em um espaço contraditório e dinâmico, apresentando-se como importantes atores no estabelecimento de práticas educativas.

Precisamos [...] sustentar, no fazer pedagógico, alternativas de ensino e aprendizagem criativas, inovadoras e libertadoras, para que não predominem técnicas, métodos, tarefas e conhecimentos essencialmente repetitivos, coercitivos, domesticadores. Ao possibilitar a construção e a socialização do conhecimento, a escola “distribui” o poder advindo do saber, facultando a todos uma instrumentalização mais justa para desenvolver as transformações sociais necessárias. (ARAÚJO, 2014, p. 29).

As formas de trabalho dos professores relacionam-se intimamente com sua maneira de ser e são influenciadas por sua vida, uma vez que a identidade profissional não está desassociada da subjetividade da pessoa. Esse profissional é fundamental enquanto mediador e organizador de redes de relações nas instituições, a fim de potencializar o desenvolvimento das pessoas. Além disso, o professor pode envolver os alunos nessa rede de interações a fim de construir conhecimentos coletivamente.

Os profissionais dessa área, não podem prescindir do conhecimento e aprofundamento da problemática abordada e de seus desdobramentos no espaço local, para elaborar uma visão crítica e apontar estratégias de enfrentamento, mais especificamente na instituição escolar, visto que é também nesse espaço escolar que demandas relacionadas às drogas surgem cotidianamente (seja através do uso indevido, do tráfico, das diversas formas de violência, etc.). (LEAL; GARCIA, 2008, p. 78-79).

Existem programas de promoção de saúde que estão integrados à política nacional de educação. Destacam-se: “Programa Saúde na Escola”, “Saúde e Prevenção nas Escolas” e “Mais Educação”. Existem as políticas públicas intersetoriais que relacionam educação e saúde, a partir de conceitos pautados na inclusão, respeito à diversidade e autonomia. Essas políticas fundamentam-se nos

conceitos de territorialidade, intersectorialidade e educação integral (SIMÕES et al., 2011).

A territorialidade pressupõe a construção de espaços de aprendizagem democráticos, populares e que estejam ligados às ações do território e para contribuir com o meio em que a escola está situada, colocando-a como integrante de uma rede de serviços e instituições atuantes no contexto. A intersectorialidade aparece como forma de integrar as políticas públicas para atender às necessidades de determinado território, a fim de compreendê-los em sua totalidade. Os territórios possuem dinâmicas próprias e é necessária a integração e articulação dos serviços e instituições que atuam nessa teia de relações para efetivar ações e práticas coletivas para atenção às demandas da população. A educação integral considera a educação como direito universal, mas entende o processo da educação enquanto parte do desenvolvimento humano, para além da aprendizagem com bases científicas. Dessa forma, a partir do princípio de educação integral, procura-se aumentar o tempo de permanência do estudante nas escolas com outras atividades em turno inverso ao de aula (BRASIL/MEC, 2009).

A promoção de saúde engloba, também, as escolas, e perpassa as ações de prevenção ao abuso de drogas, visto que os ambientes escolares são espaços privilegiados para a promoção da saúde de crianças e adolescentes, além de poder provocar impactos na comunidade no qual está inserido. Existem diversas causas para que ocorra o uso ou abuso de drogas, dessa forma, é importante considerar que essa questão abrange outros aspectos além da visão policial.

O currículo das escolas não contempla, necessariamente, a questão das drogas. Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), os currículos devem ter uma base nacional comum e uma parte diversificada, a ser desenvolvida segundo cada sistema de ensino, atendendo às características de cada local e região, conforme cultura e economia (BRASIL, 1996). É nesse ponto da diversificação que, com sua autonomia, os espaços escolares podem incluir projetos de prevenção ao abuso de drogas.

O assunto “drogas”, segundo as orientações gerais para a educação nacional, deve aparecer nas ações das escolas nas diversas atividades curriculares (ALBERTANI; AZEVEDO, 2014). Vinculadas às ações de promoção de saúde, as ações de prevenção devem estar de acordo com a realidade local. Cada instituição escolar tem autonomia para incluir o tema da prevenção integrado ao currículo. A partir

de uma perspectiva que busque reduzir riscos ao consumo de drogas e os danos causados por elas, podem-se planejar ações de prevenção que integrem diversos atores dentro e fora da escola.

Os processos educacionais devem gerar e desenvolver mudanças no sentido da transformação social. [...]. É certo que a resposta dependerá do modo de olhar de cada instituição/indivíduo/profissional/gestor para essa realidade, podendo ser um olhar impaciente, descrente ou ideológico, como se fosse a única saída que oportunizasse atender às demandas. Ou, ainda, um olhar de acompanhamento de sua existência concreta e das práticas por eles desencadeadas, em que pese toda uma projeção otimista, para mudar essa configuração. (LEAL; GARCIA, p. 2008).

As ações podem ser desenvolvidas em longo prazo, de acordo com cada faixa etária que se deseja atingir, abordando conteúdos que fortaleçam a autoestima e auxiliem no desenvolvimento da capacidade de tomar decisões, a partir de informações atualizadas e sem caráter moralista na realização das atividades. A promoção de saúde deve ser abordada a partir de uma perspectiva interdisciplinar e integrada às diversas áreas do conhecimento e de acordo com os interesses dos alunos.

O tema saúde está integrado a outros fatores que compõem a vida (cultura, valores, espaço social) e não pode ser visto de modo isolado, portanto, há necessidade de se estabelecer um elo entre eles. A articulação desses fatores no currículo da escola, com incorporação de todas as áreas do conhecimento que o estruturam, dá formato a um currículo “vivo”, em que os conteúdos curriculares não são vistos como um fim em si mesmos, mas como meios básicos para constituir competências cognitivas ou sociais. (ALBERTANI; AZEVEDO, 2014, p. 202).

O papel da escola, portanto, deve se constituir em colaboração com a comunidade, para que as pessoas possam se envolver e participar de suas atividades, para que ocorra o aprendizado e formação social dos sujeitos (BRASIL/MEC, 1996). Nesse sentido, a escola poderá articular-se com a sociedade para o enfrentamento das problemáticas que surgem na realidade. A escola desempenha, também, um papel importante na formação do cidadão. Devido à emergência de debates e discussões sobre drogas, bem como de notícias vinculadas a este fenômeno, com expressões de violência presenciadas no cotidiano, abandono familiar e escolar, é preciso reconhecer a escola como um dispositivo de fácil acesso à criança e aos adolescentes, tornando-se um ambiente favorável às práticas preventivas.

Conforme especialistas, a prevenção é a melhor estratégia para lidar com a questão das drogas (SILVA et al., 2008), tornando, assim, a escola como importante agente para o início dessas abordagens. A escola apresenta-se como um ambiente

privilegiado para formação da criança e do adolescente, visto que é o espaço onde eles vivem muito tempo de suas vidas (ZEMEL, 2011).

A prevenção primária do uso de drogas na escola traduz-se em um conjunto de ações educacionais a serem postas em prática, de maneira consistente desde a pré-escola, passando pelo Ensino Fundamental, até o Ensino Médio, utilizando-se da abordagem conhecida como transversalidade em todos os anos curriculares do programa escolar, e que visa, em última instância, desenvolver no jovem a capacidade de formar consciência crítica, de modo a ter condições de avaliar todas as situações que enfrentará em sua vida. (ZANELATTO; ZANELATTO, 2004, p. 3).

Salienta-se que, para desenvolver ações de prevenção, é necessário que os profissionais tenham capacitação específica, a fim de estarem preparados para realizar essas abordagens em sala de aula. Destaca-se, também, que programas preventivos que limitem suas ações a palestras e que utilizem somente um tipo de modelo entre os modelos possíveis de ações de prevenção, por exemplo, a realização de palestras de cunho amedrontador ou somente com informações científicas sobre drogas e efeitos, não se mostraram eficazes. Essa é a avaliação do programa *Drug Abuse Resistance Education (DARE)*, desenvolvido nos Estados Unidos e adaptado em diversos outros países, como no Brasil por meio do Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD).

Além disso, não se pode afirmar que o programa, por possuir perspectiva da prevenção, ele efetivamente vá reduzir o consumo. Existem evidências científicas que apontam, inclusive, que alguns programas possuem efeitos “iatrogênicos”, ou seja, o próprio programa pode acabar estimulando o uso de drogas. Um caso que pode ser citado é de um programa australiano chamado *Life Education*, o qual se realizava em ambientes escolares. O referido programa foi se inserindo no país sem antes tratar de evidenciar sua eficácia. Como resultado, mediante os devidos testes para comprovar sua eficácia, foi constatado que os alunos que participaram do programa, em verdade, consumiram mais drogas do que aqueles que não haviam se inserido no programa (SANCHEZ, 2014).

O documento “Orientações Curriculares para o Ensino Médio”, elaborado pela Secretaria de Educação Básica, buscou contribuir com o diálogo entre a escola e os professores a fim de dispor de norteadores para a prática dos educadores. Esse documento buscou apresentar alternativas para a organização do trabalho pedagógico para atender às necessidades das escolas e professores na elaboração do currículo para o ensino médio (BRASIL/MEC, 2006).

No documento das Orientações Curriculares foi proposta a discussão de temas como inclusão/exclusão, noções de cidadania e diversidade cultural, além de abordar a escola como espaço sociocultural, entre outros. Esses temas deveriam ser trabalhados de forma integrada às disciplinas tradicionais (JACOBINA et al. 2014), buscando a interação desses conteúdos com os interesses e necessidades da população.

A fim de consolidar projetos interdisciplinares, é necessário que os conteúdos tradicionais sejam abordados e debatidos socialmente a partir de ações amplas e contínuas, visto que a ação que não se encaixa no projeto pedagógico da escola tem grandes chances de ser descartada, uma vez que poderá não receber o tempo necessário para sua construção e planejamento. Esse cenário será possível mediante a qualificação dos profissionais e seu interesse em adotar essa proposta de ensino, em direção à construção coletiva de espaços para exercício de autonomia. A partir disso, mostra-se possível a implantação de programas de prevenção ao abuso de drogas, em uma perspectiva contínua para que, realmente, provoque transformações na realidade.

Ressalta-se que a mera distribuição de informações sobre efeitos das drogas para os alunos são iniciativas incipientes. As ações precisam ser contextualizadas conforme cada realidade, incluindo, nesse sentido, a produção do material a ser trabalhado diretamente no contexto no qual se pretende atuar. Assim, é importante perceber o papel do professor, o qual necessita de uma formação que lhe forneça subsídios para atuar enquanto mediador do conhecimento, além de estar apto a identificar e lidar com as contradições expostas na realidade (PEDROZA; COSTA, 2014). A formação deve ocorrer de forma permanente, tendo em vista que a escola é um espaço de construção e reconstrução de diferentes tipos de conhecimento, sempre em movimento. O fenômeno das drogas e sua complexidade exige a integração entre diversos saberes de diferentes profissionais, para que as ações desenvolvidas nas escolas possam ocorrer de forma integrada e incluam a participação dos diferentes segmentos presentes nas escolas.

3.4 CARACTERÍSTICAS DAS ESCOLAS E DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA

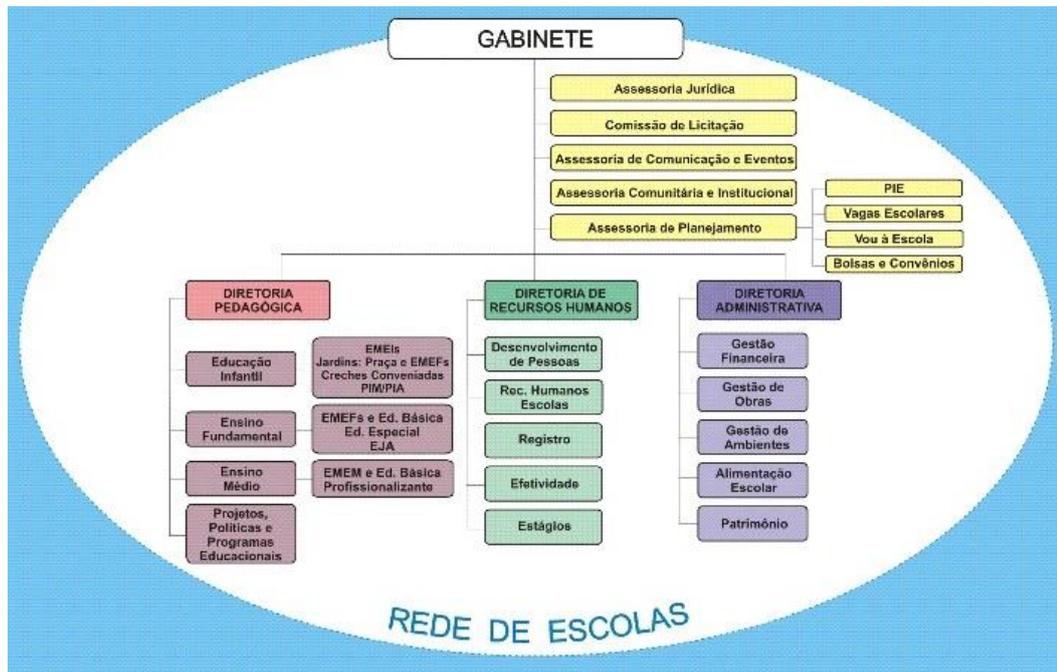
Conforme dados da Prefeitura de Porto Alegre, a Rede Municipal de Ensino no município é composta por 96 escolas, possuindo cerca de quatro mil professores,

além de 1200 funcionários. Atende, atualmente, cerca de 55 mil alunos da Educação Infantil, do Ensino Fundamental, do Ensino Médio, Educação Profissional de Nível Técnico, e da Educação de Jovens e Adultos (EJA) (PORTO ALEGRE, 2015). Na década de 1960, foi realizado o primeiro concurso público para a contratação de professores para a Rede, caracterizando a forma de vínculo desses profissionais até os dias atuais. Em 1998, por meio da Lei n.º 8.198, foi criado o Sistema Municipal de Ensino de Porto Alegre, o qual integrou Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Profissional, devendo ser mantido pelo Poder Público Municipal; escolas de Educação Infantil, criadas e mantidas pela iniciativa privada; o Conselho Municipal de Educação e a SMED (PORTO ALEGRE, 1998).

As escolas da Rede Municipal de Ensino (RME) atendem a cerca de 46 mil alunos, distribuídos nas 55 escolas de Ensino Fundamental existentes em Porto Alegre. A organização do ensino fundamental possui três ciclos com três anos cada, totalizando nove anos de formação. As faixas etárias compreendidas nos ciclos são de 6 a 14 anos, porém, existem distorções entre idade e séries. Conforme dados obtidos pelo ObservaPoa, Porto Alegre apresenta a maior taxa de alunos matriculados no ensino fundamental que apresentam idade superior à idade prevista, sendo 27,17% na capital, em relação à São Paulo (6,6%), Curitiba (8,9%) e Florianópolis (11%) (PORTO ALEGRE, 2015).

Cada escola tem liberdade para construir os projetos político-pedagógicos, além de organizar os regimentos internos, definindo a sua modalidade de ensino (complexo temático, tema gerador, projetos, entre outros) (PORTO ALEGRE, 2015). Abaixo, apresenta-se o organograma da SMED referente ao ano de 2011.

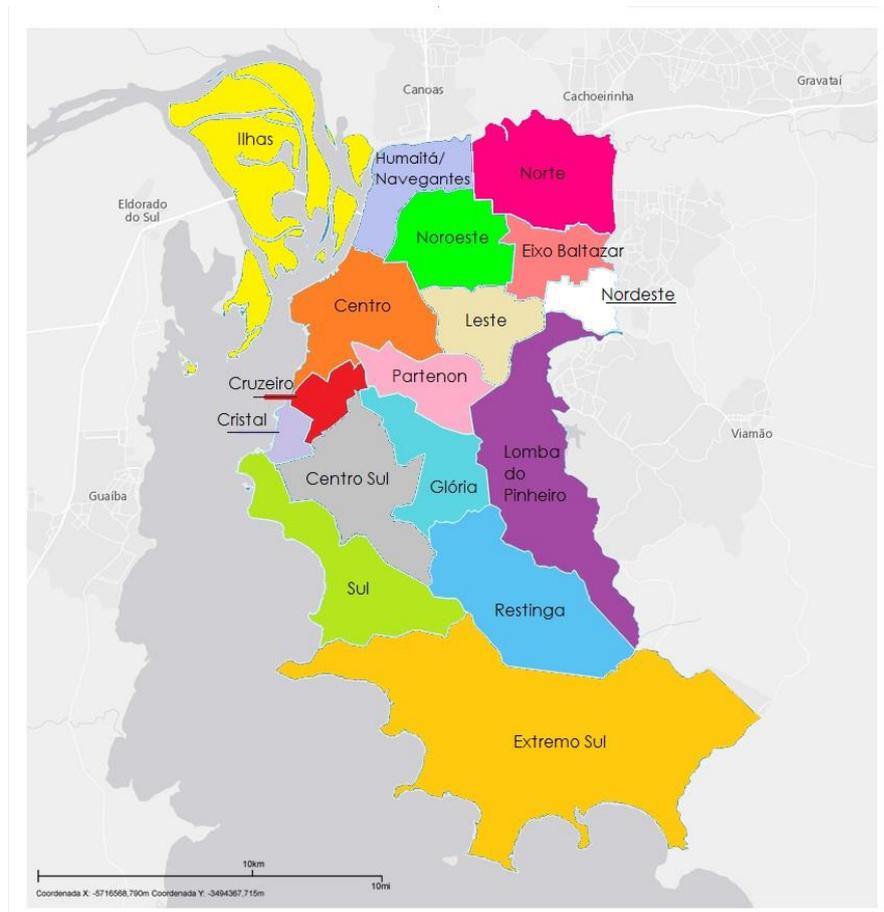
Figura 1 – Organização Administrativa da SMED em Porto Alegre/RS



Fonte: Reprodução do material encontrado no endereço eletrônico da prefeitura de Porto Alegre (PORTO ALEGRE, 2015).

As treze escolas que participaram da pesquisa situam-se em diferentes regiões da cidade, abrangendo norte, sul, leste e oeste do território. A escolha da amostra se deu em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre, buscando informações sobre as escolas presentes em bairros com maior incidência de problemas relacionados ao tráfico de drogas (segundo informações disponibilizadas pela Divisão de Planejamento e Coordenação Serviço de Estatística – DIPLANCO, da Polícia Civil), além de identificar que essas regiões são caracterizadas por serem socialmente vulneráveis. A fim de preservar o nome das instituições, não serão identificados os bairros nos quais foi realizado o processo de pesquisa.

Figura 2 – Mapa de Porto Alegre e microrregiões



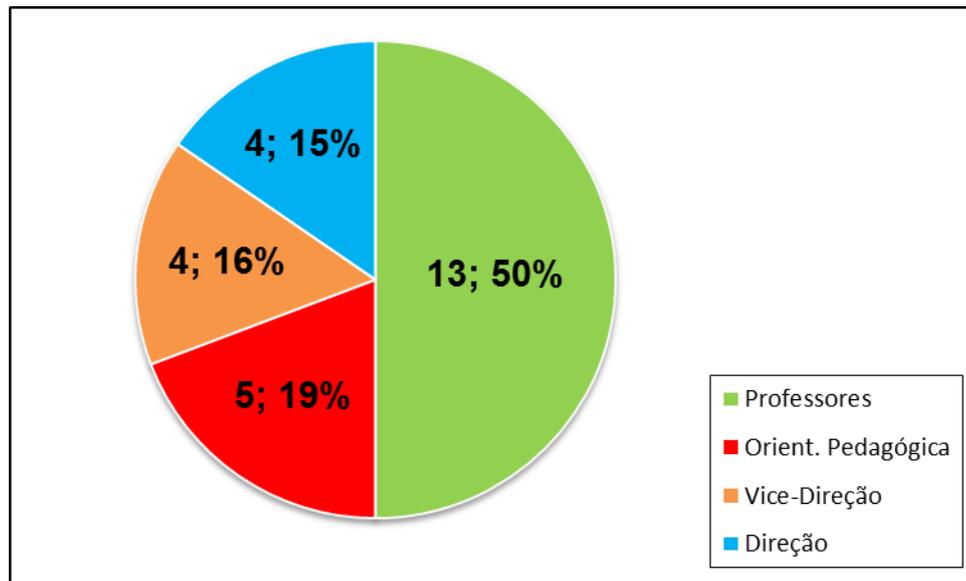
Fonte: Sistematização da autora conforme informações obtidas na página eletrônica da prefeitura de Porto Alegre (PORTO ALEGRE, 2015).

A média de alunos das treze escolas visitadas ficou em torno de 884, e as escolas compreenderam 31% (4) de instituições somente de nível fundamental e 69% (9) que possuíam, também, Educação de Jovens e Adultos (EJA)⁵. A média de idade dos profissionais entrevistados ficou em torno de 43 anos, sendo 54% (14) homens e 46% (12) mulheres. Quanto à formação, 88% (23) dos entrevistados possuíam pós-graduação em diferentes áreas do conhecimento. Esse alto nível de formação pode ser reflexo do Plano de Carreira do Magistério Público Municipal, conforme a Lei n.º 6.151 (PORTO ALEGRE, 1988).

O período no qual os profissionais entrevistados atuavam na sua função na escola ficou em torno de oito anos. No gráfico a seguir, apresenta-se a atribuição que os profissionais possuíam nas instituições no período da coleta de dados.

⁵ O EJA presente nessas escolas também correspondia somente ao ensino de nível fundamental.

Gráfico 1 – Função exercida pelos profissionais entrevistados nas escolas



Fonte: Sistematização da autora (2015).

Conforme já foi mencionado neste trabalho, existe a necessidade de capacitação de profissionais para atuar na área da prevenção ao abuso de drogas, devido à complexidade que permeia esse fenômeno. Foi constatado, no entanto, que entre os 26 entrevistados, somente quatro mencionaram ter assistido a alguma palestra sobre o assunto, ou ter participado de fóruns sobre o tema. Além disso, um participante mencionou que realizou um curso à distância específico para educadores de escolas públicas voltado à prevenção ao abuso de drogas. Nota-se, portanto, que o tema ainda é pouco trabalhado nas formações voltadas aos profissionais nas escolas, embora seja pertinente ao ambiente escolar tratar sobre a prevenção.

Profissionais afirmaram que as escolas devem promover, conforme orientação da SMED, cerca de dez atividades de formação por ano. Os temas abordados nas atividades de formação devem ser organizados conforme a necessidade de cada escola. Em alguns casos, porém, nota-se que por mais que o contexto esteja permeado pela questão das drogas, ainda é um tabu promover debates a respeito disso. Além disso, relataram a insuficiência na oferta de cursos sobre essa temática.

De vez em quando abro o e-mail institucional e existem ofertas de cursos, mas não me recordo de nenhum da área das drogas. Normalmente são da área pedagógica, processo de aumentar a escolarização dos professores, pós-graduação, mas não especificamente nessa área. (PROFISSIONAL 6).

Essa busca por aperfeiçoamento em determinados assuntos perpassa, também, as experiências prévias de cada professor, além de suas visões em relação à questão a qual se deseja aprofundar. Alguns compreendem a droga na sociedade como uma questão não isolada na dimensão da substância, mas presente em um contexto social e que deve ser reconhecida a partir das diversas relações que a sociedade faz com essa droga.

O que eu percebo é que há uma questão de experiência e bagagem dos professores a respeito do assunto e, também, das posições que cada um tem a respeito do assunto. Eu percebo a droga como um problema da sociedade e não como um problema dos alunos. Eu não vejo essa separação. Vejo colegas que tem problemas com drogas lícitas, seja álcool ou remédio de tarja preta, que também é um problema sério com drogas. (PROFISSIONAL 3).

A política pedagógica da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre tem reformulado as propostas educacionais para o nível fundamental de ensino, a partir da definição de um Plano de Metas Educacionais, iniciado em 2010. Dentre os eixos dessa reestruturação, encontra-se a integralização da educação (PORTO ALEGRE, 2015). O eixo da integralização aposta na ampliação do tempo de permanência do aluno na escola a partir de trabalhos qualificados, prevendo, também, a participação da comunidade e da mantenedora (SMED) na integração da comunidade escolar com as regiões onde as escolas estão situadas. Nas realidades pesquisadas, identificaram-se os processos precários pelos quais os profissionais passam para efetivar a integralização, uma vez que lhe faltam recursos para que essa premissa seja efetuada com qualidade.

Nós temos a educação integral, mas não é suficiente. A gente tem uma série de iniciativas que são muito fragmentadas e não há uma política clara da Secretaria de Educação a respeito disso a não ser manter essas crianças na escola. Manter de qualquer jeito, daí a escola acaba se tornando um lugar menos qualificado. Os profissionais, às vezes, são deslocados de suas funções, de suas áreas de conhecimento, para fazer qualquer tipo de serviço para que elas se mantenham aqui. Isso acaba deteriorando o espaço e a gente acaba não tendo a educação integralizada. A integralização é muito mais “do jeito que dá”... a gente tem uma série de terceirizações e convocar profissionais concursados não seria um grande esforço que a máquina pública teria que fazer mas traria melhores resultados. Para ter uma intervenção decente teriam que ter vários outros aportes, realmente um investimento. (PROFISSIONAL 3).

A escassez de recursos é afirmada em diversas instituições pesquisadas, nas quais fora solicitado mais apoio e maior repasse de verbas das políticas públicas. A realidade é semelhante nas treze escolas visitadas, especialmente em relação à violência em decorrência da presença do tráfico de drogas no território. Identificou-se

que essa realidade perpassa a grande parte das escolas municipais, conforme relatos dos profissionais da rede, uma vez que essas instituições estão situadas em locais que apresentam grandes vulnerabilidades sociais⁶.

[...] nossos problemas são muito comuns. Violência, tráfico, evasão. Quando escuto o relato dos outros profissionais das escolas a gente imagina a nossa própria escola, porque o quadro é o mesmo em todas, isso é bem específico especialmente na rede municipal. Na rede municipal as escolas estão colocadas em zonas de conflito. Não existe escola municipal de elite, existem as escolas encravadas nos morros, nas vilas, nos territórios conflituados e é bem sério esse movimento de gangues e tráfico, e isso influencia direto na rotina diária da escola. Muitas vezes tu estás falando ali e tu sabes que de repente tu estás falando com um aluno que seja até o chefe da área, e muitas vezes os professores até nem gostam de se expor muito porque sua própria segurança pode estar em jogo. (PROFISSIONAL 6).

O relato acima demonstra como o território e suas determinações impostas por disputas entre facções pertencentes ao tráfico de drogas, podem impactar diretamente no cotidiano das instituições escolares. Tanto profissionais quanto alunos sofrem com a insegurança no entorno da instituição, além de lidar com o medo em função, muitas vezes, das relações de poder construídas nesse cenário.

Os profissionais reconhecem a escola como espaço capaz de modificar e proporcionar atividades interessantes e transformadoras, proponente de ações que visem o desenvolvimento de crianças e adolescentes. Porém, percebem a defasagem do ensino no âmbito do Ensino para Jovens e Adultos (EJA), tendo em vista que os alunos considerados “problemáticos” são transferidos para o turno da noite como forma de “escape”, porém, acabam tendo acesso a uma escola que os atende parcialmente, pois nesses turnos, geralmente, as secretarias, os laboratórios de informática e as bibliotecas não permanecem abertas. Esse cenário acaba precarizando o acesso desses sujeitos a todos os recursos disponíveis na instituição, ao ofertar o mínimo da estrutura da escola a eles.

Ressalta-se que muitos professores prestam o concurso para atuar na rede municipal, mas desconhecem a realidade dessa rede. Ao chegarem às instituições, acabam, muitas vezes, desistindo de permanecer nas escolas, pois tem dificuldades em lidar com o contexto com o qual se deparam.

⁶ Vulnerabilidade [...] são condições de risco pessoal e social que vivem as pessoas, em consequência, principalmente da precarização do trabalho e do isolamento social (CASTEL, 1998, p. 47). Na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) as vulnerabilidades sociais retratam as situações de fragilidade vividas pelos sujeitos em decorrência da pobreza, falta de acesso aos serviços públicos, ausência de renda, entre outras (BRASIL, 2004).

Eu realmente conheci o que é pobreza quando eu vim trabalhar aqui. E isso choca as pessoas porque, cada vez menos, querem o magistério, e quando elas vêm aqui acabam saindo... Elas não suportam ver isso... Vem para cá e tem que assistir tudo isso e não é fácil aceitar! Acredito que, quem está aqui, não tem uma insensibilidade a ponto de achar isso normal. (PROFISSIONAL 7).

A partir do cenário até então exposto, notaram-se características sobre as escolas, profissionais e algumas tendências sobre a realidade das escolas da rede municipal de educação de Porto Alegre.

4 A PREVENÇÃO AO ABUSO DE DROGAS EM TERRITÓRIOS SOCIALMENTE VULNERÁVEIS

No presente capítulo, apresentam-se algumas análises sobre os territórios pesquisados, suas vulnerabilidades, as expressões de violência e os impactos do tráfico de drogas nas comunidades. Além disso, destacam-se os processos de trabalho em rede, as iniciativas de articulação da escola com outros programas e projetos direcionados à prevenção ao abuso de drogas.

Discorre-se, sobretudo, acerca dos entraves encontrados pela população em acessar os seus direitos sociais, frente a uma realidade permeada por negações a esses direitos, pela criminalização da situação de pobreza, entre outros aspectos. Abordam-se, também, algumas sugestões para lidar com a realidade apresentada, baseando-se, fundamentalmente, nas percepções dos participantes desse estudo.

4.1 TERRITÓRIOS, VIOLÊNCIA E TRÁFICO DE DROGAS

A partir dos anos 1990, a violência na adolescência passou a ser considerada uma questão de saúde pública. É um fenômeno desencadeador de problemas psicológicos, físicos e sociais para esse segmento, especialmente àqueles que vivem em territórios com grande vulnerabilidade social. O termo violência possui origens nas relações econômicas, sociais, políticas e culturais (RUZANY; MEIRELLES, 2009). As desigualdades sociais relacionam-se com o aprofundamento dos processos de violência, devido à restrição de oportunidades, violação de direitos, caracterizando um fenômeno de ordem estrutural. Os adolescentes que vivenciam a falta de acesso à saúde, alimentação, à educação, entre outros direitos, são mais suscetíveis a sofrerem cotidianamente processos de violência.

Conforme levantamento da UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), os adolescentes compreendem 11% da população brasileira, ou seja, são mais de 21 milhões de pessoas entre 12 e 18 anos (UNICEF, 2011). Em Porto Alegre, conforme o Observatório da Cidade de Porto Alegre, crianças e adolescentes representam 24,5% da população (PORTO ALEGRE, 2015). Existe uma diversidade de vulnerabilidades enfrentadas por esse grande contingente populacional, destacando, entre elas a pobreza, baixa escolaridade e os diferentes processos de violência. As vulnerabilidades expressam-se com maior profundidade nos

adolescentes pobres, devido às condições de vida precárias, privação de renda e dificuldades no acesso aos serviços públicos (SEPLAN, 2013; UNICEF, 2011).

Constatou-se, nas instituições pesquisadas, a questão da baixa escolaridade como uma grande vulnerabilidade, a qual, nos relatos, caracterizou-se por padrões de repetência, evasão e abandono escolar, mas, especialmente, por distorções entre a idade e a série. Esses apontamentos não diferem da realidade nacional, visto que, em 2009, dos adolescentes entre 15 e 17 anos, apenas 50,9% encontravam-se matriculados no Ensino Médio, afirmando que a outra metade desses adolescentes ou se encontravam no Ensino Fundamental ou não estavam mais vinculados à rede de ensino (UNICEF, 2011).

Eu acho que nós precisamos de mais projetos dentro da escola, porque a demanda da educação já é muito grande. Nós estamos preocupados com alfabetização, com numeramento, com a construção do conhecimento em diversas áreas. Nós temos casos de alunos que estão no quinto, sexto ano, que não estão alfabetizados. Nós temos turmas de quinto ano que somente um aluno é alfabetizado, de vinte e oito alunos. (PROFISSIONAL 12)

Essa realidade impacta no futuro profissional e pode ocasionar inserções precárias no mundo do trabalho, aprofundando a violação de direitos e a desproteção social dessa população.

O trabalho que oferecem muito pra eles é supermercado, essas coisas onde eles acabam trabalhando em funções mal remuneradas, e aí acabam desistindo e ficando desestimulados. Nesse sentido, as opções do tráfico, às vezes, são mais rentáveis, então é difícil fazer concorrência sem um apoio dos projetos, de inserção deles no mercado de trabalho, de formação. (PROFISSIONAL 15).

A falta de acesso às políticas sociais é fruto, também, da violência estrutural. Mas, para seguir o debate sobre violência, é necessário reconhecer que o termo, em si, pode não ter uma única definição, visto a complexidade que envolve esse fenômeno. Pode-se citar, no entanto, a formulação realizada pela Organização Mundial de Saúde, a qual, em seu Relatório sobre Violência e Saúde, buscou caracterizar violência como:

[...] uso intencional da força física ou do poder real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha qualquer possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação. (KRUG et al., 2002, p. 5).

Existem, sim, diversas definições para o fenômeno da violência, visto que o mesmo é multicausal, e, embora trazida a caracterização acima, buscou-se não

enquadrá-lo em uma única conceituação. Historicamente, não há registro de uma sociedade completamente livre de violência, visto que a mesma consiste, também, “no uso da força, do poder e de privilégios para dominar, submeter e provocar danos a outros: indivíduos, grupos e coletividades” (MINAYO, 2009, p. 23). Há, sobretudo, sociedades mais violentas que outras, conforme suas particularidades, cultura, entre outros aspectos. Salienta-se que a violência apresenta-se carregada de intencionalidade e que, não necessariamente, provoca somente danos físicos, pois “a agressão verbal, abuso sexual, abandono ou a violação dos direitos humanos, dentre outros, são considerados atos de violência” (CAVALLI, 2009, p. 2).

Há definições de violência que se baseiam em uma ideia de que o homem é mau por natureza e que “está em sua personalidade cometer atos maldosos, buscar os próprios interesses e bem-estar” (CAVALLI, 2009, p. 3). É possível perceber que essa concepção de maldade inerente ao ser humano tem sido presente na atualidade, e aparece como um sustentáculo para discursos que culpabilizam os sujeitos pelas violências praticadas, dissociando aos fatores sócio-históricos que também podem compor o fenômeno.

A violência apresenta um conjunto de causas vinculadas a fatores econômicos, políticos, sociais, históricos, culturais, ético-morais, psicológicos, biológicos, jurídicos e à mídia. Conjunto de causas aparece entrelaçado como uma rede, transversais aos discursos e apresentam uma historicidade. Entretanto, os determinantes macroestruturais são predominantes. O Estado é apresentado como o principal agente da violência que se origina na desigualdade social. (LOLIS, 2003, p. 11).

A violência, assim, possui diferentes determinações. Dessa forma, atenta-se para fatores que podem ampliar a vulnerabilidade à violência, especialmente, partindo de uma visão macroestrutural, marcada pela desigualdade social, exclusão social, desemprego, além de alguns fatores presentes no panorama conjuntural, quais sejam: “aumento da criminalidade urbana, da delinquência juvenil, do crime organizado [...] que favorecem a escala da violência em contextos específicos” (PERES, 2002, p. 54). Nesse escopo, traz-se, então, a violência estrutural.

Violência estrutural diz respeito às mais diferentes formas de manutenção das desigualdades sociais, culturais, de gênero, etárias e étnicas que produzem a miséria, a fome, e as várias formas de submissão e exploração de umas pessoas pelas outras. Mais cruel é a violência que mantém a miséria de grande parte da população do País. Todos os autores que estudam o fenômeno da miséria e da desigualdade social mostram que sua naturalização o torna o chão de onde brotam várias outras formas de relação violenta. (MINAYO, 2009, p. 32-33).

Nota-se que a violência estrutural está presente no bojo do modo de produção capitalista, relacionada, assim, com a questão social, devido aos seus impactos que afetam diretamente a população (CAVALLI, 2009). Para viver, o ser humano precisa ter satisfeitas suas necessidades básicas, como alimentação, moradia, vestimentas, etc. No momento em que são reproduzidas lógicas excludentes e que não permitem o acesso a estas necessidades, perpetua-se a violência estrutural.

A violência estrutural é formada por um conjunto de ações que se produzem e se reproduzem na esfera da vida cotidiana, mas que, frequentemente, não são consideradas ações violentas. A reprodução desse modelo societário repõe, ao mesmo tempo, novas contradições e a possibilidade histórica de sua superação. A violência estrutural compõe esse processo e se reproduz junto com ele. Sua superação está condicionada a negação da sociedade capitalista ou, mais do que isso, está imbricada com a materialização de um modelo societário que supere os limites impostos pela lógica do capital ao mundo do trabalho. (SILVA, 2012, p. 4).

Essa forma de violência é expressa, abertamente, na forma como o Estado tem conduzido as políticas sociais, por meio de um referencial teórico neoliberal⁷, respondendo às necessidades da população por meio de ações fragmentadas e focalizadas. Há o sucateamento do aparelho estatal, o crescente avanço de parcerias público-privadas que não possuem a premissa de universalizar a atenção à população, mas sim, de continuar a atender por meio de condicionalidades de acesso que, ainda assim, deixam grandes contingentes descobertos em seus direitos. Evidencia-se essa realidade a seguir:

A gente tem uma psicóloga para toda comunidade e a demanda dela é de 23 mil casos. Isso um número já bem desatualizado, certo? Então ela vai precisar de ajuda em algum momento, como é que a gente vai dar conta de tudo isso? (PROFISSIONAL 21).

Nós temos falta de médico, mas o que isso tem a ver? Tudo! Às vezes o governo pensa que, colocando uma escola aqui é o suficiente, mas não é. Esse espaço aqui tem que ter escola, tem que ter hospital, que atualmente está operando com apenas 50% da capacidade. É uma rede que tinha que estar conectada e não está. Falta saneamento básico. Nós temos famílias que fazem todas suas necessidades fisiológicas em baldes e o esgoto passa por dentro da escola. Porque eu trago isso? Porque a questão das drogas é muito importante, mas não é algo isolado, então são inúmeras as dificuldades. Se alguém viesse aqui falar sobre saneamento básico, eu falaria sobre saneamento básico, mas falaria sobre as drogas também. Nós estamos em um local de “desespero”, porque tu vê a falta de tudo, da segurança inclusive. (PROFISSIONAL 12).

⁷ O neoliberalismo pressupõe uma lógica de estado mínimo na atenção aos direitos sociais, voltando-se para o mercado. Esse referencial gerou reformas e ajustes que repercutiram negativamente no âmbito das políticas sociais (HARVEY, 2008).

Percebe-se, assim, que a violência estrutural pode aparecer tanto na negação completa de atenção nos serviços prestados, quanto na redução da qualidade e quantidade dos mesmos (SILVA, 2012). Explicita-se esse cenário a partir de percepções dos participantes desse estudo, no momento em que apontam diversas dificuldades nos âmbitos das estruturas físicas e de recursos humanos das escolas e da comunidade, como um todo.

Asfaltar a rua é o básico. Por que é o básico? As famílias podem lavar a roupa, mas no final do dia está suja e os alunos vem para a escola sujos, e aí vão dizer: “- Olha eles vão até sujos para a aula”. Mas é só um caminhão passar nessa rua e levanta poeira para cima da escola e para cima das casas. A frente da escola não é asfaltada, mas na rua paralela é asfaltada, por quê? São 16 anos que a gente quer que seja asfaltada e ela não é. Só para ter uma proporção do esquecimento. (PROFISSIONAL 12).

Por vezes, essas deficiências estruturais ocasionaram na facilitação de invasões no ambiente escolar, e, conforme relatos, esforços são feitos para que os recursos necessários sejam destinados às obras, porém, acabam não chegando ao destino final.

Esse gradil de concreto é muito frágil. A forma como foi construído permite que tenham muitos pontos de acesso (ao espaço físico da escola), então a gurizada pula o muro... Às vezes, nos deslocamos para patrulhar e monitorar o espaço para que ninguém entre, mas aí vimos que era como “tentar tirar de caneca a água em um barco furado”. Às vezes, tu não podes esperar dos recursos do poder público e, dentro da realidade que a gente trabalha, com a questão financeira totalmente escassa, tu não tens esse apoio e tu não vais ter apoio pessoal e financeiro para executar alguma obra. O que temos, de uma forma geral, é insuficiente.... Temos problemas de quadro de pessoal, principalmente à noite, não conta com nenhuma sobra para ter um atendimento mais qualificado para esse público que vem aqui. (PROFISSIONAL 3).

Nesse sentido, nota-se que as medidas adotadas pela escola em busca de evitar as invasões se mostram insuficientes, visto que a raiz da questão encontra-se na violência estrutural que incide no atendimento ofertado pela escola. Faltam recursos financeiros que deveriam ser repassados às instituições, além da escassez de recursos humanos para compor o quadro mínimo de funcionários. Há, assim, a necessidade de políticas estruturantes que vão além da política de educação.

Parte-se, também, da necessidade de discorrer sobre o território, superfície concreta das relações da vida cotidiana, no qual “o direito a ter direitos é expresso, negado ou reivindicado a partir de lugares concretos: o morar, o estudar, o trabalhar, o divertir-se, o viver saudavelmente, o transitar, o opinar, o participar” (KOGA, 2003, p. 33). Os profissionais entrevistados, em geral, afirmam que as próprias localidades

das escolas acabam fazendo com que os professores não permaneçam nas instituições. Em muitos casos, a defasagem de recursos humanos se dá, pois algumas regiões encontram-se afastadas do centro da cidade, dificultando a sua acessibilidade. Nesse ponto, pode-se tratar sobre a configuração da cidade, campo vivo que exprime as lógicas da urbanização pautadas no modelo socioeconômico.

As cidades e, sobretudo, as grandes, ocupam, de modo geral, vastas superfícies, entremeadas de vazios. Nessas cidades espraiadas, características de uma urbanização corporativa, há interdependência do que podemos chamar de categorias espaciais relevantes desta época: tamanho urbano, modelo rodoviário, carência de infraestruturas, especulação fundiária e imobiliária, problemas de transporte, extroversão e periferização da população, gerando, graças às dimensões da pobreza e seu componente geográfico, um modelo específico de centro-periferia. (SANTOS, 1996, p. 95).

Conforme Santos (1996), há valorização desigual das diferentes frações do território urbano. Essa lógica aprofunda as dificuldades enfrentadas pela população, incluindo aí o transporte, causando prejuízos aos que residem longe dos centros. Os deslocamentos tornam-se mais dispendiosos, “e isso fortalece os centros em detrimento das periferias, num verdadeiro círculo vicioso” (p. 96). Constata-se essa realidade no relato a seguir:

Aqui é uma região que está bem complicada porque ela está sendo espremida pelos condomínios que estão sendo construídos, então existem reuniões que determinaram que esse pessoal que reside aqui vai ser retirado por causa da segunda fase (de construção) do condomínio. É segregação espacial que se diz, não é? Aqui pela localização virou uma área de interesse especulativa pelo ramo imobiliário e a prefeitura não avança na questão de melhorias porque deve pensar: “- Eu vou melhorar uma coisa que não vai ficar mais, então porque eu vou investir aqui?”. (PROFISSIONAL 7).

O mesmo profissional discorre, ainda, sobre as novas configurações geográficas organizadas pelas fronteiras do tráfico de drogas nos bairros. O acesso ao território fica comprometido conforme a divisão realizada pelas faixões, não permitindo o trânsito livre das pessoas da comunidade nos espaços de uso comum, bem como no acesso aos serviços presentes nas regiões.

Tem um projeto de praça que eles iam revitalizar, mas a obra não aconteceu. No fim de semana aqui eles ficam largados. Digo largados sem qualquer atividade, pois se eles querem um parque é longe, então eles não tem acesso aqui perto. Ali perto do condomínio que fizeram, tem um centro esportivo que na verdade é uma obra de contra partida da incorporadora para a região, só que ali também tem um detalhe, como tem essa questão de territórios (demarcações do tráfico de drogas), aí nem todos podem utilizar. Isso também é um problema de entendimento, não sei se intencional ou não, do poder público, que dizem: “- Ah, mas em tal localidade já tem uma ou duas praças!”. Só que não adianta, onde eles colocam a praça não quer dizer que

todos possam frequentar. O limite vai muito além do território físico. (PROFISSIONAL 7).

Constata-se a importância de considerar a organização socioespacial, apresentada como desigual e excludente, ao refletir sobre a cidade. A questão posta aponta para uma reorientação sobre a espacialização da rede de serviços das políticas públicas e sua perspectiva pautada na territorialidade, que deve dialogar com a realidade apresentada, abrindo caminhos para que o acesso não se torne prejudicado devido às imposições presentes no cotidiano urbano.

A gente faz encaminhamento pra posto de saúde aqui, certo? As pessoas não vão. Porque elas são barradas na rua por pertencer a um determinado ponto de tráfico. Mas eles fazem parte daquela região, daquele posto de saúde, e não podem passar ali porque moram num determinado local onde tem uma “boca”. Além de tudo, além da falta de profissionais, além da falta de estrutura, outra coisa que nos trazem... “- Ele vai fazer terapia ali no postinho, professora?” “- É, por que não?”. “- Porque ali é terapia em grupo, professora, ele não vai poder falar tudo que ele pensa...” (PROFISSIONAL 21).

Constatou-se que, se uma pessoa reside próxima a uma “boca” de tráfico, e esse local fica próximo a uma unidade básica de saúde, outra pessoa que more próximo à outra “boca” não poderá frequentar esse serviço com riscos a sofrer ameaças e retaliações. O mesmo ocorre com o acesso a escolas e outros serviços da rede. Dessa forma, os dispositivos de atenção não atendem o cidadão que não pertence a tal região. Demonstra-se a necessidade dos serviços em reconhecerem as particularidades do contexto em que se inserem, procurando estratégias que visem aperfeiçoar o acesso da população aos seus direitos nas diversas áreas, compreendendo saúde, assistência social e demais serviços que compõe a rede. Salienta-se a importância de primar pela intersetorialidade na gestão pública, a fim de promover a inclusão social e a melhora na qualidade de vida para que seja possível atender às necessidades da população.

A concretização do modelo de proteção social sofre forte influência da territorialidade, pois ele só se instala, e opera, a partir de forças vivas e de ações com sujeitos reais. Ele não flui de uma fórmula matemática, ou laboratorial, mas de um conjunto de relações e de forças em movimento. (SPOSATI, 2009, p. 17).

A dimensão territorial é permeada pelos processos de produção e reprodução social e das diferentes formas de sociabilidade. O território constitui-se a partir das projeções de certa sociedade sobre ele, materializando a história de povos, resultado do trabalho coletivo, expressando suas relações sociais, econômicas, políticas, entre

outras (LEFEVBRE, 1969). Analisar as desigualdades presentes no gerenciamento das políticas aponta o desafio de abarcar as diversidades socioterritoriais, visto que essas diferenças, se não observadas, podem aprofundar a vulnerabilidade e a exclusão social (KOGA, 2003).

A pobreza, a indigência, a mendicância são expressões comumente associadas à exclusão social, porém, essa classificação parte de uma visão reducionista a respeito do significado desse conceito. É importante considerar a amplitude e o caráter multidimensional do termo exclusão, compreendendo-o para além, somente, da dimensão econômica e da ausência de renda (REIS, 2007).

Para tentar definir o processo de exclusão, Paugam (2003) elaborou o conceito de desqualificação social, que se destina ao descrédito daqueles que não mais participam plenamente da sociedade. Esse conceito compreende como cidadãos em estado de privação e relacionados aos serviços de assistência pública. O autor, então, cria categorias para agrupar pessoas com características em comum, classificando os sujeitos em: 1) assistidos, ou seja, demonstram dependência dos serviços, sofrendo intervenções regulares; 2) fragilizados, pois mantêm distância dos serviços, sofrendo intervenções pontuais; 3) marginalizados, com vínculos sociais rompidos, que não passam por intervenções (PAUGAM, 2003).

Para Martins (1997), exclusão se refere a uma inclusão precária, instável e marginal e, portanto, devem ser discutidas as formas de inclusão consideradas insuficientes no âmbito econômico, social e moral. Além disso, as políticas econômicas atuais, no Brasil e em outros países, seguem orientações neoliberais e efetivam-se no favorecimento das classes dominantes.

Nesse escopo, constatou-se que muitas vezes a escola exerce, na comunidade, um papel que vai além de um ambiente educacional. Os alunos buscam, também, um espaço seguro, onde, em alguns casos, fazem a primeira refeição do dia, enxergando essa instituição como um local seguro e protegido.

Não atendemos nem as necessidades básicas desse indivíduo. E apesar de tudo aquilo ele (o aluno) está sentado na sala de aula. Ele vem para a aula, muitas vezes porque é uma sala quentinha, confortável, “não está chovendo em cima de mim”, “aqui nenhum rato vai me morder”, “ninguém vai chegar aqui e me espancar e me bater”... Então é um lugar acolhedor, a princípio. (PROFISSIONAL 8).

Relaciona-se a realidade encontrada com o panorama nacional, visto que 17,6% dos adolescentes do Brasil vivem em famílias extremamente pobres, ou seja, cerca de 3,7 milhões de pessoas (UNICEF, 2011). Salieta-se que esse cenário

agrava outras vulnerabilidades, além de fragilizar os espaços de proteção e segurança, os quais “colaboram para que os adolescentes sejam pessimistas em relação ao próprio futuro, de suas comunidades e do país” (SOUZA, 2008, p. 47).

A gente recebe alunos com nível nutricional extremamente carente, com peso inadequado, altura, eles não tiveram um desenvolvimento, e isso afeta, também, a questão cognitiva. Em dias de chuva muitos dormem, literalmente, com água do esgoto em suas casas, e isso tudo afeta. (PROFISSIONAL 7).

Há outro aspecto de vulnerabilidade em relação aos adolescentes brasileiros relacionado aos assassinatos dessa população, configurando as violações de direitos sofridos por eles. Destaca-se, ainda, que o aumento da violência contra os adolescentes está demarcado por um corte racial/étnico e de gênero: conforme o Mapa da Violência de 2013, os homicídios direcionam-se predominantemente aos jovens negros e do sexo masculino, residentes em periferias de grandes cidades. Além disso, os territórios onde se concentram as mortes de jovens são permeados por quadrilhas vinculadas ao narcotráfico (WAISELFIS, 2013).

Dados apontam que são assassinados, por ano, em média, 19 adolescentes entre 15 e 19 anos no Brasil, configurando um índice maior do que o dobro da média comparado à população em geral (UNICEF, 2011). Em 2010, 45,2% dos óbitos de adolescentes eram referentes aos homicídios conforme o Índice de Homicídios na Adolescência (IHA). O IHA aponta que se as condições permanecerem as mesmas, o número de vítimas totais chegará em torno de 36.735 adolescentes vítimas de homicídios até 2016 (MELO; CANO, 2012). Reforça-se a urgente necessidade de atentar para essa realidade na formulação de políticas que busquem a prevenção da violência contra os adolescentes, principalmente dos segmentos mais vulneráveis.

Aqui parecem muito forte as relações de poder envolvendo as famílias. Nós temos casos de famílias que vivem disso (tráfico), então tratar essa questão não é tão fácil, porque são alunos que estão ambientados com isto. Nós temos que entender que a gente não consegue ver com o olhar deles, e isso pra eles é normal, o anormal é o que para nós é normal. Então falar sobre certas coisas como drogas, para alguns, e sobre violência, tráfico, assassinato, é o que pra eles é comum, porque eles nunca viram nada além no mundo fora disto. Conversar sobre isso é como se já houvesse uma resistência ou uma falta de visão do mundo como um todo porque isso é o mundo deles. (PROFISSIONAL 12).

Embora não tenham sido mencionados pelos participantes da pesquisa, existem duas iniciativas com vistas a reduzir o risco de mortes violentas entre adolescentes, focando-se na ampliação do acesso a direitos e na redução das vulnerabilidades, quais sejam: o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes

Ameaçados de Morte (PPMCAAM), vinculado à Secretaria de Direitos Humanos (BRASIL/SDH, 2015); e o Plano Juventude Viva, da Secretaria Nacional de Juventude. O PPMCAAM dirige-se à convivência familiar e à proteção integral do adolescente tendo em vista a preservação da vida. O Plano Juventude Viva inclui, entre outras ações, a transformação de territórios, garantia de direitos e aperfeiçoamento institucional (BRASIL, 2013).

As políticas de proteção social aos adolescentes devem ir em direção à redução das vulnerabilidades vivenciadas por essa população. Conforme o levantamento anual, realizado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, publicado em 2013 (BRASIL/SDH, 2013), os adolescentes que se encontram cumprindo medidas de restrição e privação de liberdade, cometeram, em prevalência, atos ligados a roubo (8.409 adolescentes, 38%) e ao tráfico de drogas (5.883 adolescentes, 27%). Em Porto Alegre, conforme o Observatório da Cidade de Porto Alegre (PORTO ALEGRE, 2015), dos delitos cometidos pela população da Fundação de Atendimento Sócio-Educativo (FASE), 21,6% relacionam-se ao tráfico de entorpecentes. Cabe destacar que o ato infracional referente ao uso de drogas não pode ser interpretado por uma visão simplista da questão, exigindo abordagens que considerem a complexidade de aspectos pessoais, econômicos, socioculturais que envolvem essa realidade.

Na maioria das vezes, grande parte da violência perpetrada pelos jovens traficantes das favelas tem como causa o controle de territórios, disputa de pontos de venda de drogas e vingança entre os grupos. Os adolescentes e jovens, nesse contexto, participam como agentes e vítimas. Os jovens, especialmente moradores da periferia, associam-se ao tráfico ou às quadrilhas como forma de ascensão social rápida e de participação no mercado de consumo, inacessível de outra maneira. (RUZANY; MEIRELLES, 2009, p. 55).

A organização de gangues pressupõe a defesa do território, tanto em relações a outros grupos quanto em relação a entidades que representam lógicas repressivas e de controle social. Na estrutura das gangues são criados diferentes contratos nas relações sociais, nos quais se determinam posições hierárquicas baseadas em uma manutenção de ordem caracterizada por “uma socialização guerreira, em que as dimensões de ‘defesa e ataque’ e as possibilidades do uso da violência estariam sempre presentes em seus horizontes de organização e ação” (NETO; QUIROGA, 2000, p. 226). Nesse contexto, são deflagradas as denominadas guerras do tráfico,

as quais tem ceifado a vida de jovens, em uma lógica de barbárie expressa no cotidiano.

Nesse caso, uma guerra fratricida e autofágica, na qual meninos sem perspectiva e esperança, recrutados pelo tráfico de armas e drogas (e por outras dinâmicas criminais), matam seus irmãos, condenando-se, também eles, a uma provável morte violenta e precoce, no círculo vicioso da tragédia. (SOARES, 2004, p. 130-131).

Ressalta-se que o uso de drogas por adolescentes pode configurar-se como uma vulnerabilidade no momento em que fragiliza sua autonomia, seus vínculos familiares, especialmente pelo envolvimento com o tráfico. A vinculação a esse mercado pode ocorrer, primeiramente, para a manutenção do consumo próprio, porém, criam-se vinculações com a rede do tráfico, e assim podem “adquirir status social de pessoa a ser temida e respeitada, ou ao conseguir satisfazer seus desejos de consumo por meio da renda gerada pelo tráfico” (SOUZA, 2008, p. 55).

Não é só remuneração no tráfico, é a questão do status também. Eu vejo os pequenininhos brincando de ser o patrão no recreio, então parece que a coisa está mais romanceada. Não é o termo, mas eu vejo eles brincando de ser o patrão, de quem manda. A gente tem que desconstruir isso aí. (PROFISSIONAL 24).

Compreende-se que a “proteção social” (BRASIL/MDS, 2013) aos adolescentes deve reconhecer que as vulnerabilidades sociais devem ser enfrentadas por meio de respostas coletivas. Existem, ainda, construções sociais que imputam ao adolescente pobre a imagem de protagonista da violência social. Essa falácia evidencia-se nos discursos a favor da redução da maioria penal, como se os adolescentes fossem os principais causadores de uma “epidemia” de violência. Reproduzem, assim, a criminalização dos adolescentes em situação de pobreza.

A desigualdade [social] é um fator explicativo importante, não é pelo fato de a pobreza estar correlacionada diretamente com a criminalidade, mas sim porque ela reproduz a vitimização e a criminalização dos pobres, o desrespeito aos seus direitos e a sua falta de acesso à justiça. (CALDEIRA, 2000, p.134).

Ao contrário do que dizem os discursos inflamados pela mídia, a partir do cenário exposto, repensa-se o papel do adolescente da periferia como o grande causador da violência, e desvela-se, na realidade, que são eles as vítimas preferenciais da violência urbana (CRUZ, 2010; OLIVEIRA, 2001). Esse contexto apresenta possibilidades e limites na efetivação da proteção aos adolescentes, porém, é fundamental reconhecê-los enquanto sujeitos de direitos e trazê-los para o debate

sobre seus direitos e suas necessidades, para que exercitem o protagonismo no que diz respeito e impacta diretamente suas vidas.

A realidade do tráfico de drogas apareceu em todas as escolas nas quais foi possível realizar o estudo. Além disso, evidencia-se que o envolvimento com esse mercado tem iniciado em idades cada vez menores. Nesse cenário, o tráfico é um ofício, uma ocupação, um emprego.

Estamos vendo muito reflexo do tráfico. No turno da manhã se percebe, ao longo dos anos, que esse assédio está aumentando. Vejo maior índice de crianças já drogadas no turno da manhã. Começam aos nove, dez, onze anos de idade [...] Sempre existiu esse mundo do tráfico e as crianças sempre foram assediadas, mas isso era mais com os adolescentes de 14 e 15 anos. Hoje, a gente começa a ver as crianças já drogadas no sexto, sétimo, até quinto ano, e muitos já se apresentando como líderes do tráfico. [...] tu começa a ver que o assédio é maior. (PROFISSIONAL 8).

No momento que tu tens na família, o pai ou o tio, um membro da família que trafica, e ele tem recursos financeiros a partir disso, o que tu ensinas para a criança? – “Olha, eu consigo assim...”. Aí a pessoa pensa: - “Bem, então eu vou fazer meu ensino fundamental para ser caixa de supermercado? Ou da rede que for? Vamos ver o salário então...”. E nesse sentido o tráfico seduz! Tu começa usando e daqui a pouco tu estás vendendo porque tu vais retirar um dinheiro que não tira em lugar nenhum. (PROFISSIONAL 1).

O assédio do tráfico no território acaba influenciando as relações dentro do ambiente escolar, perpetuando o poder que exercem fora das dependências da escola nas situações vivenciadas dentro das instituições. Além disso, nota-se que o envolvimento com o tráfico não está somente relacionado à necessidade de renda, mas, conforme Soares (2004, p. 149) identifica, “quando o jovem compra o tênis de marca ganha de brinde o ingresso no grupo”, ou seja, há a valorização e a lógica do pertencimento no âmbito dos grupos sociais.

O território influencia muito dentro da escola. Muito porque é o dinheiro fácil, né?! É a questão do poder. Se eu vendo, eu sou o cara, eu sou o tal, todo mundo me respeita, eu tenho um tênis bacana, eu tenho um celular moderno. É o status e é muito difícil lutar contra isso porque eles têm essa imagem *glamourizada*, a ostentação desse dinheiro fácil. Tem famílias que a gente sabe que são chefes do tráfico. Temos uma aluna que a mãe é chefe do tráfico e todos da sala e da escola sabem, e a menina faz o que quer, ela manda, ela desmanda e todo mundo tem medo. Essa menina brigou com outra e a família da outra menina teve a sua casa apedrejada, teve que ir embora da vila e isso é uma notícia que se espalha, então meio que eles vivem assim, amedrontados, no terror mesmo. E isso impacta totalmente na sala de aula. (PROFISSIONAL 5).

Os profissionais que chegam às escolas muitas vezes não têm ideia do público que se encontra ali. Muitos referiram que chegam à escola municipal com a impressão de que os alunos são alunos de uma escola “padrão normal”, conforme dito por eles, e que o aluno vai para a escola na expectativa de aprender os conteúdos e

voltaria para casa, na companhia de seus pais. A realidade tem demonstrado que as motivações das crianças e adolescentes em referência ao ambiente escolar ultrapassa essa visão, uma vez que a comunidade é permeada por diversos tipos de carência na atenção às necessidades sociais dessa população, tornando o ambiente escolar, muitas vezes, um refúgio seguro em diversos aspectos.

Muitos não têm outras vivências fora daqui, não têm outras perspectivas; aquela questão do preconceito que eu moro em vila, eu sou pobre, eu não vou conseguir... Tem esse estereótipo, da questão da periferia, de achar que eles não têm perspectivas. (PROFISSIONAL 11).

Além disso, alguns profissionais discorrem sobre o papel da droga nessa realidade em que os direitos sociais são negligenciados. Alguns profissionais justificaram a presença da droga nesses cenários, especialmente frente a uma realidade de sofrimento, como um ato de resistência às situações que esses sujeitos vivenciam cotidianamente.

Sabe, é o entorpecer. É quando tu te deparas com uma realidade que tu não sabes o que fazer, e a droga é um alívio rápido. Eu vejo muitas pessoas assim: “- Ah, não tem dinheiro para isso, mas ele bebe!”, porque infelizmente a bebida é mais barata do que a comida. As pessoas entendem que todos têm acesso a tudo e não têm, as realidades são diferentes. A realidade onde eles estão inseridos é uma questão a se pensar. A droga, aí, é um acolhimento mesmo que momentâneo. (PROFISSIONAL 8).

Foram explicitadas impressões a respeito dos impactos da sociedade de consumo na visão dos adolescentes, em relação ao pertencimento à sociedade por meio da aquisição de bens. Aliado a isso, os profissionais percebem noções de imediatismo quando tentam construir perspectivas de futuro com as crianças e adolescentes que vivenciam as diversas negações de direitos e acabam envolvidos no tráfico de drogas.

Eles têm uma visão que parece que o mundo vai acabar logo, talvez porque a vida dos seus familiares, que são assassinados ou estão presos, ou talvez o tempo de vida deles mesmo, seja curto, então eles tem uma coisa desesperadora. (PROFISSIONAL 7).

Ouvi depoimentos de alguns que já estão vendendo, usando, relataram, quando a gente fala assim: “- Tu podes ser alguém!”, “- Mas eu não vou viver muito!”. Esses alunos que já estão, de alguma forma, ligados ao tráfico, não tem uma perspectiva de vida, ou porque o pai já morreu, ou então o tio, o irmão... ou estão na cadeia ou morreram e é isso mesmo, e dizem assim: “- Eu não vou passar dos trinta, dos vinte, então para que eu vou estudar? Para que eu vou querer um trabalho? Eu vou fazer isso mesmo que eu vou ganhar mais dinheiro e vou aproveitar o que eu tenho de vida” (PROFISSIONAL 13).

Cabe refletir, nesse momento, que a adolescência constitui-se como um fenômeno plural, visto que os aspectos que a definem são fundamentados nos processos históricos da sociedade. A adolescência, no País, conforme o Estatuto da

Criança e do Adolescente (ECA) é o período da vida que vai dos 12 aos 18 anos (BRASIL, 1990). Baseando-se, ainda, em critérios etários, o Estatuto da Juventude considera jovens as pessoas entre 15 e 29 anos (BRASIL, 2013). Salienta-se que os processos humanos relacionam-se diretamente aos processos históricos, baseados, também, em experiências sociais, culturais, entre outras.

Além dos critérios cronológicos e dos critérios sociais, a adolescência também pode ser vista como uma fase típica do desenvolvimento humano, marcada por características universais e conquistas compartilhadas por todos os adolescentes, no plano psicológico, social e cultural. Embora relevantes para orientar as famílias e os profissionais na compreensão do adolescente, essa busca do que é "normal" para um adolescente leva, muitas vezes, a que outros comportamentos, atitudes e ritmos de desenvolvimento que divergem dessa suposta norma sejam considerados como um "problema". (SOUZA, 2015, p. 23).

O contexto familiar, escolar, comunitário influencia diretamente na experiência do adolescente. Dessa forma, é importante reconhecer que, atualmente, o "nicho" cultural nas relações sociais dos jovens se constitui além da escola, abrangendo a rua e, também, as redes sociais. A sociedade, no entanto, adota posturas contraditórias no que diz respeito à relação com os adolescentes, uma vez não oferta plenas condições para o seu desenvolvimento educacional, social e profissional, porém, espera que esse segmento populacional atenda a essas expectativas. Além disso, diversos programas sociais voltados a essa população não os incluem no seu processo de criação, caracterizando ações verticalizadas.

A sociedade atribui uma "infantilidade social" ao adolescente que dificulta a sua participação quando se trata de definir ações sociais e políticas que lhes dizem respeito. Além disso, as contradições que cercam o lugar da juventude em nossa sociedade são reveladoras de um processo político, do qual necessitamos ter consciência: a negação ou invisibilização do lugar social do adolescente e do jovem. (SOUZA, 2015, p. 24-25).

Muitas vezes, os adolescentes expressam, em forma de comportamentos de risco, expressões de suas condições sociais e subjetivas. Na sociedade, dentre os diversos estereótipos vinculados aos adolescentes, existe a predominância dos aspectos negativos, o que contribui para colocar esse segmento populacional em uma condição marginalizada na sociedade, caracterizando, também, que as representações sociais sobre a adolescência não apresentam neutralidade (ARAÚJO, 2010), isto é, estão permeadas pelas ideologias dominantes e podem ser, também, canal de controle social.

Diante de uma suposta ameaça representada pela força, criatividade e contestação de adolescentes e jovens, a resposta social, muitas vezes, tem sido a de promover sua marginalização. E, junto com ela, marginalizam-se todas as formas de produção cultural juvenil, a exemplo da arte de rua, da música e dos ritmos produzidos e apropriados por eles. (SOUZA, 2015, p. 25-26).

Importa reconhecer o adolescente em sua constituição dentro do contexto social, histórico e cultural e, também, a partir de sua participação nas relações sociais, que são mediadas por valores, crenças, regras sociais, entre outras. As expressões de violência em decorrência do tráfico impactam diretamente no ambiente escolar. As disputas por território e as diferentes lideranças em constante atrito envolvem a comunidade nessa “guerra urbana” e continuam a ceifar vidas muito jovens. Além disso, muitas famílias, devido a esse cenário, têm deixado os territórios, migrando para outras zonas da cidade, ou até mesmo para o interior do Estado, a fim de fugir do assédio do tráfico e da violência.

Ano passado foi um absurdo a questão da violência extrema. Perdi três alunos. Um deles levou oito tiros e está tetraplégico com 14 anos e isso impacta muito para nós que estamos aqui e imagina para eles, para as famílias. Foi meu aluno por três anos e começou a se envolver (com o tráfico). Outro aluno também foi de uma maneira estúpida, pois o queimaram vivo. Existe um movimento de famílias indo embora para o interior, trocando de cidade. E não só para se afastar da violência, mas se afastar do assédio. Percebo nas famílias os relatos: “- Ah, meu filho foi assassinado há dois meses!”. Aquilo pareceu, assim... natural! Essa moça que o filho está tetraplégico já tinha perdido um filho mais velho, e eu penso que elas estão anestesiadas porque a violência é tão grande... (PROFISSIONAL 4).

Foi constatado, também, o esvaziamento das séries finais do ensino fundamental, devido ao envolvimento com o tráfico de drogas. As escolas afirmam as tentativas de resgate desses alunos, mas fazem referência à dificuldade de lidar com o assédio do tráfico. Os profissionais criticaram, também, as discussões sobre redução da maioria penal, compreendendo que não seria o caminho mais adequado para lidar com a questão da violência.

Que bom que vocês vieram ouvir as escolas, por que se vissem a guerra de onde a gente trabalha... ontem mesmo teve tiroteio. No início desse ano nós suspendemos aula no período da tarde por causa do toque de recolher. Não tem frequência, não tem rotina escolar; há uma falta enorme de professor porque ninguém quer vir trabalhar aqui por que é longe. Quando tu és chamado, há uma carência enorme, agora estamos sem professor de matemática, sem português... Esse ano está muito bom, pois faltam somente dois professores, no ano passado a gente iniciou o ano com oito professores: não tinha professor de ciências e nem de matemática. (PROFISSIONAL 21).

Casos de violência doméstica foram explicitados nos relatos. Algumas profissionais identificaram que nas tentativas de diálogo com a comunidade, não

costumam ser ouvidas pelo fato de serem mulheres, o que demonstra o reflexo de uma sociedade patriarcal⁸. Nota-se a necessidade de uma atenção às famílias de forma integral, tendo em vista que elas têm ido às escolas solicitar auxílio, mas a escola, muitas vezes, não consegue atender às demandas apresentadas por elas, sendo solicitado um trabalho articulado em rede e no âmbito intersetorial.

Recentemente, um pai botou fogo na casa, queria pegar a mãe e acabou deixando eles sem nada e esse menino tem apresentado comportamento bem agitado. Agora ele precisa da rede, de uma assistência para essa família. Precisamos de mais apoios e mais projetos que abranjam as famílias, que aproximem as famílias. Tem serviços de convivência, mas é difícil as famílias irem, até pelas rixas que existem no território. (PROFISSIONAL 4).

O tráfico tem interferido na rotina das escolas na medida em que, em determinados momentos, são instaurados toques de recolher nas regiões. Devido à exposição aos tiroteios durante essas disputas e períodos de tensão vivenciados pela comunidade, as crianças e os adolescentes acabam não se deslocando até a escola para evitar os riscos.

A gente tem uma disputa do tráfico aqui em torno da nossa região que está acarretando em mortes, tiroteio e etc. Ano passado a gente teve que diminuir nosso horário de saída, sair mais cedo, em razão de alguns toques de recolher. Com as trocas de tiro à noite, começamos a sair mais cedo para evitar ficar exposto. (PROFISSIONAL 3).

Eu acho que o tráfico, ele anda na pobreza, ele anda na vulnerabilidade das pessoas, na fraqueza, na falta do emprego formal, então eles recorrem ao tráfico para fazer o seu meio de subsistência. E isso parece uma coisa natural, mas isto é a forma que eles têm hoje de sobreviver. Vejo uma mortalidade muito grande de alunos, pessoas jovens que não passam de 22 e 23 anos. Essa parte mais fraca que acaba pagando. Só semana passada tivemos quatro mortes. Temos turmas hoje, durante a tarde, de vinte alunos ou mais da metade dos pais ou mães estão presos, e as crianças soltas, vivem soltas, ou criadas pela avó, ou soltas pela rua e tem com a escola o último bastão de suas referências e sejam informações instrucionais ou até formas de subsistência como alimentação. (PROFISSIONAL 6).

Neste trabalho, não é objetivo atribuir à escola e aos professores a responsabilidade única de lidar com a questão das drogas. Percebe-se a extensa gama de atividades presentes na realidade do ambiente escolar. Os profissionais percebem que a instituição escola, por si só, não poderá ser a responsável pelo desenvolvimento pleno da comunidade na qual ela se encontra e tampouco os profissionais se encontram capacitados para atender certas demandas que o restante

⁸ Sociedade patriarcal é aquela que torna natural a relação de dominação-exploração, na qual os homens determinam condutas mantendo as mulheres em situação de submissão (SAFFIOTI, 2001).

da rede não tem conseguido contemplar, em decorrência da falta de recursos públicos.

Acho que se espera muito da própria escola. A palavra escola, aquilo para o qual ela foi inventada, perdeu o sentido. Está se cobrando atribuições da escola para o qual os profissionais não são preparados. A própria estrutura não foi pensada para que fosse assim. Então mais do que pensar o que a escola pode fazer é o que se pode fazer fora da escola, porque não está sendo feito. Existe a escola no meio, foi largada e pronto! E aí existe uma cobrança de todo o lado pedagógico, burocrático, acompanhamento do desenvolvimento do aluno e prova, e mesmo assim os alunos continuam ficando do mesmo jeito, porque nós não estamos trabalhando para aquilo que de eles precisam. (PROFISSIONAL 1).

O assassinato de adolescentes tem se tornado uma ocorrência comum à realidade que perpassa as escolas municipais. As brigas entre as gangues relacionadas ao tráfico de drogas têm produzido casos de extrema violência, além de impactar, também, na frequência dos alunos nas aulas, pois, para chegar até a escola, precisam passar por zonas de conflito, arriscando suas vidas no caminho. Contabilizam-se os alunos perdidos, enquanto aumentam as classes vazias.

Semana passada tiveram quatro mortes em quatro dias consecutivos, dentro das guerras de gangues; foram alunos que nós perdemos em virtude de invasões de territórios aqui na vila. Alguns alunos trabalham nessa rotina do tráfico e normalmente morrem os inocentes, os chefes mesmo não aparecem. Os inocentes, no caso, os alunos, esses que tem menos experiência que ficam nas funções ali da distribuição da droga. A nossa escola está localizada em uma zona destacada pela polícia como uma das mais conflituosas com relação ao tráfico, então faz duas semanas que estamos sob toque de recolher não formal. A polícia não aceita isso como verdadeiro, mas a gente sabe que os alunos vêm até nós, o comércio vem dizendo que eles têm um horário "tal" para fechar. Sinto que isso diminui a frequência dos alunos. Semana passada tinha turma de 25 alunos que presentes tinham 4 ou 5 alunos. Para chegarem aqui eles têm que andar por um campo minado; é guerra de traficante dos dois lados e eles passam no meio, então é bem complicado. (PROFISSIONAL 6).

Existem diversas expressões da violência atreladas ao tráfico de drogas e a disputa por territórios presentes em diversas regiões da cidade. Não é exclusividade de uma escola ou outra estar imersa nesse contexto. Os profissionais dizem apostar na promoção do diálogo, construção de vínculos com os alunos e diversas tentativas de aproximar a comunidade da escola, que muitas vezes é o único espaço no território que pode promover algumas atividades de lazer e interação social. Ainda assim, a lógica do silêncio impera e a violência permanece limitando o alcance do direito à educação, afastando das salas de aula grande parte da população.

Já entrei numa segunda-feira para dar aula e vi a classe de um aluno vazia porque ele havia sido assassinado no final de semana. Então a gente parou e fez uma fala com toda a escola, que perdemos um querido colega,

infelizmente, para o tráfico. No turno da tarde quando começavam os tiros, sempre por volta das cinco horas da tarde, no final do nosso turno, alguns pais das crianças pequenas vinham buscar os filhos mais cedo e eu lembro de uma senhora comentando no portão: “- Eu vim buscar meu filho, está dando tiro, está perigoso!”, e um aluno: “- Aí professor, não dá bola, ela mora em vila e ela sabe que é assim. Em vila dá tiro mesmo...” (PROFISSIONAL 24).

A compreensão do recrutamento de jovens para o mercado do tráfico perpassa ao debate sobre a relação entre violência e juventude, uma vez que essas crianças e adolescentes se formam em contextos nos quais há a banalização da violência, além de um contexto de desigualdades sociais (SCHERER, 2014). Evidencia-se, no relato anterior, a banalização da violência, além da lógica do medo que impera nas comunidades que vivenciam em suas realidades os ditames do tráfico de drogas. Conforme relatos, uma vez que a violência se expressa no território, “respinga” dentro das instituições, inclusive, no comportamento dos alunos, que apresentam nervosismo, ansiedade, comportamentos intolerantes, entre outros.

O problema é o medo eu acho. Porque a gente corre o risco de ficar visada por estar falando sobre isso. Mas sim, nós falamos principalmente sobre os malefícios, sem entrar na questão do tráfico. Eu penso que esse seja o maior problema. A gente observa que muitos conflitos que acontecem na escola advêm de rixas exteriores à escola, que incluem familiares desses alunos que aqui dentro da escola, mesmo sendo um ambiente pretensamente neutro, explodem. Já aconteceu de um aluno nosso ser confundido com um primo que é ligado ao tráfico, por exemplo, e a família ir embora por medo. (PROFISSIONAL 21).

Percebem-se, no contexto exposto, as diversas dificuldades enfrentadas pelos profissionais das escolas frente a uma realidade que se expressa por meio da lógica do medo e ao poder do tráfico de drogas nas regiões. Inúmeros são os entraves. É preciso destacar, também, as possibilidades que se apresentaram.

4.2 AS POSSIBILIDADES DO TRABALHO EM REDE

Os seres humanos se constituem por meio de relações sociais. Os primeiros contatos ocorrem na rede primária, durante a primeira infância, a qual integra a família e suas diferentes configurações sociais. A escola aparece na dimensão da rede secundária, a qual compreende as relações estabelecidas além do núcleo familiar, como os grupos de amigos, vizinhos, entre outros. Além disso, tem as redes “que se comportam enquanto organizações” (KERN, 2012, p. 47), ou seja, instituições que atuam articuladas a atender uma determinada necessidade comum a elas. Compreende-se, portanto, que as redes são espaços relacionais, ou grupos que se organizam para atender a um objetivo em comum (TÜRCK, 2001).

A rede pode ser compreendida, também, como uma teia de relações que se formam interligadas a fim de direcionar ações ou trabalhos em conjunto (RIZZINI, 2007). Dessa forma, percebe-se que a assistência a crianças e adolescentes foi construída por meio de processos históricos e reformulações em diferentes âmbitos e concepções norteadoras. No Brasil, o modelo asilar e disciplinador caracterizaram as primeiras políticas e práticas voltadas a essa população, de encontro à construção de modelos de promoção e desenvolvimento pessoal e comunitário (SOUZA, 2008). É importante afirmar que a presença de modelos tutelares e disciplinadores não contribuem para as transformações sociais, tampouco impactam em mudanças nos territórios nos quais os adolescentes estão inseridos.

A Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) trouxe profundas mudanças nos marcos legais que competem ao atendimento a crianças e adolescentes, especialmente no art. 227 referindo-se à perspectiva de proteção integral. Destacase, também, que o Brasil foi o primeiro País a adaptar sua legislação conforme as normas previstas pela Convenção da Organização das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, reunindo-as na sua Constituição. A rede que atende a crianças e adolescentes se fundamenta na Lei n.º 8.069 (BRASIL, 1990), a qual dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), definindo uma perspectiva de proteção integral e reconhecendo essa população enquanto sujeitos de direito, marcando a construção de um sistema de garantia de direitos voltados a esse segmento (BRASIL, 1990).

A Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) institui como objetivos da assistência social a “proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência [...] e o amparo às crianças e adolescentes carentes” (BRASIL/MDS, 1993, p. 6), além de apresentar, em seu primeiro artigo, o provimento dos mínimos sociais como dever do Estado, no âmbito da Política de Seguridade Social, a ser ofertada por meio de um “um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas” (BRASIL/MDS, 1993, p. 6). O atendimento em rede deve estar articulado de forma dinâmica por meio de diferentes organizações que, para atender a necessidades comuns a elas, promovem ações mediante parcerias e união de esforços. Assim, compreende-se a necessária integração das políticas públicas para a efetividade dessas relações em rede.

A apreensão das políticas públicas, da legislação, do equipamento jurídico e da rede de atendimento existentes apoia-se em uma avaliação de sua

efetividade, de sua consistência e legitimidade em relação às condições gerais e demandas da sociedade. Procura verificar sua compatibilidade, tanto com o contexto histórico, cultural e político no qual tem de operar, quanto com a missão ético-política da sociedade de assegurar a elevação progressiva dos níveis de vida da população. (BAPTISTA, 2007, p. 59).

A rede de proteção deve articular serviços de saúde, educação, poder judiciário, conselhos tutelares, além de outras organizações que promovem a defesa de direitos (TEIXEIRA, 2010). Destaca-se, nesse sentido, que a Secretaria Municipal de Educação (SMED), ao encontro dessa perspectiva na articulação em rede, instituiu a Assessoria Técnica de Articulação em Rede (ATAR/SMED) que tem atuado nas escolas como apoio conforme as necessidades apresentadas.

A SMED criou a ATAR que é justamente para aqueles alunos que a gente já tentou fazer uma articulação e, se tu não conseguiste ainda, a gurria vem e te dão apoio de como fazer, porque um dos nossos problemas é de recursos humanos. (PROFISSIONAL 3).

Os serviços que atuam articulados às escolas e que foram mencionados na pesquisa foram as Unidades Básicas de Saúde, os Conselhos Tutelares, os Centros de Referência em Assistência Social, Centro de Referência Especializado de Assistência Social, Ministério Público, em diferentes graus de relacionamento. Os profissionais indicaram que existem reuniões de uma rede ampliada de serviços das regiões, além de reuniões de micro-redes, chamadas de “redinhas”, que envolve representantes dos serviços em um âmbito mais específico a fim de discutir casos. As redinhas são fruto da construção dos profissionais que identificaram a necessidade dessa articulação mais próxima para atender às demandas emergentes.

Na reunião maior de rede vêm representantes de cada segmento e são as mesmas instituições que participam da micro rede. Só que na rede ampliada tu levavas os assuntos para discussão na questão geral, tipo segurança, saúde, ou o que tu vês de necessário naquele momento para, em rede, articular as políticas públicas para conseguir efetivar o serviço. E devido a todo esse trabalho de rede, com o tempo surgiu a necessidade da micro rede. Na micro tu vais trabalhar o caso dos alunos, sabe? Então nos reunimos uma vez por mês e todas as instituições tem representante na micro (PROFISSIONAL 3).

O conselho tutelar geralmente é acionado quando as escolas não conseguem contato com as famílias dos alunos. Acionam o conselho, também, quando existe alguma situação em que a escola e a família não conseguiram manejar com a criança ou adolescente, e acabam encaminhando ao conselho.

Muitas famílias são ausentes, a gente chama, chama, chama... e eles não aparecem. Geralmente as mães vêm porque pai é uma figura muito ausente, e muitos avós também assumem. Aqui elas têm filhos muito cedo, aí

geralmente sobra para a avó. Agora aquela família constituída de pai e mãe é bem raro. (PROFISSIONAL 1).

Em alguns locais as redinhas não estão acontecendo, uma vez que dependem da organização dos profissionais da região e os mesmos acabam encontrando dificuldades em poder se ausentar da instituição, devido às diversas atividades que permeiam o cotidiano dos ambientes escolares. Alguns profissionais são coordenadores das micro-redes, e organizam as reuniões e buscam promover essas articulações a fim de fortalecer o trabalho em conjunto.

Tem, por exemplo, o caso da Aninha (fictício). Aí tu utilizas a internet e agiliza nossos encaminhamentos. A gente tem uma listagem de contatos e então tu levas o caso da Ana, faz a discussão e as instituições que estão ali já receberam um e-mail ou um aviso uma semana antes da reunião. Dessa forma elas conseguem buscar nos seus relatórios os dossiês de cada aluno. Elas trazem para essa reunião o que foi feito até agora, qual é a intervenção que cada instituição fez para essa criança e ali a gente articula a partir daquele momento a situação que se mostrou e vê qual o encaminhamento que se dá. A gente fica articulando e acompanhando o caso, mas é uma pessoa para fazer vários serviços... Isso tu vê geral, assim, não é só na escola, então tu não consegues dar conta da demanda. (PROFISSIONAL 3).

A micro-rede foi em função de proporcionar momentos de trabalho articulado. Teve uma vez que fizemos abordagem com uma família, SMED, SASE, Conselheira, e a mãe que, surpresa, olhou para mim e disse: -"Vocês se conhecem? ". Nós tivemos sucesso porque para cada instituição ela ia, contava uma história, entendeu? Então naquela reunião a gente percebeu que o trabalho tem que ser em rede. (PROFISSIONAL 8).

Em uma das escolas foi promovida a experiência de professores deslocarem-se do ambiente escolar para conhecer a região onde trabalham, e ter ciência dos serviços que compõem a rede onde a escola está inserida. Essa ação buscou a compreensão das dificuldades que a rede, como um todo, enfrenta na realidade de suas instituições.

[...]. Fizemos esse trabalho do professor visitar em grupo esses locais, o posto, a creche, para eles conhecerem que aqui tem outros órgãos. Para os professores verem como funcionam e as dificuldades que eles encontram ali. Às vezes, pensam que na sala de aula tentam resolver o problema e a coisa não vai além, não anda... Então fizemos os professores visitarem esses locais para ver que a dificuldade não é só nossa, ele também tem dificuldade de nos atender (PROFISSIONAL 7).

As Unidades Básicas de Saúde aproximam-se das escolas por meio de ações pontuais. O Programa Saúde na Escola (PSE) não tem funcionado em todas as instituições, e quando está presente, promove palestras com diferentes temáticas, como educação sexual, higiene bucal, esporadicamente sobre drogas, entre outras atividades. A guarda municipal dispõe de profissionais para atender às escolas

conforme a realidade da região. Existem escolas que possuem cobertura em dias alternados, e algumas instituições estão descobertas de profissionais nesse serviço, devido à instalação de câmeras de segurança. Existem, também, as patrulhas realizadas pela Brigada Militar, chamadas de “patrulha escolar”, porém, devido à falta de recursos humanos e à ampliação das atividades de patrulha para as escolas particulares, foi comprometida a eficiência desse serviço.

A patrulha escolar tem duas ou três viaturas para todas as escolas de Porto Alegre. A patrulha agora precisa atender as escolas particulares, então aquela visita esporádica se tornou mais esporádica ainda. Nós temos, atualmente, um guarda durante o dia e durante a noite, mas a guarda também sofre defasagem de recursos humanos. (PROFISSIONAL 4).

Os Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) têm pouca articulação com as escolas. São solicitados, geralmente, nas reuniões das redinhas para que os profissionais compreendam o contexto familiar dos alunos, e até mesmo para buscar o contato quando as famílias se ausentam, antes de acionar o conselho tutelar.

Quanto ao Ministério Público (MP), são desenvolvidas ações pontuais, como, por exemplo, em casos de violência contra os professores, ou na promoção de eventos e palestras promovidas pelo órgão. Além disso, o MP solicita às escolas a oferta de vagas para crianças e/ou adolescentes, além dos casos em que existe um processo no qual é necessário o histórico do aluno em questão.

Se colocares a questão de acionar o Ministério Público em função da comunidade que a gente está, praticamente acionaria para todos os alunos. Muitas vezes é frustrante porque tu vê alguns casos que deveriam ter tal encaminhamento, mas há falta de pessoal, falta de verba... [...] O Estado deveria dar uma estrutura e não é o que a gente vê nas situações. (PROFISSIONAL 3).

Foram apresentadas insatisfações em relação a alguns encaminhamentos realizados pelo Ministério Público. Em uma das situações, o Ministério solicitou vaga para uma criança na rede municipal. No momento que a vaga foi acessada, não existiu mediação entre o Ministério e a Escola para tratar sobre a criança que ingressava na instituição. Devido a observações dos profissionais da escola, foram surgindo suspeitas de que essa criança sofria de maus tratos e, nesse momento, foram acionar o sistema para encaminhar a denúncia e acabaram se deparando com um histórico, já em processo, em relação a essa situação. Foi ressaltada, nesse caso, a necessidade de maior articulação no encaminhamento de casos, maior mediação das

situações, podendo qualificar a atenção às crianças e adolescentes atendidos por esses serviços.

Outras articulações do Ministério Público com as escolas se restringem a questões de infrequência ou solicitação de informações. Em geral, ressaltam que a rede, como um todo, ainda é insuficiente para atender às demandas apresentadas nas comunidades. Afirmam que a constituição das redinhas foi um grande avanço e tem qualificado o encaminhamento e a discussão de casos, melhorando a atenção à população. Destacam, porém, que as dificuldades de ordem estrutural, que impactam nos recursos humanos e materiais, influenciam negativamente na constituição de uma rede que efetive o acesso aos direitos sociais.

4.3 PROGRAMAS E PROJETOS SOBRE PREVENÇÃO

O uso e abuso de drogas é um fenômeno multifatorial, e os principais aspectos relacionados ao consumo envolvem a busca por prazer, pressão social, influência de grupos, curiosidade, entre outros. Há modelos de prevenção ao abuso de drogas que buscam diminuir o consumo ou retardar o início do uso. Esses programas costumam voltar-se para o fortalecimento de fatores de proteção e a redução de fatores de risco; esses fatores podem ser categorizados em domínios. Os domínios principais para práticas preventivas são a família, a comunidade, o sujeito e as escolas (SANCHEZ, 2014). Os fatores de risco e proteção irão depender da faixa etária que se pretende atingir, além da cultura do local no qual será realizado o programa, podendo, também, possuir recorte de gênero. Salienta-se que focar somente em um domínio para a realização de estratégias de prevenção não apresenta eficácia, pois os riscos decorrem de fatores variados, que não se restringem a um aspecto isolado do sujeito.

O ideal é mapear o perfil do grupo que receberá a intervenção e, assim, estruturar um programa que abarque o máximo possível de abordagens. O que importa é oferecer ao grupo um programa que tenha capacidade de mudar o comportamento de maneira contínua e que englobe diversos domínios de prevenção. Cabe lembrar que a prevenção será tanto mais eficaz quanto melhor planejada esteja e quanto mais agentes preventivos implicados no processo. (SANCHEZ, 2014, p. 163).

Dessa forma, as ações devem ser planejadas de acordo com a realidade na qual se pretende trabalhar. Existe uma série de princípios que podem nortear os projetos considerados eficazes no âmbito da prevenção, entre eles estão o caráter de continuidade das intervenções e a atenção especial à população-alvo que estiver com maior risco, propondo ações mais intensivas. Destaca-se que os programas de

prevenção podem não reduzir o consumo, ou se realizados sem o devido planejamento, podem gerar a curiosidade e incitar à experimentação, por isso a necessidade de promover atividades de acordo com a realidade local.

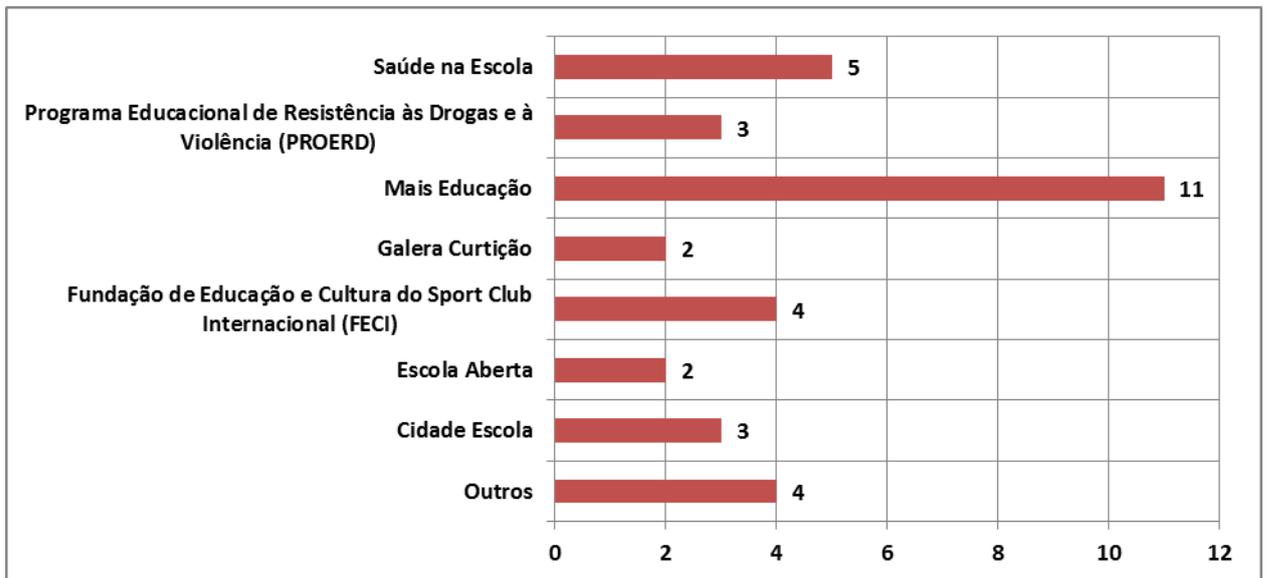
Os profissionais entrevistados, em grande maioria, mencionaram que as escolas vem trabalhando a questão das drogas somente por meio de abordagens voltadas aos efeitos das substâncias psicoativas, por meio do trabalho dos professores de ciências. Abordaram a temática em casos pontuais quando surgem as situações ou quando há solicitação pelos próprios alunos. Conforme um dos entrevistados, “formalmente não tem nada em desenvolvimento, não tem nada nem que seja na grade curricular, nada disso, acho que é mais trabalhado como uma questão extra, pontual, em alguns momentos” (PROFISSIONAL 11).

Alguns relatos expressaram as tentativas de abordagens sobre prevenção a partir de uma visão não moralizadora da questão, reconhecendo a realidade das comunidades, nas quais muitas famílias se sustentam por meio da atividade do tráfico. Além disso, dizem que abordar o assunto das drogas exige uma sensibilidade e cuidado especiais, para que a escola não se coloque em uma posição de risco frente ao poder das facções nessas regiões.

Se fizer um projeto aqui na escola sobre esse assunto e convidar os pais, o mais provável é que não venham, porque daí vão estar assumindo, expressando um comportamento, uma ideia, com aquilo que eles estão envolvidos e que está direta ou indiretamente na vida deles. É a lei do silêncio. Com os alunos, se for uma abordagem que dialogue com o problema, não trate isso como uma questão moral, acho que já facilita o vínculo para trabalhar com esse assunto. Agora, se vier com uma abordagem muito moralista e negar totalmente a realidade que eles já conhecem e conhecem muito melhor do que nós, acho que daí a porta não se abre. Depende muito da metodologia que o projeto vai seguir. (PROFISSIONAL 22).

Os profissionais entrevistados, quando questionados sobre programas de prevenção ao abuso de drogas que eram desenvolvidos nas escolas, citaram instituições e alguns projetos que não necessariamente voltam-se a esse fim, mas que oportunizam aos alunos diversas atividades no contra turno às aulas. No gráfico abaixo, estão listados os programas e a frequência com que foram citados nas entrevistas.

Gráfico 2 – Programas e Instituições em atuação nas escolas



Fonte: Sistematização da autora (2015).

Os que mais se destacaram no trabalho específico com a temática das drogas foram os trabalhos da Central Única de Favelas (CUFA), o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) e o Galera Curtição. Na categoria outros, os programas e instituições citados foram: LIONS (1), Ação Social Murialdo (1), Grupo de Maçons (1), Rotary Club de Porto Alegre (1), Cultura de Paz (1) e Aluno Cidadão (1).

Os projetos são necessários, porque o assédio é muito grande aqui. Então às vezes me preocupa dizerem que não surtiu efeito o projeto. Tem um contexto aqui que muitas crianças são obrigadas a fazer os atos ilícitos, são obrigadas a matar, a roubar, a traficar sem a vontade delas, então não tem ninguém que consiga fazer essa proteção à criança. A Brigada Militar faz palestras, a gente tem oficinas com o Rotary, grupo de maçons, a CUFA também. Somos bombardeados de projetos como formas de resistência a esse mundo do tráfico. Tudo que tiver a nosso alcance a gente está fazendo: formando parcerias, oficinas. (PROFISSIONAL 8).

O PROERD desenvolve palestras, teatro com alunos. Eles vêm para aproximar e não ficar aquela ideia que a Brigada é só repressão. Com os maiores fizeram mais palestras e com os menores, atividades como teatro. Tem o FECI que dá apoio e fazem projeto escolarização de manhã e durante a tarde na integralização entram com música e esporte. (PROFISSIONAL 4).

Destaca-se, nesse ponto, um relevante estudo que avaliou um dos programas mais difundido e conhecido mundialmente, que trata sobre a prevenção ao abuso de drogas e à violência, o D.A.R.E. (Drug Abuse Resistance Education) ou, na sua versão brasileira, Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD). O programa americano está em desenvolvimento desde 1983. Compreende atividades sistematizadas de acordo com a faixa etária e série escolar, contemplando um número

específico de semanas para o trabalho. Em suas atividades, propõem ensinar habilidades necessárias para a resistência às pressões sociais para o uso de drogas, além de lições sobre suas consequências, entre outras atividades. Em sua proposta metodológica inclui palestras, discussões em grupo, entre outras (SHERMAN, 1996).

Conforme o relatório conduzido por Sherman (1996), em suas avaliações, foi constatado que os efeitos preventivos do programa não demonstram eficiência significativa. O estudo demonstrou que o modelo utilizado pelo programa D.A.R.E. como método de ensino, ao introduzir um profissional fardado para realizar as atividades pode ter contribuído para uma avaliação fraca sobre a sua eficiência. O estudo indica que o programa se restringiu à dimensão informativa, trabalhando pouco no âmbito das competências sociais e no desenvolvimento de habilidades sociais. Além disso, o formato em palestras se mostra ineficaz, sendo sugeridos métodos interativos de ensino, além de ressaltar a importância do envolvimento de professores nesses programas, afirmando a pertinência desses profissionais, visto seu vínculo com os alunos frente à inexperiência dos militares nas práticas educativas. Essas constatações científicas não ficaram distantes das percepções apresentadas pelos profissionais acerca do programa, ao afirmarem que a figura do policial pode interferir na criação do vínculo com os alunos.

Eu não tenho ideia de como seria uma solução pra tentar falar com eles porque palestras ocasionais, uma coisa a cada semestre, não adianta. E acho que só isso não adianta, por exemplo, saber que “isso provoca aquilo”... Eles sabem, é “chover no molhado”, não adianta nada. (PROFISSIONAL 6).

Outro programa que surgiu nos relatos dos professores foi o Programa “Galera Curtição”, que está presente na rede estadual e municipal de educação, abrangendo cerca de 100 alunos por escola, em idades entre 12 e 16 anos. O projeto é desenvolvido por professores que irão coordená-lo na instituição na qual trabalha, e abrange diversas temáticas como gênero, etnias, sexualidade, e, também, álcool e outras drogas. As ações são realizadas por meio de tarefas em uma espécie de gincana (PORTO ALEGRE, 2015).

(O Galera Curtição) Acabou sendo uma gincana, então eram várias temáticas, racismo, questões éticas, questões de gênero, vários temas e também a questão das drogas e prevenção. Como tinha a coisa da competição, estimulava o pessoal, gostavam de participar e se envolviam na questão de procurar entender. O material que vinha era muito bom. (PROFISSIONAL 14).

A Central Única das Favelas (CUFA) é uma organização nacional promovida por jovens de várias diferentes favelas do Brasil que, em maioria, estavam ligados ao

movimento *Hip hop*. Desde 1998, a CUFA, por meio da cultura *Hip hop*, afirma que busca atingir formas de expressões diversificadas visando o aumento da autoestima das camadas não privilegiadas. A CUFA desenvolve ações de educação, esportes, cultura e cidadania, além de trabalhar com elementos do movimento *Hip hop*. Essa organização está presente em cerca de 27 estados brasileiros (CUFA/RS, 2015).

O trabalho desenvolvido pela CUFA ocorre, conforme relato dos profissionais, por meio de livros que são entregues às escolas, para trabalhar com umas turmas específicas, nas quais poderão escrever o final da história do livro. Como encerramento desse processo, um agente da CUFA visita as escolas e reúne os finais produzidos pelas turmas a fim de que escolham o final que melhor represente a escola. A história geralmente tenta se aproximar da realidade das comunidades, trabalhando as habilidades de escolha e tomada de decisão. Os profissionais relataram uma boa aceitação do trabalho realizado pela CUFA, afirmado que os alunos parecem interagir bem com as atividades propostas.

É o terceiro ano em parceria com a CUFA. Então a CUFA escolhe uma turma e eles fazem esse projeto de prevenção, trabalham com aquele livro do jornalista Manoel Soares, e depois tem toda uma atividade que é feita. Eles pegam o pessoal da área do teatro, com atividades de dramatização, conscientização. A parceria é boa! Está ocorrendo há três anos, mas trabalham isoladamente, uma turma só, né?! Eles têm atingido a faixa etária de 10, 11 anos em média. (PROFISSIONAL 8).

Nós temos uma ligação com a CUFA bem forte, a CUFA vem pra fazer oficinas aqui na escola, já há dois anos, e teve uma ocasião em que o Manoel Soares, da RBS, veio para falar aqui sobre o uso da droga. A CUFA trabalha aqui na escola uma vez por semana, uma parceira. Eles fazem as oficinas de teatro e vídeo. (PROFISSIONAL 21).

O programa que está presente na maioria das escolas visitadas foi o Mais Educação. A Portaria Interministerial n.º 17/2007 (BRASIL/MEC, 2007) e o Decreto 7.083/10 (BRASIL, 2010) definem o Programa Mais Educação. Esse programa constitui uma estratégia do Ministério da Educação voltado à integralização escolar, com vistas a ampliar a carga horária que os alunos passam na escola, realizando atividades no turno inverso às aulas. O programa prevê ações nos âmbitos dos esportes, direitos humanos, artes e cultura, entre outros. É coordenado pela Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC), em parceria com as Secretarias Estaduais e/ou Municipais de Educação. O Programa, inicialmente, abrangeu escolas que apresentavam baixo Índice de desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Em 2011, o programa contemplou 14.995 escolas utilizando como critério escolas

estaduais ou municipais situadas em territórios considerados de vulnerabilidade social (BRASIL/MEC, 2015).

O Mais Educação foi uma coisa nova na escola, causou certo tumulto até porque é uma forma diferente de pensar a escola, praticamente tu tens duas escolas dentro de uma, então a gente vem se adaptando. Justamente as crianças que vem para o projeto, no turno integral, para que não fiquem na rua e, também, não fiquem em casa. (PROFISSIONAL 8).

O Mais Educação ocorre no turno inverso à escola. O aluno da manhã tem essas atividades e reforço escolar à tarde. Nos finais de semana o Mais Educação mantinha a escola aberta à comunidade através de cursos de formação, atividades esportivas. Este ano cortaram praticamente quase todas as verbas e o Mais Educação tem funcionado mais sábado pela manhã. Cortaram sábado à tarde e o domingo todo, com a promessa de que quando as verbas voltarem os projetos voltarão. (PROFISSIONAL 6).

O Programa Mais Educação, em algumas escolas, tem atuado parcialmente, devido ao atraso no repasse das verbas ou, até mesmo, no corte total das mesmas. Dessa forma, algumas atividades que eram desenvolvidas pelos programas tiveram que ser interrompidas, pois não era possível a contratação de oficinairos, ocasionando, também, a redução da oferta de atividades extraclasse para os alunos.

Nós oferecíamos o Mais Educação, mas em função do corte de verbas nós tivemos que fechar. Era algo que fazia um diálogo com a comunidade muito bom, porque eles utilizavam as quadras da escola, alguns materiais como ping pong. Tinham algumas atividades. Mas isso foi cortado, por causa do corte de verbas que vem do governo federal. Hoje está bem precária a questão do extraclasse, não por questão, digamos assim, da escola, mas sim por corte de verbas. (PROFISSIONAL 12).

No Mais Educação estamos com a verba curta. A gente só está pagando os oficinairos, mas nem pensar em adquirir material e expandir o programa. (PROFISSIONAL 17).

Interessante ressaltar que, em abril de 2015, o Governo Federal lançou o projeto “Pátria Educadora” (BRASIL, 2015), a fim de promover a qualificação do ensino público. A realidade demonstra, contraditoriamente, que a política de educação está recebendo cada vez mais cortes e que o projeto, em verdade, aparece somente como um slogan publicitário.

A política econômica tem relação com a implementação do ajuste fiscal, para promover superávit primário, que implicou em cortes no orçamento geral da união atingindo a todos os ministérios, em especial o Ministério da Educação (19% de cortes) e o Ministério de Desenvolvimento Agrário (49% de cortes). (TAFFAREL; MUNARIM, 2015, p. 43).

Para que se construa a valorização da educação no País, é necessária a reversão dos cortes e a ampliação dos investimentos, bem como a valorização dos professores. Foram salientadas, mesmo com o cenário exposto, que as experiências ainda em andamento no Programa Mais Educação demonstram-se positivas e

exitosas, especialmente na oferta de oficinas que tratam com música, teatro, esportes e dança. Os adolescentes possuem muito contato com a cultura *Hip hop*⁹, e ela tem sido usada pelosicineiros de diversas formas para a criação de vínculos e no trabalho com as demandas apresentadas, inclusive para tratar sobre a questão das drogas.

O direito à cultura está presente no Estatuto da Juventude (BRASIL, 2013, p. 17), que dispõe sobre “a livre criação, o acesso aos bens e serviços culturais e a participação nas decisões de política cultural, à identidade e diversidade cultural e à memória social”. Compreende-se, portanto, a necessidade de reconhecer e garantir aos jovens o acesso não somente a locais e eventos culturais, mas na participação nos processos que produzem bens culturais. O Estatuto marca uma série de princípios e diretrizes que orientam as políticas públicas voltadas à juventude, e visa instituir o Sistema Nacional de Juventude.

Os profissionais avaliam que somente palestras esporádicas e a distribuição de pôsteres nas salas de aula sobre os efeitos das drogas no organismo não são medidas que, isoladas, tenham impactos de prevenção, pois não tem caráter contínuo. Alguns profissionais relataram situações que demonstraram como o território permeado pelo tráfico de drogas é limitador para ações de prevenção, tendo em vista o medo de tocar no assunto e ficar exposto às represálias.

O território limita o trabalho sobre prevenção, tem muitos que dizem que não vão tocar nisso aí porque é comprar uma briga e depois “- vou ter que descer o morro sozinho”. E principalmente essa gente jovem (novos profissionais) que está chegando se apavoram um pouco, na verdade eles não estão preparados, fazem o concurso, mas não sabem que tipo de clientela vão encontrar. (PROFISSIONAL 2).

No momento que tu pregas o não uso da droga e o cara depende daquilo ali, o professor sai daqui dez e meia da noite no escuro sozinho, que segurança ele tem? Por isso a importância de ser oferecidos cursos talvez até para os alunos com mais idade, algo mais específico que não ficasse muito no pessoal do professor, mas que fosse uma política vinda de fora, né? Até que nesses territórios conflitados a polícia não é vista por eles né, e no momento em que a maioria deles tem esse convívio de drogas de convívio no meio familiar de fazerem parte de gangues e discussão de drogas e se tu vais lá falar que é um mal negócio porque é negócio da família deles, está cortando a fonte de renda deles. (PROFISSIONAL 6).

⁹ *Hip hop* é um movimento cultural das juventudes expressado pela linguagem artística da música, com *RAP* e *DJ's*, por meio da dança, conhecida como *breaking* e da arte do *graffiti*. No País, o movimento *Hip hop* na década de 1980 emergiu e representou para os jovens das periferias urbanas formas para expressar suas vivências e realidades (ANDRADE, 1999).

Constata-se que a escola está situada nesse território conflituoso onde a questão das drogas aparece como paralela a todo um contexto cercado de vulnerabilidades sociais, com diferentes processos de violência, em decorrência, também, das disputas por poder no mercado do tráfico. Os programas, em geral, têm realizado ações pontuais, focadas em turmas específicas, utilizando, por vezes, somente um dos princípios da prevenção, como por exemplo, tratam somente sobre os efeitos por meio de palestras. Destaca-se que os modelos de trabalho que envolvem habilidades de vida são considerados mais adequados às premissas da promoção de saúde e no empoderamento dos jovens (SANCHEZ, 2014).

Foram diversas as sugestões para lidar com as dificuldades apresentadas no cotidiano dos profissionais. Ressaltaram, majoritariamente, a necessidade de capacitação para os professores, tanto no sentido de compreender melhor o fenômeno das drogas, quanto para aprender a lidar com ele no ambiente escolar, apresentando formas novas de abordagem do assunto com as crianças e os adolescentes.

Eu acho que deveria ter, primeiro, uma qualificação do pessoal que vai trabalhar em relação a isso, porque eu não posso trabalhar um assunto que eu desconheço, de repente fazer um curso, uma oficina para os professores, uma capacitação para que eles possam saber exatamente que tipo, que efeitos causam, o que acontece, ou até como falar com os adolescentes, como abordar. Eu acho que isso seria o principal para depois a partir disso e poder articular com o posto de saúde, com outras entidades, fazer um trabalho em conjunto porque só a escola também não ia adiantar. (PROFISSIONAL 11).

Além disso, reforçaram que o uso de drogas e o envolvimento com o tráfico tem iniciado em idades cada vez menores, e nesse sentido, acreditam que os projetos e programas de prevenção devem iniciar com crianças de, no mínimo, dez anos.

Acho que por volta de nove e dez anos já tinha que começar algum tipo de informação, de repente de uma outra forma, de forma mais lúdica, uma forma diferente de abordagem com eles, mas eu acho que deveria começar bem cedo, até antes oito nove anos, deveria começar algum tipo de abordagem com eles algum tipo de esclarecimento. (PROFISSIONAL 11).

As escolas têm trabalhado no reforço de atitudes positivas, tentando oportunizar aos alunos a possibilidade de enxergar diferentes perspectivas de futuro além do que é apresentado pelo mercado do tráfico. Nesse sentido, buscam desenvolver passeios, saídas de estudo, devido à identificação de que, em territórios que se encontram afastados do centro da cidade, a população tende a apresentar dificuldades de mobilidade urbana, por vezes nem conhecendo a própria cidade, restringindo suas oportunidades ao espaço em que se encontram.

Algumas escolas afirmam a descontinuidade dos programas e projetos. Destacam que a falta de um projeto consistente prejudica a efetividade de ações preventivas.

Acho que é um assunto que não se restringe à educação. Acho que deveria envolver vários setores, assim, trabalhar em conjunto, não uma ação isolada; chegar ali e pendurar um cartaz ou distribuir um panfletinho para eles. É trabalho contínuo, acho que não pode ser uma coisa, falamos dois meses sobre isso e acabou, tem que ser contínuo, o tempo todo em cima da mesma tecla até ter algum tipo de resultado. (PROFISSIONAL 11).

Solicita-se auxílio da rede, pois os profissionais percebem que somente incluir escolas nos territórios não irá solucionar todas as necessidades das quais carece a população. Os profissionais percebem as cobranças feitas à instituição escola como se fosse possível, por meio dela somente, atender “a tudo e a todos”.

Gostaríamos do auxílio de todos. Deixar essa escola como único braço do governo nesse espaço, eu acho injusto achar que a escola vai ser suficiente para tudo isso. Nós temos que ver outras coisas aqui na volta. (PROFISSIONAL 12).

Sugere-se a ampliação da rede de serviços, além do desenvolvimento de mais projetos e programas voltados à prevenção. Alguns entrevistados discorreram sobre a necessidade de profissionais externos à escola tratarem sobre a questão das drogas, visto que seria necessária uma preparação adequada para tal abordagem.

Eu como profissional da educação preciso de uma capacitação melhor pra essa área, tanto fazendo cursos, quanto trazendo pessoas que possam nos auxiliar aqui no colégio pra lidar com isso. Eu acho necessário ter um suporte, mas não só drogas ilícitas, álcool também é um problema dentro da comunidade. A escola poderia agir um pouco mais, mas também não sabemos como. Não sabemos como fazer. Sozinha ela não consegue fazer nada. É difícil mostrar pra eles que existem outras possibilidades, e na realidade as possibilidades são pequenas apresentadas ainda pra eles. As possibilidades não são uma realidade no mundo no qual a maior parte dos meus alunos vivem. (PROFISSIONAL 16).

Sugere-se a realização de um trabalho de prevenção sistemático, contínuo e permanente. Solicita-se, assim, maior apoio da rede de serviços, ampliação dos projetos e programas existentes que vem apresentando retornos positivos. Afirma-se que o diálogo, a conversa, o “estar aberto para ouvir”, acolher e compreender a realidade em que esses jovens estão inseridos tem sido o caminho encontrado pelos profissionais para atender às demandas que emergem a cada dia. Percebem, sobretudo, que é fundamental não enxergar as drogas como um “bicho de sete cabeças”, procurando livrar-se práticas estigmatizantes e criminalizadoras.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experimentação de substâncias com vistas a alterar a consciência a partir de diferentes motivações sempre foi uma prática presente na história da humanidade. Não existe registro do êxito nas tentativas de extinção e repressão total a alguma substância psicoativa; pelo contrário, o que se vê a partir dessa lógica proibicionista, é o fato de tornar o uso, consumo ou produção em atos criminosos, imputando a essas práticas sanções legais punitivas.

A política brasileira foi influenciada pelas tendências internacionais em relação à legislação sobre drogas, insistindo, também, em práticas repressivas e centradas na droga como o grande problema, por muito tempo desconsiderando a dimensão econômica, política, social e cultural que permeia essa questão. Os impactos dessas orientações na política rebateram no aumento da violência, no crescimento e na organização do tráfico de drogas, além de desvelar que essa guerra às drogas tem recorte de idade, classe, etnia e gênero. A repressão foi um forte instrumento, também, para a criminalização da pobreza.

As correntes internacionais têm revisto e experimentado mudanças na orientação política da repressão, abrindo espaço para usos terapêuticos ou até mesmo a regulação de certas drogas para consumo individual. O reconhecimento do fracasso da estratégia anterior possibilita a tomada de decisão em busca de novas configurações para essa política, que ultrapassem o tabu atribuído às drogas, e que reconheçam a necessidade de uma visão que identifique a relação que a sociedade já construiu com as drogas e as diferentes necessidades que os usuários possam ter, como o direito a tratamento, quando necessário, em uma rede pública que o atenda de forma integral e que ultrapasse estigmas e conceito moralizadores que foram arraigados durante muitas décadas nessa população.

As práticas de prevenção adotadas, ainda na lógica de uma política repressiva, reproduziram, por muitos anos, discursos voltados, também, diretamente à droga, considerada como a grande vilã. Discursos que buscam “Drogas, tô fora!”, “Diga não às drogas!”, em uma doutrina que mostra usuários como zumbis sem autodeterminação mostram-se distantes da clareza necessária sobre as diversas dimensões que compõem o fenômeno do abuso de drogas. Esses discursos partem, também, de uma noção pautada na absoluta abstinência como único eficaz para lidar

com essa questão, não reconhecendo a redução de danos e os diferentes tipos de uso que não se configuram como problemático ou abusivo.

A partir de estudos científicos e, constatado por meio desse trabalho, observou-se que cartazes e palestras de forma descontinuada provocam pouco impacto significativo. Não promovem, também, espaços consistentes de reflexão sobre a questão das drogas, ainda mais se focados somente nos efeitos das substâncias no organismo, reduzindo as ações de prevenção somente à dimensão informativa.

Conhecer e compreender o contexto no qual serão realizadas atividades de prevenção se torna primordial para que o diálogo realizado seja atrativo, especialmente se incluir no desenvolvimento das atividades e na criação da proposta o próprio público-alvo, colocando-os como protagonistas e não somente como seres que necessitam de esclarecimentos. Em meio a um contexto em que o tráfico de drogas é presente e a violência se torna naturalizada, além da falta de acesso as políticas públicas, é evidenciada a violência estrutural. Nesse escopo, mostra-se relevante o fortalecimento de uma rede intersetorial, visando o atendimento das diversas necessidades básicas presentes nas comunidades, nas quais o tráfico vem se fortalecendo enquanto o Estado mais se ausenta.

Existe uma reorientação geográfica dos territórios que parece não estar contemplada nas políticas públicas causando o não acesso da população aos seus direitos sociais. O tráfico instaurou divisões espaciais que devem ser conhecidas pelos serviços para que possam ser construídas estratégias alternativas de acesso aos direitos da população, do contrário, continuarão fora das escolas, unidades de saúde e demais serviços públicos. A violência atrelada ao tráfico tem impactado de tal forma nas comunidades que as famílias e os alunos das escolas tem se tornado nômades, morando transitoriamente em diferentes regiões para fugir de dívidas, ameaças, entre outros rebatimentos desse mercado. Com isso, o vínculo e o trabalho contínuo, tanto em educação, quanto em outras áreas se torna um desafio.

Em atendimento aos objetivos, esse estudo buscou caracterizar as escolas municipais presentes em territórios socialmente vulneráveis. Percebe-se que a rede municipal possui características próprias e particulares, uma vez que essas instituições, conforme as falas dos profissionais, estão “encravadas” nos morros, geralmente, situadas em meio a grandes “bolsões de miséria”.

Dessa forma, o papel da escola, essencialmente educativo, adquire ressignificações, passando a constituir-se como um espaço de proteção para a criança que vivencia, em sua residência, a falta de alimentação, falta de saneamento básico em suas ruas, e, além disso, em meio à “falta de tudo”, perpetuam-se processos diversos de violência. Os territórios nos quais as escolas se encontram, em zonas periféricas da cidade, possuem a problemática da locomoção, dificultando a mobilidade urbana dessa população. Não são raros os casos em que as crianças e adolescentes desconhecem o centro, restringindo, assim, o seu direito à cidade.

Buscou-se analisar os programas e projetos vinculados à política de drogas desenvolvidos nas escolas. Constatou-se, no cenário revelado pela pesquisa, que as práticas pautam-se em ações descontinuadas, focadas em palestras informativas que beiram à superficialidade, ao tratar sobre os malefícios do uso de drogas. Parte-se de uma lógica verticalizada, que normalmente não inclui os adolescentes na criação e desenvolvimento dos projetos, buscando educa-los a partir de ações que visam dizer não e resistir à pressão e ao assédio do mercado do tráfico. É preciso modernizar os discursos de prevenção a partir de técnicas pedagógicas participativas, a fim de promover reflexões e a autonomia no processo de desenvolvimento da consciência crítica.

Existem, no entanto, experiências consideradas positivas, como os trabalhos realizados a partir da perspectiva cultural, na utilização das artes para promover melhor qualidade de vida e, a partir da música, dança, esportes, lidar com as demandas que se apresentam na vida desses jovens. Há clara aceitação a projetos que se aproximam dos adolescentes e despertam seus interesses a partir de uma linguagem horizontal, que os envolva na construção das atividades.

Outro ponto interessante revelado por este estudo apresenta a falta de capacitação dos profissionais da educação para lidar com a questão das drogas, em diversos âmbitos. As falas demonstraram dificuldade no manejo de situações em que alunos apresentam o uso no ambiente escolar, bem como a dificuldade em tratar sobre as relações de poder instituídas pelo tráfico nos territórios, que acabam sendo reproduzidas nas relações sociais dentro das escolas. Profissionais afirmam não saber, não ter ideia de como abordar, como falar, como trabalhar, enquanto escola, em meio ao contexto que vivenciam. A formação de professores não comporta o preparo para certas abordagens, e eles afirmaram, ainda, que a oferta de cursos ou

especializações nesse sentido é pouca, e quando existe, ocorrem por meio de palestras esporádicas.

Foram identificados diversos entraves para a efetivação de estratégias de prevenção, mas especialmente, entraves que demonstram a desproteção de crianças e adolescentes em meio às diversas formas de vulnerabilidade vivenciadas por eles. Além disso, o tráfico de drogas tem perpetuado a lei do silêncio e a lógica do medo nas comunidades, e, nesse contexto, as escolas, com medo de represálias, em muitos casos deixam de tratar sobre a questão das drogas em seus ambientes.

Fala-se que a rede é promovida pelos profissionais, mas pouco se compreende a realidade em que esses profissionais realizam seu trabalho. A precarização das políticas públicas encontra no trabalhador o seu agente mais explorado e ao mesmo tempo mais cobrado por respostas e soluções. Muitas vezes as escolas parecem ser ilhas dentro das comunidades, isoladas em suas ações, com diversas tentativas de resistência e organização em rede, mas com muitas dificuldades estruturais e econômicas de fazê-lo. Percebe-se que o governo, em meio à crise política, provocou cortes orçamentários na educação e isso tem impactado negativamente nos projetos e programas presentes na agenda escolar. O governo tem investido em terceirizações para suprir a necessidade de novos profissionais, causando ainda mais precariedade a esses espaços e aos próprios destinatários desse serviço. Deve-se pensar no fortalecimento das instâncias de participação social para que as lutas por políticas públicas universais e equânimes se efetivem.

O grande desafio parece consistir na busca por assegurar à juventude os direitos que lhes tem sido constantemente violados. Crianças, adolescentes, jovens, tem figurado como grandes vítimas da violência social. Sobrevivem, assim, em meio à falta de um ensino que possa lhe atender integralmente e com a devida qualidade, e a pouca efetividade das políticas públicas direcionadas à juventude. É urgente e necessário dar resposta a esse contexto, com medidas que visem à revisão da política de drogas, além de buscar compreender a gênese da violência para fomentar ações preventivas, especialmente voltadas à juventude em territórios socialmente vulneráveis. Enquanto isso, contabilizam-se as vidas jovens perdidas enquanto aumentam as classes vazias nas escolas.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Gilberta (org.). **Avessos do Prazer: drogas, Aids e direitos humanos**. Rio de Janeiro: FRIOCRUZ, 2000.

ACSELRAD, Gilberta. Políticas de drogas e cultura de resistência. In: GARCIA, J.; LANDIM, Leilah; DAHMER, Tatiana (org.). **Sociedade & Políticas: novos debates entre ONGs e Universidades**. 1 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003, v. 1, p. 179-197.

ACSELRAD, Gilberta. Para início de conversa. In: ACSELRAD, Gilberta (org.); KARAM, Maria Lúcia et. al. **Quem tem medo de falar sobre drogas? Saber mais para se proteger**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. 164 p.

ALBERTANI, Helena Maria Becker; AZEVEDO, Aldo da Costa. Princípios e Estratégias de Prevenção do Uso de Drogas nas Ações Educativas. In: BRASIL. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. **Curso de prevenção do uso de drogas para educadores de escolas públicas**. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, Ministério da Educação. – 6. ed., atual. – Brasília: Ministério da Justiça, 2014. 272 p.: il.

ANDRADE, A. G.; BASSIT, A. Z. **Avaliação de programas de prevenção de drogas**. São Paulo: GREa – Ipq – HC – FMUSP, 1995.

ANDRADE, E.N. Hip hop: movimento negro juvenil. In: ANDRADE, E. (Org.). **Rap e educação, rap é educação**. São Paulo: Summus, 1999.

ANDRADE, Márcio. Entre o prazer e a morte. In: **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Ano 10, nº 110, Nov. 2014.

ANDRADE, Tarcisio Matos de; ESPINHEIRA, Carlos Geraldo D'Andrea (gey). A Presença das Bebidas Alcoólicas e outras Substâncias Psicotrópicas na Cultura Brasileira. In: BRASIL/SENAD. **O uso de substâncias psicoativas no Brasil: módulo 1**. 5 ed. Brasília: Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, 2014. 140 p.

ARAÚJO, C. M. de. **Significações sobre desenvolvimento humano e adolescência em um projeto socioeducativo**. Educação em Revista, 26 (3), 169-194. 2010.

ARAÚJO, Claisy Maria Marinho. A escola como espaço de transformações sociais e individuais. In: BRASIL. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. **Curso de prevenção do uso de drogas para educadores de escolas públicas**. Ministério da Educação. 7. ed., atual. Brasília: Ministério da Justiça, 2014. 272 p.: il.

ASSUMPÇÃO, A. F. A; GARCIA, M. L. T. **Entraves e avanços no processo de descriminalização da maconha**. Anais XII Congresso Brasileiro de Sociologia. Belo Horizonte, Minas Gerais, 2005.

AVELAR, Lucas. Uso se branco, abuso se preto. In: **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Ano 10, nº 110, Nov. 2014.

BAPTISTA, Myriam Veras. **Planejamento Social: intencionalidade e instrumentação**. São Paulo: Veras Editora; Lisboa, 2007.

BARBOSA, Livia. **Sociedade de Consumo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

BAPTISTA, Myriam Veras. **Planejamento Social: intencionalidade e instrumentação**. São Paulo: Veras Editora; Lisboa: CPIHTS, 2010.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.

BRAMBATTI, L. P.; GUSSI, M. A.; SEIDL, E. M. F. Saúde e Escola: identificando interfaces e fortalecendo redes. In: BRASIL. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. **Curso de prevenção do uso de drogas para educadores de escolas públicas**. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, Ministério da Educação. – 6. ed., atual. – Brasília: Ministério da Justiça, 2014. 272 p.: il.

BRASIL. Decreto nº 54.216, de 27 de Agosto de 1964. Promulga a Convenção Única sobre Entorpecentes. **Diário Oficial da União**: seção 1, p. 7801, 01 set. 1964.

_____. Decreto nº 79.388 de 14 de Março de 1977. Promulga a Convenção sobre Substâncias Psicotrópicas. **Diário Oficial da União**: seção 1, p. 3347, 23 mar. 1977.

_____. Decreto Lei n.º 6.368 de 21 de outubro de 1976. Dispõe sobre medidas de prevenção e repressão ao tráfico ilícito e uso indevido de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 22 de out. de 1976.

_____. Decreto n.º 85.110, de 02 de setembro de 1980. Institui o Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão de Entorpecentes e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, p. 17482, de 04 de set. de 1980.

_____. Lei n.º 7.560 de 19 de dezembro de 1986. Cria o Fundo de Prevenção, Recuperação e de Combate às Drogas de Abuso, dispõe sobre os bens apreendidos e adquiridos com produtos de tráfico ilícito de drogas ou atividades correlatas, e dá outras providências. **Diário Oficial**: seção 3, p. 19564, de 23 de dez. de 1986.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Relatório Final da VIII Conferência Nacional de Saúde**. Brasília, 1986.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União**. Poder Legislativo, Brasília, DF, 05 jan. 1988.

_____. Ministério da Saúde. Lei Nº. 8.080 de 19 de setembro de 1990. Lei Orgânica da Saúde. Ministério da Saúde, Brasília/DF. **Diário Oficial da União**: seção 1, p. 18055, 20 set. 1990.

_____. **Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, 1993.

_____. **Lei n.º 8.764 de 20 de dezembro de 1993**. Cria a Secretaria Nacional de Entorpecentes e dá outras providências. Disponível em:

<<http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/8b6939f8b38f377a03256ca200686171/360ca0cace3c2761032569fa006840ae?OpenDocument>>. Acesso em 20 nov. 2015.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, p. 27833, 23 dez. 1996.

_____. Ministério da Saúde. Agência de Vigilância Sanitária. **Portaria n.º 344, de 12 de maio de 1998**. Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial. Disponível em: <http://www.anvisa.gov.br/hotsite/talidomida/legis/Portaria_344_98.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2015.

_____. Decreto nº 3.696, de 21 de dezembro de 2000. Dispõe sobre o Sistema Nacional Antidrogas, e dá outras providências. Brasília, 2000. **Diário Oficial da União**: seção 1, eletrônico, p. 77, de 22 dez. 2000.

_____. Lei nº 10.216 de 06 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. **Diário Oficial da União**: seção 1, eletrônico, p. 2 de 09 de abril de 2001.

_____. Ministério da Saúde. **Portaria n.º 336/GM de 19 de fevereiro de 2002**. Estabelece CAPS I, CAPS II, CAPS III, CAPS i II e CAPS ad II. Disponível em: <http://dtr2004.saude.gov.br/susdeaz/legislacao/arquivo/39_Portaria_336_de_19_02_2002.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**. Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004. Brasília, 2004.

_____. Conselho Nacional Antidrogas. **Resolução n.º 3/GSIPR/CH/CONAD, de 27 de outubro de 2005**. Aprova a Política Nacional Sobre Drogas. Disponível em: <<http://www.obid.senad.gov.br/portais/OBID/biblioteca/documentos/Legislacao/326979.pdf>>. Acesso em: 16 nov. 2015.

_____. Lei n.º 11.343, de 23 de agosto de 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, p. 2, de 24 de agosto de 2006.

_____. Decreto n.º 6.117, de 22 de maio de 2007. Aprova a Política Nacional sobre o Alcool, dispõe sobre as medidas para redução do uso indevido de álcool e sua associação com a violência e criminalidade, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, p. 5, de 23 de maio de 2007.

_____. **Lei n.º 11.705, de 19 de junho de 2008**. Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que 'institui o Código de Trânsito Brasileiro', e a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de

produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal, para inibir o consumo de bebida alcoólica por condutor de veículo automotor, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11705.htm>. Acesso em: 16 nov. 2015.

_____. Ministério da Educação. **Educação integral**: texto referência para o debate nacional. Brasília: Secad, 2009.

_____. **Decreto n.º 7.179, de 20 de maio de 2010**. Institui o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas, cria o seu Comitê Gestor, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7179.htm>. Acesso em: 16 nov. 2015.

_____. Ministério da Saúde. **Portaria n.º 3.088/GM de dezembro de 2011**. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS. 2011. Disponível em:<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html>. Acesso em: 16 nov. 2015.

_____. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. **Relatório Estatístico Analítico do Departamento Penitenciário Nacional – Dez. 2012**. Brasília: MJ, 2012.

BRASIL. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. **Curso de prevenção do uso de drogas para educadores de escolas públicas**. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, Ministério da Educação. – 6. ed., atual. – Brasília: Ministério da Justiça, 2014. 272 p.: il.

_____. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Resolução da Diretoria Colegiada – RDC N.º 17, de 06 de maio de 2015**. Define os critérios e os procedimentos para a importação, em caráter de excepcionalidade, de produto à base de Canabidiol em associação com outros canabinóides, por pessoa física, para uso próprio, mediante prescrição de profissional legalmente habilitado, para tratamento de saúde. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2015/rdc0017_06_05_2015.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2015.

_____. **Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm>. Acesso em: 20 nov. 2015.

_____. Decreto nº 154 de 26 de Junho de 1991. Promulga a Convenção Contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas. **Diário Oficial da União**: seção 1, p. 12418, 27 jun. 1991.

_____. Ministério da Educação. **Orientações curriculares para o ensino médio**: linguagens, códigos e suas tecnologias. Brasília: MEC/SEB, v. 1, 2006.

_____. Ministério da Educação. **Portaria Normativa Interministerial n.º 17, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa Mais Educação, que visa fomentar a educação

integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio do apoio a atividades sócio-educativas no contraturno escolar. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/mais_educacao.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2015.

_____. Decreto nº 7.179, de 20 de maio de 2010. Institui o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas, cria o seu Comitê Gestor, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, p. 43, 21 maio 2010.

_____. **Decreto n.º 7.083, de 27 de janeiro de 2010**. Dispõe sobre o Programa Mais Educação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7083.htm>. Acesso em: 20 nov. 2011.

_____. **Decreto n.º 7.637, de 8 de dezembro de 2011**. Altera o Decreto nº 7.179, de 20 de maio de 2010, que institui o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7637.htm>. Acesso em: 16 nov. 2015.

_____. **Lei nº. 12.852, de 5 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm>. Acesso em: 22 jan 2016.

_____. **Portaria Nº 29** de 21 de Maio de 2013a. Institui o Comitê Gestor Federal Juventude Viva – CGJuV, instância gerencial de caráter deliberativo, com o objetivo de acompanhar as ações de execução do Plano Juventude Viva, e o Fórum de Monitoramento Participativo Interconselhos Juventude Viva – FOMPI, instância de participação e controle social, de caráter consultivo, do Plano Juventude Viva.

_____. **Levantamento Anual dos/as Adolescentes em Conflito com a Lei – 2012**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2013b.

_____. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. **Prevenção dos problemas relacionados ao uso de drogas**: capacitação para conselheiros e lideranças comunitárias. Ministério da Justiça. 6. Ed. Brasília, DF: SENAD-MJ/NUTE-UFSC, 2014. 312 p.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Sistema Único de Assistência Social – SUAS: perspectivas para o trabalho integrado com a questão do crack e outras drogas. In: **Sistema para Detecção do Uso abusivo e dependência de substâncias Psicoativas**: o sistema único de assistência social e as redes comunitárias. Brasília, 2014.

_____. Ministério da Educação. Programa Mais Educação. **Apresentação**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/programa-mais-educacao/apresentacao>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

_____. Secretaria de Assuntos Estratégicos. **Pátria Educadora**: a qualificação do ensino básico como obra de construção nacional. Brasília, 22 de abril de 2015.

Disponível em: <http://cedes.preface.com.br/dl/1IAKTzzA0_MDA_7e05e_>. Acesso em: 22 Jan. 2016.

_____. Secretaria de Direitos Humanos. **Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados**. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/criancas-e-adolescentes/programas/protecao-a-criancas-e-adolescentes-ameacados>>. Acesso em: 22 jan 2015.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som**: um manual prático. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 3ª ed. Editora Vozes, Petrópolis, 2004.

BESSA, Marco Antonio; BOARATI, Miguel Angelo; SCIVOLETTO, Sandra. Crianças e adolescentes. In: DIEHL et al. **Dependência química: prevenção, tratamento e políticas públicas**. Porto Alegre. Artmed, 2011.

BUCHER, R. **Drogas e drogadição no Brasil**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

BULLA, Leonia Capaverde. Políticas e Práticas de Enfrentamento à Drogadição no Rio Grande do Sul/Brasil. **Relatório de Pesquisa**. CNPq. Núcleo de Pesquisas em Demandas e Políticas Sociais. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Faculdade de Serviço Social. 2015.

CALDEIRA, T. P. R.. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed. 34/Edusp. 2000.

CANOLETTI, B.; SOARES, C. B. Programas de prevenção ao consumo de drogas no Brasil: uma análise da produção científica de 1991 a 2001. **Revista Interface - Comunic., Saúde, Educ.**, v.9, n.16, p.115-29, set.2004/fev.2005.

CARLINI-COTRIM, B. H. **A escola e as drogas**: realidade brasileira e contexto internacional. 1992. Tese (Doutorado) - Departamento de Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

CARNEIRO, Henrique. As necessidades humanas e o proibicionismo das drogas no século XX. **Revista Outubro**, IES, São Paulo, vol. 6, 2002, p.115-128.

CARNEIRO, Henrique. Transformações do significado da palavra “droga”: das especiarias coloniais ao proibicionismo contemporâneo. In: VENANCIO, R. P.; CARNEIRO, H. (org.). **Álcool e drogas na história do Brasil**. São Paulo: Alameda, 2005.

CARNEIRO, Henrique. Portais de todo prazer. In: **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Ano 10, nº 110, Nov. 2014.

CASTEL, Robert. **Metamorfoses da questão social**. Petrópolis, Editora Vozes, 1998.

CASTRO, M. G.; ABRAMOVAY, M. **Drogas nas escolas**. Brasília: UNESCO, Coordenação DST/ Aids do Ministério da Saúde, Secretaria de Estado dos Direitos

Humanos do Ministério da Justiça, CNPq, Instituto Ayrton Senna, UNAIDS, Banco Mundial, USAIDS, Fundação Ford, CONSED, UNDIME, 2002.

CAVALCANTI, Lia. **A necessidade de reinventar a prevenção**. Entrevista para a Revista "Peddro" – Publicação da Unesco, Comissão Europeia e Onusida. – dezembro, 2001.

CAVALLI, Michelle. Violência Estrutural: enfrentamentos para o Serviço Social? **Revista Intermas**. Revistas Eletrônicas da Toledo Presidente Prudente. Vol. 5, No 5 (2009). Disponível em: <<http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/viewFile/2596/2302>>. Acesso em: 22 jan 2016.

CIVITA, Victor. **Grande Enciclopédia Larousse Cultural**. São Paulo: Nova Cultural, 1999. v. 19.

COUTO, B. R. et al. Proteção Social e Seguridade Social: a constituição de sistemas de atendimento às necessidades sociais. *In*: GARCIA, M. L.; Couto B. R.; MARQUES, R. M (org). **Proteção Social no Brasil e em Cuba**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012.

CUFA. Central Única das Favelas. Rio Grande do Sul. **Quem Somos**. Disponível em: < http://cufars.org.br/novo/?page_id=19>. Acesso em: 20 nov. 2015.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e Contradição**: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1985.

CRUZ, A. W. O. **O adolescente em conflito com a lei e a escola**: criminalização e inclusão perversa. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFRN. 2010.

DELFINO, Lúcio. **Responsabilidade Civil e tabagismo no código de defesa do consumidor**. Belo Horizonte: Del Rey, 2002.

DELMANTO, Júlio. Manifestar a mente. *In*: **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Ano 10, nº 110, Nov. 2014.

DUARTE, Marco José de Oliveira. Por uma cartografia do cuidado em saúde mental: repensando a micropolítica do processo de trabalho do cuidar em instituições. *In*: BRAVO, Maria Inês Souza [et. al.] (org.). **Saúde e Serviço Social**. 2. ed. São Paulo Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2006.

ESCOHOTADO, Antonio. **Historia general de las drogas**. Madri: Espasa-Calpe, 1983.

FREIRE, Paulo. **Política e Educação**. São Paulo: Cortez, 1993.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, Ivani. **Metodologia da pesquisa educacional**. 8. Ed. São Paulo: Cortez, 1991.

GADOTTI, Moacir. **Concepção Dialética da Educação**: um estudo introdutório. 2. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1983.

GAMBOA, Sílvio. S. A dialética na pesquisa em educação: elementos de contexto. In: FAZENDA, Ivani. **Metodologia da pesquisa educacional**. 8. Ed. São Paulo: Cortez, 2004.

GARCIA, Marcos Roberto Vieira. O Trabalho Comunitário e a Construção de Redes de Cuidado e Proteção. In: BRASIL. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. **Prevenção dos problemas relacionados ao uso de drogas**: capacitação para conselheiros e lideranças comunitárias. Ministério da Justiça. 6. Ed. Brasília, DF: SENAD-MJ/NUTE-UFSC, 2014. 312 p.

GRAMSCI, A. **A concepção dialética da história**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GRILO, Valéria Teixeira de Meiroz. **Aspectos Jurídicos da Lei n. 11.343/2006 frente ao Estatuto da Criança e do Adolescente**. Texto elaborado a partir de palestra proferida no dia 26 de junho de 2008, na XIII Semana Estadual de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas (Previda), realizada pelo Conselho Estadual Antidrogas (Conead) e pela Coordenadoria Estadual Antidrogas (Cead). Paraná, Curitiba, 2008.

HARVEY, David. **O neoliberalismo – história e implicações**. São Paulo: Loyola. 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

JACOBINA, O. M. P.; NUNES, M. C.; PIRES, M. G.; PINHEIRO, J. L. Integrando o Tema Drogas às Disciplinas Curriculares. In: BRASIL. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. **Curso de prevenção do uso de drogas para educadores de escolas públicas**. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, Ministério da Educação. – 6. ed., atual. – Brasília: Ministério da Justiça, 2014. 272 p.: il.

KARAM, Maria Lúcia. **Direitos Humanos, laço social e drogas**: por uma política solidária com o sofrimento humano. Conferência de abertura do VII Seminário Nacional de Psicologia e Direitos Humanos. Brasília, DF, Nov. 2011. Promovido pela Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia (CFP) – Brasília, novembro, 2011.

KERN, Francisco A. **As mediações em redes como estratégia metodológica do Serviço Social**. 3 ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012.

KLEIN, Richard. **Cigarros são Sublimes**: uma história cultural de estilo e fumaça. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

KOGA, Dirce. **Medidas de cidades**: entre territórios de vida e territórios vividos. São Paulo: Cortez; 2003.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. 25ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1981.

KRUG, E. G. et al. (Org.). **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Geneva: Organização Mundial da Saúde, 2002.

LABONIA FILHO, Walter; BURNS, John E. Grupos de Ajuda Mútua no tratamento de pessoas dependentes de substâncias psicoativas. *In: O Sistema Único de Assistência Social e as Redes Comunitárias*. Módulo 7 – 5. ed. – Brasília: Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, 2014.

LEAL, Fabíola Xavier; GARCIA, Maria Lúcia Teixeira. Drogas e Legislação: reflexões sobre a política de enfrentamento ao uso indevido de drogas no Brasil. *In: SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ. Prevenção ao uso indevido de drogas*. Curitiba: SEED – Pr., 2008. - 152 p. – (Cadernos temáticos dos desafios educacionais contemporâneos, 3).

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal, lógica dialética**. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo, Documentos, 1969.

LOLIS, Dione. **A Violência Cotidiana em Diferentes Espaços Institucionais da Periferia da Cidade de Londrina**. Texto apresentado no 2º Congresso Paranaense de Assistentes Sociais, Curitiba - PR, 27 a 29/11/2003. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v7n1_lollis.htm#_edn1>. Acesso em 22 jan 2016.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARQUES, Ana Cecília P. R.; RIBEIRO, Marcelo. **Guia Prático sobre Uso, Abuso e Dependência de Substâncias Psicotrópicas para Educadores e Profissionais da Saúde**. São Paulo, 2006.

MARTINS, J. de S. **Exclusão Social e a Nova Desigualdade**. São Paulo. Paulus, 1997.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política: livro I. 29º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 211-231.

MARX, Karl. **O Capital**. Livro I, SP. Nova Cultural, 1985.

MAXIMIANO, Vitore André Zílio; PAIVA, Luiz Guilherme Mendes de. Os instrumentos legais e as políticas sobre drogas no Brasil. In: BRASIL. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. **Prevenção dos problemas relacionados ao uso de drogas: capacitação para conselheiros e lideranças comunitárias**. Ministério da Justiça. 6. Ed. Brasília, DF: SENAD-MJ/NUTE-UFSC, 2014. 312 p.

MAY, Tim. **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MELO, Doriam Luis Borges de; CANO, Ignácio. Índice de homicídios na adolescência: IHA 2009-2010. Rio de Janeiro: **Observatório de Favelas**, 2012. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/br_indiceha10.pdf>. Acesso em: 22 jan 2016.

MESQUITA, F. **Políticas públicas de drogas: a construção de um caminho democrático e humanitário para o Brasil**. 20 de junho de 2004. Disponível em: <<http://www.reduc.org.br//>>. Acesso em: 16 nov. 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Conceitos, teorias e tipologias de violência: a violência faz mal à saúde. In: NJAINE, K.; ASSIS, S. G. & CONSTANTINO, p. (Orgs.). **Impactos da Violência sobre a Saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12 ed. – São Paulo: Hucitec, 2010.

MOREIRA, Fernanda Gonçalves. **Situações Relacionadas ao Uso Indevido de Drogas nas Escolas Públicas da Cidade de São Paulo: uma aproximação do universo escolar**. São Paulo, 2003. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de São Paulo. Escola Paulista de Medicina. Programa de Pós-Graduação em Psiquiatria.

MURER, E.; OLIVEIRA, J. D. F.; MENDES, R. T. “**Substâncias Psicoativas no Ambiente Escolar**”, “Alimentação, Atividade Física e Qualidade de Vida dos Escolares no Município de Vinhedo/SP”. Editorial, n° 11, 2009, p. 89-99.

NETO, Ana Maria Q. Fausto; QUIROGA, Consuelo. Juventude urbana pobre: manifestações públicas e leituras sociais. In: PEREIRA et al. (Orgs). **Linguagens da Violência**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

NOTO A. R.; MOREIRA F. G. Prevenção ao uso indevido de drogas: conceitos básicos e sua aplicação na realidade brasileira. In: Silveira DX, Moreira FG. **Panorama atual de drogas e dependências**. São Paulo: Atheneu; 2006. p. 313-8.

Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas (OBID). Prevenção. **Tipos de Prevenção**. Prevenção Universal, seletiva e indicada. Disponível em: <<http://www.obid.senad.gov.br/portais/OBID/index.php>>. Acesso em: 07 nov. 2015.

Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas (OBID). Informações Sobre Drogas. **Padrões de Uso**. Disponível em: <http://www.obid.senad.gov.br/portais/OBID/conteudo/index.php?id_conteudo=11251&rastr=INFORMA%C3%87%C3%95ES+SOBRE+DROGAS/Padr%C3%B5es+de+uso>. Acesso em: 13 nov. 2015.

OLIVEIRA, C. S. **Sobrevivendo no Inferno**: a violência juvenil na contemporaneidade. Porto Alegre: Sulina. 2001.

OLIVEIRA, C. J de. O enfrentamento da dependência do álcool e outras drogas pelo estado brasileiro. In: BRAVO, M. I. S. (Org.). **Saúde e Serviço Social**. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2004.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Carta de Ottawa**. Primeira Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde. Ottawa, 1986. Disponível em: <http://www.mpba.mp.br/atuacao/cidadania/gesau/legislacao/internacionais/carta_ottawa.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2015.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Comitê de Especialistas em Farmacodependência. **Informes Técnicos da Organização Mundial da Saúde**. Genebra, n. 551, p. 8, 1974.

PASSETTI, Edson. **Das “fumeries” ao narcotráfico**. São Paulo: Educ, 1991.

PAUGAM, S. **A Desqualificação social**: ensaio sobre a nova pobreza. Tradução Camila Giorgetti e Teresa Lourenço. São Paulo: EDUC/Cortez, 2003.

PEDROZA; R. L. S.; COSTA, L. F. C. O Cuidado com os Educadores. In: BRASIL. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. **Curso de prevenção do uso de drogas para educadores de escolas públicas**. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, Ministério da Educação. – 6. ed., atual. – Brasília: Ministério da Justiça, 2014. 272 p.: il.

PERES, Maria Fernanda Tourinho. **Prevenção e controle: oposição ou complementaridade para a redução da violência**. *Cienc. Cult.* [online]. 2002, vol.54, n.1, pp. 54-55. ISSN 2317-6660.

PIETROCOLLA, Luci Gati. **O que todo cidadão precisa saber sobre sociedade de consumo**. São Paulo: Global, 1989.

PORTO ALEGRE. Secretaria Municipal de Educação. **Apresentação**. Disponível em: <<http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smed/default.php>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

PORTO ALEGRE. Observatório da Cidade de Porto Alegre. **Infográficos**. Disponível em: <http://observapoa.com.br/default.php?p_secao=46>. Acesso em 20 nov. 2015.

PORTO ALEGRE. Saúde e Prevenção nas Escolas. **Galera Curtição**. Perguntas frequentes. Disponível em: < <http://www.galeracurticao.com.br/>>. Acesso em 20 nov. 2015.

PORTO ALEGRE. **Lei n.º 6.151, de 15 de julho de 1988**. Estabelece o Plano de Carreira do Magistério Público Municipal; dispõe sobre o respectivo Plano de Pagamento e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.portoalegre.rs.gov.br/cgi-bin/nph-brs?s1=000019908.DOCN.&l=20&u=%2Fnetahtml%2Fsirel%2Fsimples.html&p=1&r=1&f=G&d=atos&SECT1=TEXT>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

PRATES, J. C. **O planejamento da pesquisa social**. Revista Temporalis, n. 7, Porto Alegre: ABEPSS, 2003.

REIS, C. N. (Org.) Exclusão social e políticas sociais: uma proposta de integração articulada de políticas sociais públicas para inclusão social. In: **O Sopro do minuano: transformações societárias e políticas sociais – um debate acadêmico**, 2007.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei Estadual n.º 9.716 de 07 de agosto de 1992**. Dispõe sobre a Reforma Psiquiátrica no Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/e-psico/etica/temas_atuais/luta-antimanicomial-portarias.html>. Acesso em 15 nov. 2015.

RIZZINI, I. (Coord.). **Acolhendo crianças e adolescentes: experiências de promoção do direito à convivência familiar e comunitária no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

ROCHA, Everardo; PEREIRA, Cláudia. Juventude e Consumo: um estudo sobre a comunicação na cultura contemporânea. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

RODRIGUES, Thiago. Tráfico, Guerra, Proibição. In: LABATE, Beatriz Caiuby et al. (org.). **Drogas e cultura: novas perspectivas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

RODRIGUES, Thiago. Quem é o inimigo? In: **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Ano 10, nº 110, Nov. 2014.

RUZANY, Maria Helena; MEIRELLES, Zilah Vieira. Adolescência, juventude e violência: identificação, abordagem e conduta. **Revista Adolescência & Saúde**. Vol. 6, nº 3, set. 2009. Disponível em: <<file:///C:/Users/14190176/Downloads/v6n3a11.pdf>>. Acesso em: 29 out 2015.

SAFFIOTI, Heleieth I.B.. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 16, p. 115-136, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332001000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 22 jan 2016.

SODELLI, Marcelo. A compreensão do uso de drogas. In: Angel, S., Picazio, C.. (Org.). **Viva Melhor com o Adolescente**. 1ed. São Paulo: Larousse do Brasil, 2005, v. , p. 8-101.

SANCHEZ, Zila van der Meer. Promoção de saúde e prevenção dos problemas relacionados ao uso de drogas. In: BRASIL/SENAD. **Prevenção ao uso indevido de drogas: Capacitação para Conselheiros e Lideranças Comunitárias**. 4. ed. – Brasília: Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas – SENAD, 2014.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 3ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SANTOS, Andréia Mendes dos; GROSSI, Patrícia Krieger. Infância comprada: hábitos de consumo na sociedade contemporânea. **Revista Textos & Contextos**. Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 443-454. Jul./dez. 2007.

SANTOS, C. B. “É proibido fumar, diz o aviso que eu li”: o serviço social na promoção da saúde do usuário tabagista. In: **Revista da Graduação: publicações de TCC**. EdIPUCRS. v. 6, n. 2, 2013.

Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional (SEPLAN). Análise de vulnerabilidades da juventude negra no Distrito Federal. **Brasília: Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento do Distrito Federal**. 2013.

SILVA, José Fernando Siqueira. **O método em Marx e o Estudo da Violência Estrutural**. UNESP de Franca. 2012. Disponível em: <<http://www.franca.unesp.br/O%20Metodo%20em%20Marx.pdf>>. Acesso em: 22 jan 2016.

SCHEERER, Sebastien. Estabelecendo o controle sobre a cocaína (1910-1920). In: BASTOS, Francisco Inácio; GONÇALVES, Odair Dias (Org.). **Drogas é legal: um debate autorizado**. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

SCHERER, G. A.. Juventudes e Políticas Públicas: Reflexões quanto a Garantia do Direitos as Seguranças. In: **I Encontro dos Pesquisadores e Pesquisadoras de Políticas de Juventude - Participatório em Rede**, 2014, Brasília. I Encontro dos Pesquisadores e Pesquisadoras de Políticas de Juventude - Participatório em Rede, 2014. p. 01-17.

SHERMAN, Lawrence W.; GOTTFREDSON, Denise; MACKENZIE, Doris; ECK, John; REUTER, Peter; BUSHWAY, Shawn. **Preventing Crime: what works, what doesn't, what's promising**. A Report to the United States Congress. Prepared for the National Institute of Justice. Department of Criminology and Criminal Justice. University of Maryland. 1996. Disponível em: <http://www.rolim.com.br/2002/_pdfs/ing.pdf>. Acesso em: 20 jan 2016.

SOARES, C. B. **Adolescentes, drogas e AIDS: avaliando a prevenção e levantando necessidades**. 1997. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SOUZA, Tatiana Yokoy de. **Um estudo dialógico sobre institucionalização e subjetivação de adolescentes em uma casa de semiliberdade**. São Paulo: IBCCRIM. 2008.

SOUZA, Tatiana Yokoy de. **Adolescência e juventude: questões contemporâneas**. Texto elaborado e atualizado a partir do material didático do Curso Formação Básica do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. 2015.

SILVA, Gerlane Barbosa da. et al. **Intervindo na relação escola e drogas**. Centro de Educação/Departamento de Fundamentação de Educação/PROLICEN. 2008.

SIMÕES, C. A.; MOLL, J.; MALHEIRO, M. F. S.; RABELO, M. K. O. Programas de promoção da saúde integrados na política nacional de educação: o papel da escola na prevenção do uso de drogas (PSE, SPE, mais educação). In: BRASIL. **Prevenção ao uso indevido de drogas: Capacitação para Conselheiros e Lideranças Comunitárias**. 4. ed. – Brasília: Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas – SENAD, 2011.

SOUZA, D. P. O. **A questão do uso e abuso de drogas no contexto das políticas sociais brasileiras**. Rev. Educ. Pública. Cuiabá, v. 5, n. 8, jul./dez. 1996.

SPOSATI, A. Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes. In: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS). **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília: MDS/Unesco, 2009.

SUPERA. **Sistema para Detecção do Uso abusivo e dependência de substâncias Psicoativas**: Encaminhamento, intervenção breve, reinserção social e acompanhamento. 5 ed. Coord. Maria Lucia Oliveira de Souza Formigoni. Brasília. 2014.

TAFFAREL, C. Z.; MUNARIM, A. **Pátria educadora e fechamento de escolas do campo**: o crime continua. Revista Pedagógica, Chapecó, v. 17, n. 35, p. 41-51, maio/ago. 2015.

TEIXEIRA, Edna Maria. **Criança e Adolescente e o Sistema de Garantia de Direitos**. 2010. Disponível em:
<<http://www.mpce.mp.br/esmp/publicacoes/ed12010/artigos/4CRIANDIREITOS.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

TONET, Ivo. **Educação e formação humana**. Maceió, agosto de 2006. Disponível em:
<http://www.ivotonet.xpg.com.br/arquivos/EDUCACAO_E_FORMACAO_HUMANA.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2015.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

TÜRCK, Maria da Graça Maurer Gomes. **Rede Interna e Rede Social: o desafio permanente na teia das relações sociais**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

UNICEF. **O direito de ser adolescente:** oportunidade para reduzir vulnerabilidades e superar desigualdades. Brasília: UNICEF- Fundo das Nações Unidas para a Infância. 2011.

UNODC. Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes. **Normas Internacionais Sobre a Prevenção do Uso de Drogas.** Viena, 2013.

UNODC. Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes. Internacional Narcotics Control Board. **Report: Referências ao Brasil.** 2011. Disponível em: <http://www.unodc.org/documents/lpo-brazil/Topics_drugs/INCB/INCB%202011/2011_INCB_ANNUAL_REPORT_portuguese_References_to_Brazil_PDF.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2015.

VARGAS, Eduardo Viana. Fármacos e outros objetos sócio-técnicos: notas para uma genealogia das drogas. In: LABATE, Beatriz Caiuby et al. (org.). **Drogas e cultura:** novas perspectivas. Salvador: EDUFBA, 2008.

VELOSO, L.; CARVALHO, J.; SANTIAGO, L. Redução dos danos decorrentes do uso de drogas: uma proposta educativa no âmbito das políticas públicas. In: BRAVO, M. I. S. (Org.). **Saúde e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2004.

VILLA, Marcelo E. Coca y cocaína: aspectos farmacotológicos. In. TOUZÉ, Garaziela. **Saberes y prácticas sobre drogas.** Buenos Aires: Intercambios Asociación Civil: Federación Internacional de Universidades Católicas, 2006.

WACQUANT, Löic. **Os condenados da cidade.** Rio de Janeiro: Revan/FASE, 2001.

ZANELATTO, Neide A., ZANELATTO, Raquel. **Prevenção do uso de drogas na escola – Modelos de intervenção.** UNIAD – Unidade de Pesquisa de Álcool e Drogas – Universidade Federal de São Paulo. Universidade de São Paulo, 2004.

ZEMEL, Maria de Lurdes S. Prevenção - novas formas de pensar e enfrentar o problema. In: BRASIL. SENAD. **Prevenção ao uso indevido de drogas:** Capacitação para Conselheiros e Lideranças Comunitárias. 4. ed. – Brasília: Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas – SENAD, 2011.

WAISELFIS, J. J. **Mapa da Violência 2013:** Homicídios e Juventude no Brasil. Brasília: Secretaria Nacional de Juventude. 2013.

APÊNDICE A – Breve Histórico sobre Drogas no Âmbito Mundial

No Brasil, com a colonização portuguesa, foram descobertos costumes indígenas de produzir uma bebida forte, fermentada a partir da mandioca, e utilizada em festas e rituais. Além da bebida, os portugueses encontraram, também, o tabaco (ANDRADE; ESPINHEIRA, 2014), que já era conhecido dos europeus.

Aguardente, tabaco e depois o café tiveram papel central na história econômica do Brasil e de vários outros países, assim como o açúcar. O comércio triangular entre Europa, África e América articulava o tráfico de escravos com a mercantilização das drogas coloniais [...] Café e tabaco tiveram sua importância consagrada ao serem escolhidos como adornos para o brasão imperial brasileiro. (CARNEIRO, 2014, p. 18).

A aguardente foi a principal droga que circulava no País durante a colonização portuguesa; o álcool era utilizado como moeda de troca. Além disso, o tabaco produzido na Bahia e em Pernambuco serviu para compor as transações do tráfico escravagista. Avelar (2014, p. 22) afirma que “juntos, aguardente e tabaco serviram para adquirir 48% dos escravos que chegaram vivos à América Portuguesa entre 1701 e 1810”.

A papoula tornou-se um dos mais importantes medicamentos do mundo e era utilizada como analgésico, contra tosses e disenterias, mas também era usada recreativamente, até mesmo com propriedades afrodisíacas. A partir da Revolução Industrial, no século XVIII o chá e o café começaram a ser associados à melhora no desempenho dos operários, uma vez que possuíam propriedades excitantes. O tabaco transformou-se em droga de “sociabilidade” e o álcool, após o século XVII, passou a ser a principal droga de uso recreativo a nível mundial (CARNEIRO, 2014).

O controle do ópio na China, em 1729 durante a dinastia Qing e a campanha pela proibição do álcool nos Estados Unidos no século XIX e início do XX são grandes marcos das práticas repressivas às drogas. Nos Estados Unidos, a proibição gerou um mercado paralelo capitaneado por máfias e, com a crise de 1929, o Estado decide “voltar atrás” e recuperar os impostos derivados desse comércio. Ao mesmo tempo, após voltar a tributar o álcool, a repressão mudou sua direção, indo “contra substâncias ligadas às populações imigrantes – como a maconha consumida pelos mexicanos, o ópio dos chineses e a cocaína, associada aos negros” (CARNEIRO, 2014, p. 20).

A Lei Seca pretendia suprimir uma droga como se ela não estivesse, já, estabelecida em uma relação de consumo e desejo na sociedade. Dessa forma, a

proibição acabou gerando um mercado ilícito e transformou, “por tabela”, o consumo do álcool em uma prática criminosa. Nessa perspectiva, os proibicionistas associaram o uso de drogas ilícitas a grupos sociais considerados “perigosos” (PASSETTI, 1991), como os negros, imigrantes, entre outros. De usuários, tornam-se, nesse momento, criminosos.

[...] o “novo crime” do tráfico e consumo de drogas foi imediatamente conectado a camadas das crescentes populações urbanas que representavam uma ameaça ao Estado e às classes que o controlavam: perigo de insubmissão, de greve, de higiene, de ataques à pessoa e à propriedade. Na Europa, Estados Unidos ou Brasil, essa massa amedrontadora era conformada por negros, imigrantes e migrantes rurais, socialistas, anarquistas, ladrões, prostitutas, operários, mulheres, homens e crianças de “hábitos exóticos e não-civilizados”; eram eles a antítese do progresso e das maravilhas do mundo moderno. (RODRIGUES, 2008, p. 96).

No início do século XIX, o uso terapêutico do ópio aprofundou-se por meio da chegada da morfina. Os anestésicos significaram avanços consideráveis nas práticas médicas, uma vez que tornava possível “controlar” a dor durante os procedimentos operatórios (VARGAS, 2008). No século XX criou-se a distinção entre as drogas de uso médico controlado, as proibidas e aquelas consideradas lícitas. Nota-se que a indústria farmacêutica juntamente ao tráfico de drogas ilegais foi desenvolvendo um grande poderio econômico. No âmbito internacional, com o acordo assinado em Haia¹⁰ em 1912 configuraram-se tentativas de controle de drogas ilícitas. Com a Segunda Guerra Mundial, nasceu a Convenção Única de 1961, tornando-se o fundamento base para a “guerra às drogas”, pressupondo a erradicação de todos os cultivos de *cannabis*, coca e papoula (CARNEIRO, 2014).

Com a industrialização, o uso dos cigarros foi popularizado e a indústria firmou-se no mercado. O tabagismo foi expandido e reforçado após a Primeira Guerra Mundial (1917 a 1918), devido à tributação empregada (DELFINO, 2002). Nesse período, existia pouca informação sobre os malefícios advindos do consumo do cigarro, ao contrário, afirmavam-no como provedor de conforto, de sensações prazerosas, como “um instrumento de civilidade, um auxiliar da decisão, um incentivo à prontidão” (KLEIN, 1997, p. 200). Nos campos de batalha, o cigarro tinha um importante papel; fora distribuído entre os combatentes, pressupondo que o mesmo

¹⁰ A Convenção Internacional do Ópio, assinada em Haia, no dia 23 de janeiro de 1912, pode ser reconhecida como o acordo que dá início às ações do controle internacional de drogas (UNODC, 2011).

auxiliaria o soldado a “suportar o tédio da guerra, poderia firmar as mãos nervosas, acalmar feridos e até encorajar a tropa” (ANDRADE, 2014, p. 26).

Com o processo de urbanização e industrialização (século XIX e início do século XX), o álcool e o tabaco passaram a ser produzidos em série. A indústria química, mediante grandes avanços nesse período, passou a produzir, também, substâncias como heroína, morfina e cocaína (SOUZA, 1996). A medicina voltava-se para um mercado em ascensão, dominado por pílulas e elixires industrializados. Dessa forma, emergiu uma disputa pela legalização e controle desse mercado, por meio da adoção de mecanismos de monitoramento, tributação e inspeção de qualidade (CARNEIRO, 2014).

Nas décadas de 1960 e 1970, ocorreram grandes expressões do movimento *hippie*, o qual se vinculava à experiência de novos sentidos, aguçados por drogas psicodélicas (SANTOS, 2013). Era um contexto de pós-guerra, com a ameaça de uma destruição nuclear e a disputa pela hegemonia entre Estados Unidos e os soviéticos (Guerra Fria). Os jovens apareciam como um segmento social específico, que se mobilizaram em torno de ideais libertários (DELMANTO, 2014). O movimento de contracultura indagava os valores tradicionais e aspirava mudanças nos planos político e econômico.

Surgem novos padrões de comportamento, modelos familiares e experiências religiosas e sexuais, contra a ideia do lar burguês e da sociedade de consumo. Aspectos “subterrâneos” e “marginais” das realidades urbanas passam a ser valorizados: a identificação não se dá imediatamente com o “povo” ou o “proletariado revolucionário”, mas com ditas minorias – incluindo-se aí não só homossexuais, negros e mulheres, mas também “loucos” e usuários de drogas. (DELMANTO, 2014, p. 32).

Nesse período era difundido por artistas e intelectuais o uso de substâncias psicoativas, associando a este uso, ideais de uma “nova ordem social”, além da visão de que as drogas, especialmente as psicodélicas, seriam potencializadores da transformação do ser humano (DELMANTO, 2014). O uso de substâncias psicoativas apareceu nesse cenário de “experimentações de novos costumes” (MOREIRA, 2003). Na década de 1970, as ações do movimento *hippie* foram perdendo força. A contracultura não foi capaz de afirmar o uso de drogas enquanto um comportamento positivo (DELMANTO, 2014).

Desiludido, o movimento *hippie* se desarticula. Mas as drogas continuam aí, prometendo algo, “algo a mais” – não apenas o prazer, repudiado pelo ritmo implacável da vida social que se contesta, mas ainda o esquecimento da

solidão [...] De fato, o esquecimento que a droga propicia, permite fugir de si mesmo, do próprio passado, dos conflitos que marcam identidade e relacionamento, e alimenta a vã esperança de banir em definitivo o espectro da divisão sofrida. (BUCHER, 1992, p. 28-29).

Richard Nixon, presidente dos Estados Unidos em 1972, proclamou a “guerra às drogas”, argumentando preocupação com o aumento do uso, indo, também, de encontro ao movimento de contracultura, buscando a preservação de valores tradicionais americanos, entre eles o individualismo e consumismo (RODRIGUES, 2014). Observa-se uma uniformidade nas políticas desenvolvidas em diversos países em relação às drogas, como uma forma de “controle internacional compulsório cooperativo” (SCHEERER, 1993, p. 170). Há exceções à regra, porém, as políticas costumam determinar-se pela diferença entre “drogas” e fármacos, condenando a penalidades legais as formas de uso não médico das substâncias psicoativas, exceto ao álcool e ao tabaco (VARGAS, 2008). Considera-se que entre os critérios de classificação, o mais representativo diz respeito à legalidade da produção, consumo e venda. As substâncias são consideradas lícitas e ilícitas, diferenciando-se no que diz respeito às penalidades aplicadas àqueles que produzem, vendem e/ou consomem as substâncias consideradas “ilegais” (VILLA, 2006).

APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido do Profissional

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (Profissional)

Você está sendo convidado (a) a participar de uma pesquisa de cunho acadêmico do Curso/Programa de Pós-Graduação em serviço Social da Universidade/Instituição Pontifícia Universidade Católica do rio Grande do Sul, intitulada: Prevenção ao Abuso de Drogas nas Escolas, que tem como objetivo principal analisar de que forma ocorre a prevenção ao abuso de drogas nas escolas municipais de Porto Alegre, a fim de sistematizar conhecimento que contribua para a qualificação da abordagem e dos programas existentes para este segmento. O tema escolhido se justifica pela importância da formulação de estudos e pesquisas que objetivem dar visibilidade às demandas e necessidades das escolas em relação às drogas, a fim de contribuir e qualificar as abordagens à criança e ao adolescente, tendo em vista suas complexas demandas e necessidades. O trabalho está sendo realizado pela acadêmica de Mestrado Camila Bassôa dos Santos e sob a supervisão e orientação da prof.^a Dra. Leonia Capaverde Bulla. Para alcançar os objetivos do estudo será realizada uma entrevista individual, gravada em áudio, com duração aproximada de 30 minutos, na qual você irá responder 18 perguntas pré-estabelecidas. Os dados de identificação serão confidenciais e os nomes reservados. Os dados obtidos serão utilizados somente para este estudo, sendo os mesmos armazenados pelo (a) pesquisador (a) principal durante 5 (cinco) anos e após totalmente destruídos (conforme preconiza a Resolução 466/12). EU _____ recebi as informações sobre os objetivos e a importância desta pesquisa de forma clara e concordo em participar do estudo. Declaro que também fui informado: · Da garantia de receber resposta a qualquer pergunta ou esclarecimento acerca dos assuntos relacionados a esta pesquisa. · De que minha participação é voluntária e terei a liberdade de retirar o meu consentimento, a qualquer momento e deixar de participar do estudo, sem que isto traga prejuízo para a minha vida pessoal e nem para o atendimento prestado a mim. · Da garantia que não serei identificado quando da divulgação dos resultados e que as informações serão utilizadas somente para fins científicos do presente projeto de pesquisa. · Sobre o projeto de pesquisa e a forma como será conduzido e que em caso de dúvida ou novas perguntas poderei entrar em contato com a pesquisadora: Camila Bassôa dos Santos, telefone 3353-4114, e-mail: camilabassoa@gmail.com, bem como diretamente com o Conselho de Ética e Pesquisa da PUCRS (CEP – PUCRS), endereço: Av. Ipiranga, 6681, prédio 40, sala 505, Porto Alegre, RS, CEP 90619900, atendimento das 8h30 às 12h e das 13h30 às 18h, fone 51 3320-3345. Declaro que recebi cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, ficando outra via com a pesquisadora.

Porto Alegre, _____, de _____ de 20__.

Assinatura da pesquisadora
Nome: Camila Bassôa dos Santos

Assinatura do entrevistado
Nome:

APÊNDICE C – Formulário de Entrevista dos Profissionais

PREVENÇÃO AO ABUSO DE DROGAS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS/PORTO ALEGRE
Nº da Instituição: Data da entrevista:
INSTRUMENTO 1 – FORMULÁRIO DO PROFISSIONAL
BLOCO A – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PROFISSIONAL
<p>1. Idade:</p> <p>2. Sexo:</p> <p>3. Nível de Formação:</p> <p>4. Área de Formação:</p> <p>5. Função/Cargo na instituição:</p> <p>6. Tempo que trabalha na instituição:</p> <p>7. Tipo de vínculo formal com a instituição:</p>
BLOCO B – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO
<p>8. Quantos alunos a escola possui?</p> <p style="padding-left: 40px;">8.1. Nível da instituição? a) fundamental b) Educação de Jovens e Adultos (EJA)</p> <p>09. São realizadas atividades direcionadas especificamente a questão das drogas? Quais?</p> <p>10. Existe algum projeto ou programa sobre prevenção ao abuso de drogas em desenvolvimento na escola? Caso sim, qual e de que maneira?</p> <p>11. Os profissionais da escola recebem alguma forma de qualificação para atuarem com a prevenção? Caso sim, especificar (cursos e áreas):</p> <p>12. A escola oferece estrutura para atividades extraclasse que inclua abordagens sobre prevenção ao abuso de drogas e qualidade de vida dos alunos (oficinas e etc.)? Se sim, quais?</p>
BLOCO C – DADOS DA ESCOLA

13. Quais as principais dificuldades encontradas para trabalhar com as crianças e adolescentes em relação ao abuso de drogas?

14. O que tem sido feito para superar as dificuldades encontradas no trabalho desenvolvido?

15. Com quais serviços da rede esta instituição se articula?

(01) Saúde

(02) Assistência Social

(03) Segurança Pública

(04) Educação

(05) Conselho Tutelar

(06) Ministério Público

(07) Defensoria Pública (09)

Outros (especificar): _____

16. Como se dá essa articulação?

17. Sugestões para aprimoramento do trabalho de prevenção ao abuso de drogas com crianças e adolescentes (em relação ao serviço ofertado pela escola/ em relação à rede no município):

18. O Sr. (a) gostaria de acrescentar outras informações que considera relevante?

APÊNDICE D – Breves Considerações sobre a Legislação na área das Drogas no País

Ao longo da história, ocorreram diversas mudanças na legislação brasileira. A Lei n.º 6.368/76 surgiu durante a ditadura militar de 1964, sancionada pelo então Presidente Ernesto Geisel (BRASIL, 1976). É possível perceber nas disposições da referida lei, percepções do sujeito que usa drogas como único responsável pelos danos, dissociando o contexto econômico e social no qual se insere na sociedade (ACSELRAD, 2003). As abordagens dessa lei afirmavam que o problema do uso de drogas poderia ser visto de duas formas, com caso de polícia e como doença mental.

Na década de 1980, ocorreram importantes debates sobre a descriminalização das drogas, especialmente a maconha (ASSUMPÇÃO; GARCIA, 2005). Assim, por determinação de João Figueiredo, o Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão de Entorpecentes foi instituído por meio do Decreto n.º 85.110 (BRASIL, 1980) e organizado os Conselhos de Entorpecentes, os quais estiveram vigentes até 1998, direcionando estratégias para atender a questão das drogas no País (MESQUITA, 2004).

O Fundo de Prevenção, Recuperação e Combate às Drogas de Abuso (FUNCAB) foi criado por meio da Lei n.º 7.560/1986, vinculado ao Ministério da Justiça (BRASIL, 1986). E, em 1988, com a Constituição Federal, o tráfico de drogas passou a figurar como um crime inafiançável, além de imputar ao Estado a obrigação de desenvolver programas de prevenção e assistência a crianças e adolescentes (BRASIL, 1988). O sistema, entretanto, foi instituído somente durante o governo de Itamar Franco, por meio da criação da Secretaria Nacional de Entorpecentes, com a Lei n.º 8.764/1993 (BRASIL, 1993).

No ano de 1998, foi criada a Secretaria Nacional Antidroga, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. De alguma forma, a criação da referida secretaria denotou a atenção do País no que diz respeito ao “combate às drogas”, entretanto, focando-se ainda nas substâncias ilícitas como principais alvos da política pública (OLIVEIRA, 2004). Nesse período, ainda, ocorreu uma troca no nome do Conselho Nacional, antes se referindo a Entorpecentes, passando a ser nomeado como Antidrogas, ou seja, o foco permaneceu na droga, além das ações continuarem na perspectiva repressiva (LEAL; GARCIA, 2008).

O pensamento que vincula a droga enquanto um inimigo capaz de destruir a sociedade perpassa a expectativa da existência de uma sociedade sem drogas,

abrindo espaço para campanhas com slogans do tipo: “drogas, nem morto”, “drogas, tô fora!” (VELOSO et al., 2004). Esse discurso está impregnado pela política repressiva inspirada nos modelos norte-americanos, reforçando uma visão fragmentada da questão e incitando a ações moralizadoras e repressivas (LEAL; GARCIA, 2008).

Na década de 2000 foi instituído o Sistema Nacional Antidrogas, organizado a partir da Secretaria Nacional Antidrogas, voltada para a redução da demanda à redução da oferta (BRASIL, 2000). O referido sistema objetivava a formulação da Política Nacional Antidrogas, além de pressupor as responsabilidades do Estado e Sociedade Civil, em cooperação mútua.

Para contextualizar a construção da política sobre drogas no cenário nacional, é importante, também, situar aspectos sobre o histórico de lutas dos movimentos sociais em direção à garantia de acesso a direitos fundamentais. A Reforma Sanitária, na década de 1970, organizada para a constituição da saúde enquanto um direito de todos, e a Reforma Psiquiátrica Brasileira, voltada para a luta antimanicomial, promoveram grandes mudanças na reformulação das políticas de atenção à população, incluindo os usuários de drogas.

A Reforma Psiquiátrica Brasileira é um movimento social e político que reúne a sociedade, trabalhadores da saúde mental, usuários, familiares, a fim de opor-se ao modelo hospitalocêntrico aos quais os usuários com sofrimento psíquico eram submetidos nos manicômios. Busca-se compreender o usuário enquanto sujeito de direitos e suas diferentes determinações, focando-se no acolhimento, na escuta, visando uma atenção integral, em oposição ao foco estritamente na “doença” (DUARTE, 2006).

As lutas pela efetivação da Reforma Psiquiátrica são constantes e foram, em parte, materializadas pela Lei n.º 10.216 de 2001 (BRASIL, 2001), também conhecida como Lei Paulo Delgado. Essa lei dispõe sobre os direitos da pessoa com sofrimento psíquico e prevê a extinção dos manicômios no País. Destaca-se, ainda, que o Rio Grande do Sul foi um dos pioneiros na construção da política de saúde mental na perspectiva antimanicomial, orientado pela Reforma Psiquiátrica, a partir da Lei Estadual n.º 9.716, de 07 de agosto de 1992, de autoria dos então deputados Marcos Rolim e Beto Grill, dispondo sobre a substituição progressiva dos leitos nos hospitais psiquiátricos por uma rede de atenção integral em saúde mental (RIO GRANDE DO SUL, 1992).

Um ano após a aprovação da Lei Paulo Delgado, a Portaria 336/GM, em 2002 (BRASIL/MS, 2002), direcionou a criação de serviços específicos para a atenção aos usuários de álcool e outras drogas, instituindo, dessa forma, os Centros de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas (CAPS AD)¹¹. Em 2011, ocorre a ampliação dos serviços na área da saúde mental a partir da aprovação da Portaria n.º 3.088 (BRASIL/MS, 2011), a qual instituiu a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) para pessoas com sofrimento psíquico e com necessidades decorrentes do uso de drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). A sociedade civil tem se organizado no País desde a década de 1940, a partir de espaços grupais de ajuda mútua (Alcoólicos Anônimos, Narcóticos Anônimos, Amor Exigente, entre outros). Esses grupos atuam na perspectiva da abstinência e estão presentes em diversos países; no Brasil, compõem atualmente cerca de 15.000 membros (LABONIA FILHO; BURNS, 2014).

A Rede de Atenção Psicossocial compreende diversos serviços, como na Atenção Básica por meio da Estratégia de Saúde da Família (ESF), Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), Equipes de Consultório na Rua, Centros de Convivência e Cultura, entre outros. Existem, também, Unidades de Acolhimento e atenção hospitalar em enfermarias especializadas em Hospitais Gerais, Atendimento de Urgência (SAMU), além das Unidades de Pronto Atendimento (UPA) (BRASIL/MS, 2011). Voltando-se para a desinstitucionalização, era prevista a criação dos serviços de Residenciais Terapêuticos, além do Programa de Volta para Casa, com estratégias de reabilitação psicossocial. Os serviços de atenção em saúde mental, voltados para os usuários de álcool e outras drogas atuam, ainda, com duas estratégias de intervenção, que são: a redução de danos e a estratégia que consiste na abstinência completa.

As estratégias de redução de danos utilizadas em vários campos da saúde, como a do uso problemático de drogas, evidenciam essa compreensão da necessidade de uma relação horizontalizada com aqueles a quem as estratégias se direcionam. A tentativa de impor um modelo baseado na abstinência (de cima para baixo), a quem não deseja deixar de usar drogas é ineficiente e gera um afastamento das pessoas a quem se quer atender. (GARCIA, 2014, p. 200).

As determinações e orientações internacionais influenciaram em diversos âmbitos a construção da política sobre drogas no contexto nacional. O Brasil vinculou-

¹¹ Os CAPS-AD oferecem atendimento diário e especializado os quais atuam dentro das diretrizes definidas pelo Ministério da Saúde, com base no tratamento em liberdade em uma perspectiva territorial (BRASIL/MS, 2002).

se a instrumentos legais internacionais que impuseram ao País a obrigação de reprimir o tráfico ilícito e controlar a circulação, produção e consumo das substâncias psicoativas. Dessa forma, foram adotadas políticas de redução de oferta e ações de redução da demanda, quais sejam estratégias de prevenção e tratamento do uso problemático (MAXIMIANO; PAIVA, 2014).

A Política Nacional sobre Drogas (PNAD) foi aprovada por meio da Resolução n.º 03/GSIPR/CH/CONAD, de 27 de outubro de 2005 (BRASIL/CONAD, 2005), estabelecendo fundamentos, objetivos e diretrizes que iriam fundamentar as estratégias articuladas à redução da oferta, prevenção e tratamento. Essa política pressupôs que as ações fossem planejadas para buscar a integração das políticas públicas e a descentralizando das ações, a fim de que municípios e estados atuassem em conjunto à sociedade e a comunidade científica, ou seja, em uma perspectiva de responsabilidade compartilhada.

A partir da aprovação da PNAD, foi aprovada, também, em 2006, a Lei n.º 11.343, ou Lei de Drogas (a qual surgiu após a revogação da Lei 6.638/76). A referida lei substituiu as leis anteriores sobre o tema, e instituiu o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD), além de promover alterações nos crimes e penas a usuários e àqueles que comercializam de forma ilegal as drogas. O SISNAD surgiu para operacionalizar a PNAD, com a concentração das orientações políticas nessa área na Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD) e no Conselho Nacional sobre Drogas (CONAD). Nota-se, portanto, que as execuções das políticas públicas sobre drogas concernem a uma gestão compartilhada entre governo federal, estados e municípios, sob a supervisão dos conselhos federal, estaduais e municipais, representados tanto pelo governo quanto pela sociedade civil (BRASIL, 2006).

Existem alguns debates sobre a “mudança” advinda na Lei de Drogas de 2006, no que diz respeito à despenalização do porte para o uso de drogas. Tal lei indica que o uso, ou seja, a conduta é criminalizada, porém não passível de pena privativa de liberdade. Essa concepção seria inspirada em políticas internacionais que já estavam buscando reconhecer a diferença entre o usuário e/ou dependentes de drogas, e aqueles envolvidos no narcotráfico. No artigo 28 da lei, estão previstas outras penalidades, como “advertência sobre os efeitos das drogas; prestação de serviços à comunidade; medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo” (BRASIL, 2006). Essa lei dispõe ainda, sobre a responsabilidade do Estado

em ofertar aos usuários e/ou dependentes, um atendimento especializado, em âmbito preferencialmente ambulatorial, em serviços de saúde.

A definição sobre a classificação das substâncias de uso e comércio controlados é feita pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), que a partir da Portaria n.º 344, de 1998, vem atualizando e adicionando novas drogas, especialmente no que se refere às drogas sintéticas (BRASIL/MS, 1998). Quanto às penas para o tráfico, a Lei de Drogas definiu aumento de 5 a 15 ano de reclusão (conforme artigo 33), aumentando esse período se for constatado envolvimento com organizações criminosas (BRASIL, 2006).

É importante destacar que existe um grande debate em relação à “distinção” que a Lei de Drogas estaria realizando entre usuários e traficantes. A referida lei afirma que é necessário identificar qual substância e qual a quantidade foi apreendida, de que forma e quais as circunstâncias da apreensão, além de determinar as condições sociais e pessoais nas quais a pessoa que foi detida com a droga se encontra, além de levar em conta seus antecedentes criminais. Em realidade, essa distinção está sujeita a fatores subjetivos, uma vez que a aplicação da lei ainda demonstra que usuários ainda podem estar sendo presos como traficantes (MAXIMIANO; PAIVA, 2014). É necessário, para tanto, que sejam estabelecidos critérios a fim de definir, por exemplo, a quantidade de droga que seria considerada uso e a quantidade que caracterizaria o tráfico.

No País, após a aprovação da Lei de Drogas, ocorreu o aumento do número de presos em decorrência de crimes relacionados ao tráfico. Os números entre 2006 e 2012 passaram de 47.472 prisões em 2006, para 138.198, apresentando um aumento de 191% (BRASIL/MJ, 2012). Além disso, a proporção de presos por tráfico em relação ao total de presos dobrou no âmbito nacional: em 2012 o número consistia em mais de 25% do total, contra 12% em 2006. Dessa forma, “o tráfico de drogas ultrapassou o crime de roubo qualificado como o tipo penal mais comum nas prisões” (MAXIMIANO; PAIVA, 2014, p. 220). Outro dado significativo foi o aumento da população carcerária feminina, em decorrência do tráfico de drogas (de 5.800 em 2006, para 14.900 em 2012). Em 2012, as prisões por tráfico de drogas correspondem a 43% da população carcerária feminina (BRASIL/MJ, 2012).

O Decreto n.º 6.117, de 2007, surgiu para instituir a Política Nacional sobre o Álcool (BRASIL, 2007), promovendo orientações para a realização de pesquisas e diagnósticos sobre o uso de álcool no âmbito nacional, além de determinar formas de

tratamento e reinserção social de usuários voltando-se, também, para a realização de campanhas de sensibilização da opinião pública sobre as consequências decorrentes do uso da substância. Foi determinada, inclusive, a articulação de ações de prevenção por estados e municípios. Nesse ínterim, foi criada a Lei n.º 11.705 de 2008 (BRASIL, 2008), mais conhecida como Lei Seca, a qual determinou regras para condutores que dirigiam sob efeito de álcool, entre outras disposições.

A partir do Decreto n.º 7.179/2010 (BRASIL, 2010) e do Decreto n.º 7.637/2011 (BRASIL, 2011), foi instituído o Plano de Enfrentamento ao Crack. O Plano definiu o “Programa Crack, É Possível Vencer”, em âmbito federal, o qual está organizado conforme os eixos de prevenção, cuidado e autoridade (BRASIL, 2011). Nos objetivos do Programa estão o fortalecimento da rede de atenção às pessoas “em sofrimento decorrente do uso de substâncias psicoativas” (MAXIMIANO; PAIVA, 2014, p. 221), além de prever importantes recursos financeiros para investimentos na gama de serviços para atenção a essa população. Ressalta-se que, além da coordenação federal, o Plano Crack pressupõe a existência de comitês-gestores nos estados e municípios (BRASIL, 2011) a fim de promover a articulação e o monitoramento das ações.

[...] importantes recursos foram investidos para aumentar a quantidade e o leque de tratamento oferecido à população, incluindo enfermarias especializadas, novos CAPS, unidades de acolhimento voluntário e apoio a comunidades terapêuticas. Além disso, vários recursos de capacitação presenciais e à distância foram desenvolvidos e estão sendo disponibilizados para aqueles que estão envolvidos na execução das políticas. (MAXIMIANO; PAIVA, 2014, p. 221).

É importante considerar que os Direitos Humanos apontam para a garantia dos direitos aos usuários e/ou dependentes de drogas conforme prevê a Constituição Federal, ao se tratar de uma população vulnerável (MAXIMIANO; PAIVA, 2014). Nesse sentido, o Estado deve atuar para que esses direitos não possam ser violados. A PNAD e o SISNAD devem atuar em conformidade com os direitos humanos colocando-os como balizadores nas políticas nacionais, reconhecendo o usuário como sujeito de direitos, em suas particularidades, digno de acessar seus direitos integralmente.

Nota-se, a partir do cenário exposto, que durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) e Dilma Rousseff (2011-atual) tampouco foram promovidas as mudanças necessárias no âmbito da PNAD, uma vez que ocorreram investimentos que fomentaram internações em Comunidades Terapêuticas, as quais, em grande

parte, administradas por instituições religiosas. Destaca-se, também, que nesse período existe um projeto de Lei que prevê o aumento das penas para o tráfico de drogas e, ainda, estimula a internação compulsória de usuários de drogas.

Há a necessidade de transformações na política nacional sobre drogas no País, e, nesse sentido, nota-se que o debate já se encontra presente no Congresso Nacional, embora o mesmo apresente fortes tendências conservadoras no cenário político atual. No âmbito internacional, os debates sobre novas abordagens e novas experiências estão emergindo a cada dia, trazendo novas perspectivas e vivências a serem observadas por diversos países em busca da qualificação constante dessa política na atenção aos usuários de drogas e seus familiares.

ANEXO A – Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa PUCRS

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DO RIO GRANDE
DO SUL - PUC/RS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: PREVENÇÃO AO ABUSO DE DROGAS NAS ESCOLAS

Pesquisador: LEONIA CAVERDE BULLA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 46888315.2.0000.5336

Instituição Proponente: UNIAO BRASILEIRA DE EDUCACAO E ASSISTENCIA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.187.251

Data da Relatoria: 13/09/2015

Apresentação do Projeto:

Projeto bem elaborado. Requisito parcial para obtenção de título de mestre pelo PPGFSS. N= 26.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar de que forma ocorre a prevenção ao abuso de drogas nas escolas municipais de Porto Alegre, no período de 2014 a 2015, a fim de sistematizar conhecimento que contribua para a qualificação da abordagem e dos programas existentes para este segmento.

Objetivo Secundário:

- Caracterizar as escolas municipais conforme a incidência de problemas relacionados a drogas no município de Porto Alegre/RS conforme a Secretaria Municipal de Educação;
- Analisar os programas e projetos vinculados à política de drogas que são desenvolvidos nas escolas para a prevenção ao abuso;
- Verificar como se dá a capacitação e qualificação dos profissionais na escola para tratar sobre a problemática;
- Identificar os entraves e possibilidades de atuação dos profissionais das instituições em relação à abordagem da prevenção ao abuso de drogas nas escolas.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Endereço: Av.Ipiranga, 6681, prédio 40, sala 505
Bairro: Partenon **CEP:** 90.519-900
UF: RS **Município:** PORTO ALEGRE
Telefone: (51)3320-3345 **Fax:** (51)3320-3345 **E-mail:** cep@pucrs.br

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DO RIO GRANDE
DO SUL - PUC/RS



Continuação do Parecer: 1.187.251

Haverá riscos mínimos.

Benefícios:

Havendo interesse das instituições pesquisadas, a pesquisadora disponibiliza-se para realizar apresentação dos resultados.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Esse projeto representa a oportunidade de realizar um processo investigativo sobre a prevenção ao abuso de drogas nas escolas municipais de Porto Alegre. A realização deste estudo irá possibilitar a articulação entre os saberes teóricos e práticos, despertando aspectos sobre a política de drogas e a prevenção na educação.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

- Todos os termos obrigatórios foram anexados.

Recomendações:

- Não há recomendações a fazer.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há pendências.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

PORTO ALEGRE, 16 de Agosto de 2015

Assinado por:
Rodolfo Herberto Schneider
(Coordenador)

Endereço: Av. Ipiranga, 6681, prédio 40, sala 505
 Bairro: Partenon CEP: 90.619-900
 UF: RS Município: PORTO ALEGRE
 Telefone: (51)3320-3345 Fax: (51)3320-3345 E-mail: cep@pucrs.br

ANEXO B – Categorias e base teórica de Programas de Prevenção

Modelo	Base teórica
Informação	Oferece conhecimentos sobre as consequências de risco de usar drogas.
Tomada de decisões	Trabalha o processo para tomar decisões racionais sobre o consumo de drogas.
Compromisso	Trabalha a adoção de um compromisso pessoal de não usar drogas.
Classificação de valores	Examina a relação entre os próprios valores e as consequências da conduta. Procura demonstrar que os valores pessoais sensatos são incompatíveis com o uso de drogas.
Estabelecimento de metas	Ensina habilidades para a situação e como ater-se aos objetivos, encorajando a adoção de uma orientação de sucesso.
Manejo do stress	Ensina habilidades de enfrentamento para conduzir situações de estresse especialmente em situações psicologicamente difíceis.
Autoestima	Desenvolve sentimentos individuais de autoconfiança e valia.
Treinamento em habilidades de resistência	Treina para a resistência à pressão assertivamente e às influências dos colegas, irmãos, pais, adultos e meios de comunicação, para que consumam drogas.
Treinamento em habilidade para a vida	Desenvolve amplo conjunto de habilidades sociais e pessoais, incluindo habilidades de comunicação, de relações humanas, e para resolver conflitos interpessoais.
Crenças normativas	Estabelece normas conservadoras a respeito do uso, corrigindo as percepções errôneas da prevalência e acessibilidade às substâncias de abuso e estabelecendo normas conservadoras.
Assistência	Oferece intervenção terapêutica para enfrentamento dos problemas da vida.
Alternativas no tempo livre	Proporciona experiências em atividades extracurriculares que são incompatíveis com o uso de drogas.

Fonte: Material extraído do Curso de Prevenção dos Problemas Relacionados ao Uso de Drogas (BRASIL/SENAD, 2014).

ANEXO C – Tipos de Intervenção no Âmbito da Prevenção

O que é?	Onde se aplica?
Intervenção universal – são programas destinados à população geral, supostamente sem qualquer fator associado ao risco.	Intervenção universal – na comunidade, em ambiente escolar e nos meios de comunicação.
Intervenção seletiva – são ações voltadas para populações com um ou mais fatores associados ao risco de uso de substâncias.	Intervenção seletiva – por exemplo, em grupos de crianças, filhos de dependentes químicos.
Intervenção indicada – são intervenções voltadas para pessoas identificadas como usuárias ou com comportamentos de risco relacionados direta ou indiretamente ao uso de substâncias, como por exemplo, alguns acidentes de trânsito.	Intervenção indicada – em programas que visem diminuir o consumo de álcool e outras drogas, mas também a melhora de aspectos da vida do indivíduo como, por exemplo, desempenho acadêmico e reinserção social.

Fonte: Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas (BRASIL/OBID, 2015).

ANEXO D - Assuntos abordados nas Convenções da ONU

Convenção (ONU)	Ano	Principais Assuntos
Convenção Única sobre Entorpecentes (Nova Iorque, EUA).	1961	Definem substâncias que devem ficar sob controle da comunidade internacional, estabelecem regras para garantir a disponibilidade de tais substâncias para uso médico e científico, e para evitar o desvio para o comércio ilícito.
Convenção sobre Substâncias Psicotrópicas (Viena, Áustria).	1971	
Convenção contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas (Viena, Áustria).	1988	Estabelece diretrizes para o controle e punição do tráfico ilícito de entorpecentes e define estratégias de colaboração entre os países.

Fonte: Material extraído do Curso de Prevenção dos Problemas Relacionados ao Uso de Drogas (BRASIL/SENAD, 2014).